Universidade Estadual do Ceará

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG

LUCIANA MACIEL BARBOSA

REDES DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS DO TURISMO COMUNITÁRIO: políticas para o desenvolvimento local no Ceará

FORTALEZA – CE
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG

LUCIANA MACIEL BARBOSA

REDES DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS DO TURISMO COMUNITÁRIO: políticas para o desenvolvimento local no Ceará

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

FORTALEZA-CE
2011

B 238r Barbosa, Luciana Maciel

Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará / Luciana Maciel Barbosa.— Fortaleza, 2011.

160p. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Turismo comunitário. 2. Redes. 3. Território solidário. 4. Políticas. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 338.4791

REDES DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS DO TURISMO COMUNITÁRIO: políticas para o desenvolvimento local no Ceará

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Aprovado em: 25/02/2011

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Luzia Neide M.T. Coriolano
Universidade Estadual do Ceará – UECE
(Orientadora)

_____

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Fundação Universidade Regional de Blumenal – FURB

_____

Profª. Drª. Rita de Cássia da Conceição Gomes
Universidade Federal Do Rio Grande do Norte - UFRN

A todos que me apoiaram e contribuíram, direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas oportunidades surgidas, por tudo que conquistei e por todos os obstáculos superados, estando sempre a frente de minhas ações e abençoando minha vida e a todos que amo.

Aos meus pais, Lúcia e Eymard, responsáveis pela formação enquanto pessoa, pelo amor, lições de vida, conselhos e apoio em muitas de minhas escolhas, inclusive profissional. Espero nunca desapontá-los.

À minha irmã, Anna Emília, importante influência em minha escolha por estudar Geografia, pela eterna e sincera amizade, me ajudando nos momentos de aflição, estresses e dúvidas, compartilhando, sempre, momentos de alegrias.

Aos meus familiares, pelo apoio, orações, alegrias e confiança, em especial aos tios João e Joseli Barbosa pela hospedagem e carinho de pais durante o período de morada no Rio de Janeiro, à minha prima Aliny pelos momentos de descontração e ao tio Holanda pelo interesse e estímulo em meu percurso acadêmico.

À minha orientadora, Profª. Drª. Luzia Neide Coriolano, que, desde a graduação, contribui com meu crescimento acadêmico e formação individual, sempre me ensinando e estimulando minhas pesquisas e estudos. Exemplo de professora, pesquisadora, profissional e amiga.

Aos professores Doutores Carlos Alberto Cioce Sampaio e Rita de Cássia da Conceição Gomes, pela disponibilidade em participar da banca examinadora desta dissertação, assim como pelas contribuições críticas para o aprimoramento do trabalho.

À professora Ana Maria Matos de Araújo pelas contribuições e incentivos durante a avaliação da Qualificação.

À Universidade Estadual do Ceará - UECE - que, desde a graduação tem contribuído para meu crescimento profissional, acadêmico e científico.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UECE, aos professores e funcionários agradeço pelo encorajamento, apoio e orientações ofertados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo incentivo à pesquisa no Brasil e pelo apoio financeiro que foi de fundamental importância ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB – pelo auxilio financeiro concedido por meio do Aviso Etene/Fundeci 05/2009, importante para a realização deste trabalho.

Ao Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR -, por todos os ensinamentos que obtive mediante discussões, promoção de eventos, trabalhos de campo que muito me fizeram crescer enquanto pesquisadora e que também trouxeram muitos momentos de felicidade.

À turma 2007.2, do curso de Bacharelado em Geografia da UECE, pelos momentos de alegria, apoio e amizade durante o período de aulas, viagens de campo, congressos e confraternizações que serão sempre lembrados com muita saudade. À turma 2009.1, do curso de Mestrado em Geografia da UECE, pela troca de experiências e amizades construídas.

Ao meu amigo e "irmão mais velho", Gerardo, pela sincera amizade e companheirismo que, apesar das várias discussões e brigas que temos sempre conseguimos superá-las, compartilhando, assim vários momentos alegres.

À amiga Edna, quem primeiro conheci no curso de Geografia pelos momentos divertidos, amizade, apoio e incentivos em vários momentos de minha vida.

À amiga Juliana Farias Forte (Ju Caucaia), *in memorian*, que mesmo não estando mais presente em nossas vidas, sempre será lembrada pela pessoa maravilhosa que sempre foi. Muitas saudades!

Aos meus grandes amigos: Amanda, Amora, Aridenio, Camila, Cintia, Débora, Diego, Eluziane, Eudes, Eugênia, Juscelino, Marisa, Patrick, Stenio, Tadeu, Thatiane, por quem tenho lugar reservado em meu coração.

Aos geógrafos e amigos conhecidos durante a realização de disciplinas do Mestrado na UFRJ e UFF: Cirlani, Thiago, Alonso, Ingrid, Jhonatan, Mauro e Albenize.

Aos meus amigos dos laboratórios": LEA, LGCO, LAGIZC, LEPOP, LEURC, LABGEO e PET que cresceram junto comigo na vida acadêmica.

RESUMO

Este trabalho analisa as Redes de Territórios Solidários do Turismo Comunitário para estudo e compreensão do fenômeno turístico, sob o eixo do turismo comunitário, no estado do Ceará, localizado na região Nordeste do Brasil. Esse eixo de turismo configura territórios solidários que produzem o turismo de base comunitária voltados às diretrizes da economia solidária. As comunidades que promovem o turismo enquanto atividade alternativa tem o turismo de *resorts* e mega empreendimentos como ações hostis às populações tradicionais, pelo fato de ter havido expropriações de comunidades nativas. Assim, esse fenômeno ganha espaço em discussões de interesse do Estado, Organizações Não-Governamentais, gestores e agências nacionais e internacionais de turismo. O turismo comunitário, assim como o convencional, encontra-se em rede. No Ceará, algumas comunidades articulam-se pela Rede Cearense de Turismo Comunitário – REDETUCUM, para fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário do estado, além da Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário – TURISOL e da Rede de Turismo Comunitário da América Latina – REDTURS. A pesquisa adota metodologia crítica, abordagens quanto-qualitativas e dados secundários. Ela também leva em conta a realidade de comunidades visitadas e busca conflitos e contradições desse movimento. Constata-se expansão das redes do turismo comunitário mundialmente, e expansão do turismo comunitário como contraponto ao turismo convencional. A parceria entre Estados e comunidades revela um turismo mais estruturado e ativo, ampliando as chances de concorrência no mercado turístico global perante o turismo elitizado. As redes de turismo comunitário articulam-se com outras redes que também lutam pelo desenvolvimento sustentável, por sociedades sustentáveis com maiores inclusões sociais.

Palavras-chaves: turismo comunitário, redes, território solidário, políticas

ABSTRACT

This work analyzes the Solidarity Territories Network of Community Tourism in order to study and understand the tourism phenomenon under the axis of the community tourism in the state of Ceará, in the northeast region of Brazil. This type of solidarity tourism sets solidarity territories that produce the tourism based on the community and are directed by the guidelines of the solidarity economy. Communities that promote tourism as an alternative activity regard the tourism of resorts and mega projects as hostile acts against the traditional population, once they have caused seizures of the native communities. This way, *this phenomenon* gaining ground in discussions of interest to the state, non-governmental organizations, managers and national and international tourism agencies. The community tourism, as the conventional tourism, is in a network. In Ceará, some communities are articulated by the "Rede Cearense de Turismo Comunitário – REDETUCUM" in order to strengthen and give visibility to the experiences of community tourism in the state, other important networks are the "Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário – TURISOL" and "Rede de Turismo Sustentável da América Latina – REDTURS". This research adopts critical methodology, quantitative and qualitative approaches and secondary data. It also takes into account the realities of the visited communities and seeks conflicts and contradictions of this movement. There is an expansion of networks of community tourism worldwide, and a growth of community tourism as opposed to conventional tourism. The partnership between states and communities reveals a more structured and active tourism, enhancing the chances of competition in the global tourism market before the elite's tourist. The networks of community tourism are articulated with other networks that also are fighting for sustainable development, for sustainable societies with greater social inclusion.

Key-words: community tourism, tourism, solidarity territories, networks, politcs.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS xi

LISTA DE FIGURAS xii

LISTA DE QUADROS xiv

LISTA DE TABELAS xiv

LISTA DE GRÁFICOS xiv

LISTA DE MAPAS xiv

INTRODUÇÃO 16

1. TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS DO TURISMO: sujeitos sociais e práticas políticas no desenvolvimento local 26

1.1. Estado e Território: conceitos geopolíticos do cotidiano 27

1.2. Sentimento de pertença e afirmação da identidade local em comunidades 42

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: conflitos e contradições no cenário brasileiro 48

2.1. Planejamento e Atividade Turística: ação do Estado pelas políticas públicas 49

2.1.1. POLÍTICAS PÚBLICAS: análise conceitual 51

2.2. A atividade turística no Ceará: Ação do Estado com políticas públicas de turismo 56

3. REDES DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS DO TURISMO COMUNITÁRIO NO CEARÁ 83

3.1. As Redes de Territórios do Turismo Comunitário 92

3.1.1 REDTURS e o raio de influência 94

3.1.2 Rede TURISOL no Brasil 109

3.1.3. REDETUCUM no Ceará 120

3.2. O turismo comunitário na produção de territórios solidários 145

4. CONCLUSÕES 156

5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO 161

LISTA DE SIGLAS

ACTUAR – Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário

APAPAIS – Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba

APLs – Arranjos Produtivos Locais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CETUR – Conselho Estadual de Turismo

CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente

COOPAGRAN – Cooperativa Mista de Pais e Amigos da Casa Grande

COOPRENA – Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DER – Departamento de Edificações e Rodovias

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo

FBC – Fundação Brasil Cidadão

FENATUCGUA – Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala

FMAM – Fundo para o Meio Ambiente Mundial

FEPTCE – Federação Plurinacional de Turismo Comunitário

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IES – Instituição de Ensino Superior

ICT – Instituto de Turismo Costarriquenho

INGUAT – Instituto Guatemalteco de Turismo

INTECAP – Instituto Técnico de Formação e de Produtividade

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINCETUR – Ministério do Comércio Exterior e Turismo (Peru)

MINTUR – Ministério do Turismo (Equador)

MTur – Ministério do Turismo (Brasil)

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

PENTUR – Plano Nacional Estratégico do Turismo

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNT – Plano Nacional do Turismo

PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRT – Programa da Regionalização do Turismo

RESEX – Reserva Extrativista

SECON – Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral

SECULT – Secretaria das Cidades, Secretaria de Cultura

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SEINF – Secretaria de Infraestrutura

SEMACE – Superintendência Estadual de Meio Ambiente

SEPLAG – Secretaria de Planejamento

SETUR/CE – Secretaria de Turismo do Ceará

SITS - Seminário Internacional de Turismo Sustentável

UNESCO – Organização das Nações

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – COMPLEXIDADES DO CONCEITO DE COMUNIDADE 42

FIGURA 02 – MAPA DOS 65 DESTINOS INDUTORES DO TURISMO 66

FIGURA 03 – MAPA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ 69

FIGURA 04 – ROTEIRO CARIRI 71

FIGURA 05 – ROTEIRO COSTA DO SOL NASCENTE 72

FIGURA 06 – ROTEIRO COSTA DO SOL POENTE 73

FIGURA 07 – ROTEIRO SERRA DA IBIAPABA 75

FIGURA 08 – ROTEIRO SERRAS DE ARATANHA E BATURITÉ 76

FIGURA 09 – ROTEIRO VALE DO ACARAÚ 77

FIGURA 10 – ROTEIRO SERTÃO CENTRAL 78

FIGURA 11 – PROJETOS DE BASE COMUNITÁRIA SELECIONADOS NO ÂMBITO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA MTUR/N.001/2008 81

FIGURA 12 – REDE TUCUM 122

FIGURA 13 – CURSO DE PERMACULTURA EM TATAJUBA – CAMOCIM 126

FIGURA 14 – PACOTES REVEILLON 2010 126

FIGURA 15 – ROTEIRO DE VIAGEM – BATOQUE 127

FIGURA 16 – ROTEIRO DE VIAGEM – CAETANOS DE CIMA 127

FIGURA 17 – POUSADA COMUNITÁRIA DE BATOQUE 128

FIGURA 18 – POUSADA COMUNITÁRIA DE COQUEIRINHO 128

FIGURA 19 – ENTRADA DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE 133

FIGURA 20 – EMBLEMAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA POUSADA COMUNITÁRIA DDO ASSENTAMENTO COQUEIRINHO-CE 134 xiv

FIGURA 21 – PLACA DE REPÚDIO À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA 135

FIGURA 22 – AVISO DE REPÚDIO À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA 136

FIGURA 23 – CASAS DE HOSPEDAGEM FAMILIAR EM ICAPUÍ 140

FIGURA 24 – ARTESANATO CASA GRANDE 142
FIGURA 25 – RESTAURANTE CASA GRANDE 142
FIGURA 26 – REVISTA A TURMA DA CASA GRANDE 144

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO E ROTEIRIZAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO 65
QUADRO 02 – 65 DESTINOS INDUTORES POR REGIÃO 67
QUADRO 03 – REDES LATINO-AMERICANAS DO TURISMO COMUNITÁRIO 105
QUADRO 04 – PLANO DE AVITIDADES REDE TURISOL 2010- 2012 117
QUADRO 05 - INFORMAÇÕES DE COMUNIDADES CEARENSES DO TURISMO DE BASE LOCAL 129
QUADRO 06- CÓDIGO DE CONDUTA DA PRAINHA DO CANTO VERDE 153

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – CUSTO E FINANCIAMENTO DO PROGRAMA (EM MILHÕES DE US$) 60

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – ESTOQUE DE OCUPAÇÕES FORMAIS E INFORMAIS NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO – ACTS (EM MILHÕES) 63

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – ROTEIRO FORTALEZA – NATUREZA, CULTURA E NEGÓCIO 75
MAPA 02 – O SISTEMA RETICULAR DO TURISMO COMUNITÁRIO NO CEARÁ 131

INTRODUÇÃO

A produção de territórios solidários, interligados em redes de complexidades políticas, econômicas e culturais da vida em sociedade, constitui realidade empírica que instiga pesquisas. Este é o fenômeno estudado neste trabalho intitulado “Redes de Territórios Solidários do Turismo Comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará”. A escolha do tema deve-se à expansão das articulações em rede do turismo comunitário, o que suscita análise para compreensão de transformações, conflitos e contradições da produção espacial pelo turismo.

O fenômeno turismo é estudado a partir da organização de pequenos grupos de pessoas que se relacionam de forma comunitária e optam por trabalhar com a atividade turística que, embora eminentemente capitalista, passa a ser regida diferente do turismo convencional, que adota padrões de luxo e concentração de lucros. Nesse movimento, materialidades e significados são, constantemente, construídos e atribuídos aos territórios, onde as relações tornam-se solidárias, apoiadas nas ações coletivas, de base familiar e de cooperação no trabalho associado ao turismo.

A configuração do turismo de base comunitária no sistema de redes, ou ainda a interação entre os territórios que desenvolvem essa atividade, dinamiza fluxos entre os diversos agentes espaciais vinculados ao turismo, como agenciadores de viagens e moradores das comunidades receptoras, além de informação e capital, de forma cada vez mais instantânea. As redes são movimentos que permitem a interligação e deslocamento de elementos concretos ou não, podendo ser percebidas como redes de transporte com ruas, estradas, rotas áreas e marítimas; redes de comunicação em que fiações elétricas e ondas eletromagnéticas possibilitam a interação de pessoas e instituições por meio de telefone, televisão, computadores. A globalização permite e dinamiza isso. Embora a modernização tecnológica não esteja ao alcance de todos os níveis sociais e econômicos, o mundo está articulado em rede e esta possibilita a dinamização, comunicação e comercialização de produtos e atividades, inclusive do turismo comunitário, que, em rede, torna-se ao mesmo tempo local e global, ou “local globalizado”.

A importância dada ao turismo como vetor do desenvolvimento, no contexto regional, nacional e internacional, motiva o Estado brasileiro a investir na estruturação da atividade turística no país. O turismo tem gerado possibilidade de geração de emprego e renda no Nordeste, entrada de divisas, e valorização de patrimônios históricos, culturais e naturais em muitos lugares, apesar de também provocar impactos indesejáveis. Essa realidade precisa ser investigada, pois alguns pesquisadores questionam discursos e práticas políticas, tendo em vista que o turismo ocorre em lugares selecionados pelo capital; com ganhos da atividade na maior parte concentrados, em especial, nas mãos de grandes empresários, excluindo aqueles que residem nos lugares turísticos; e, muitas vezes, ocasiona impactos socioambientais graves e irreversíveis.

O turismo é uma atividade econômica que, embora não exclusiva às classes ricas, é praticada por quem tem condições de comprar e pagar pelos serviços oferecidos. Além de viagem e lazer, o consumo é imprescindível no turismo. Assim, com o intuito de movimentar capital em território nacional, países, como o Brasil, investem no receptivo, principalmente de estrangeiros, por meio da mídia para reestruturação dos lugares turísticos, movidos pelo desejo da entrada de divisas.

Dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (2006) mostram que houve aumento do número de visitantes em todos os continentes: no período de 2000 a 2004 o turismo cresceu a uma taxa média de 2,9% ao ano. França, Estados Unidos, Espanha, Itália e Aústria, destacam-se, em 2000, como os 5 (cinco) principais destinos turísticos, representando 39% do total de 687 milhões de turistas. Em 2004, França, Espanha, Estados Unidos, China e Itália, reúnem 33% do total de 764 milhões de viajantes.

O Brasil, embora não estando presente na lista dos 15 (quinze) países mais procurados por turistas, apresenta crescimento notável no número de visitantes de 1990 à primeira década de 2000. Em 1990, chega ao país um total de 1.091.067 turistas, em 2000, este numero é elevado para 5.313.463 e em 2007, para 5.025.834 (EMBRATUR, 2006). Conforme pesquisas do Departamento de Polícia Federal e do Ministério do Turismo – MTur, no período de 2002 a 2008, o país apresenta aumento no percentual de visitantes

estrangeiros, sendo esse crescimento da ordem de 33,6%. Em 2008, o Brasil recebe, aproximadamente, 5 milhões de turistas internacionais, enquanto em 2009, esse número decresce para 4,8 milhões. O Instituto de Turismo – EMBRATUR (2010), explica que esse decréscimo se dá em decorrência do encerramento das operações de companhia aérea, a pandemia de Influenza A (H1N1), além da crise financeira internacional que afetou importantes mercados internacionais emissores para o Brasil.

Referente ao Nordeste brasileiro, há crescimento do fluxo de turistas de 2002 a 2008, sendo quantificado aumento de 15.934 mil para 20.486 mil turistas nos respectivos anos (GTP/CTI-NE, 2009). A Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR/CE (2009) informa que o Estado, no período de 1995 a 2008, obteve taxa média de crescimento do fluxo turístico de 8,8% ao ano, saltando de 762 mil turistas em 1995, para 2.178 mil em 2008. Neste ano, o Ceará apresenta-se como o terceiro estado do Brasil que mais recebe turistas, ficando atrás apenas de São Paulo e Bahia. Prevê-se que na alta estação do período de Dezembro 2010 a Fevereiro de 2011 cheguem 915 mil turistas ao Estado, gerando renda turística de R$ 2,3 bilhões na economia local (SETUR/CE, 2010). Os números, portanto, mostram crescimento do turismo no Estado, embora a atividade seja ainda incipiente em relação à demanda e montantes gerados por destinos turísticos internacionais consolidados.

No Ceará, lazer e turismo destacam-se no cenário nacional desde a década de 1990, com valorização de centros e cidades históricas, urbanização, em especial no litoral, ampliação de serviços urbanos e produção de espaços para segundas residências, lazer e crescimento do mercado imobiliário. O poder público tem facilitado a alocação de redes de serviços turísticos em algumas áreas, preparando a infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade. Redes hoteleiras, gastronômicas, de lazer e entretenimento em evidência no mercado turístico, oferecem serviços direcionados, principalmente, ao atendimento das exigências de turistas do eixo convencional.

Cidades litorâneas constituem atrações importantes para turistas e investimentos de capitais, em especial estrangeiros, na Região Nordeste e inclusive no Ceará, fato que potencializa o crescimento da atividade. O litoral

cearense, por sua vez, além de turístico, também se destaca enquanto reserva de interesse imobiliário e residencial, como mostra a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE (2005) que, em 2000, o número de habitantes da zona costeira apresenta o total de 3.981.315, correspondendo a 53,58% da população cearense, e deste total, 85,75% vivem em área urbana e 14,24% na rural.

Ocupado por comunidades pesqueiras, prédios residenciais de luxo, casas de veraneio, hotéis, parques aquáticos, *resorts*, pousadas e serviços urbanos, os espaços litorâneos tornam-se cada vez mais competitivos e preparados para receber visitantes. O Estado do Ceará possui 573 quilômetros de faixa litorânea, onde estão cidades que são núcleos receptores da demanda turística, a capital Fortaleza é exemplo. A divulgação da imagem do Ceará turístico de belas praias, sol o ano inteiro e riquezas naturais preservadas, associada ao luxo dos receptivos e à cultura nordestina de povo alegre e bem humorado, permite a ocorrência de significativas mudanças no território cearense, processo intensificado desde a década de 1990.

A revalorização do litoral pelo turismo, a partir da ação do Estado com políticas públicas, trouxe investidores e turistas que movimentam a economia local. A construção de equipamentos e a consolidação das redes hoteleiras e de serviços necessários ao atendimento da crescente demanda de visitantes são ações facilitadas nas parcerias político-econômicas que, essencialmente, modificam a realidade territorial local.

Os significativos números do turismo nacional, regional e estadual representam a crescente visibilidade e preocupação do Estado em investir e fomentar a atividade turística. Atrair turistas e dinamizar o mercado são estratégias e objetivos daqueles que veem o turismo como vetor de crescimento econômico, atividade propícia à geração, aumento de lucros e acumulação de capital.

O turismo estimula o aproveitamento do tempo livre do trabalhador ao lazer, a viagens e ao consumo de mercadorias e serviços, sugerindo compra de *souvenirs* e produtos locais. O turismo é, ao mesmo tempo, trabalho e não-trabalho. Enquanto alguns viajam, se divertem e descansam durante férias e dias de folga, ou seja, fazem turismo, outros trabalham para

servir turistas, sendo o turismo, portanto, garantia de renda, lucro e acumulação de capital. Para este último grupo, são referências os empresários do turismo e trabalhadores assalariados, estes, muitas vezes, temporários, pouco qualificados e mal remunerados. Trabalham ainda na atividade turística, embora informalmente, comunidades que organizam o turismo de maneira solidária, contrapondo-se ao turismo realizado pelos grandes empreendedores.

O turismo veicula-se por dois eixos: convencional ou de luxo, produzido por empresários detentores de capital, visando essencialmente ao lucro, acumulação e reprodução capitalista; e o turismo comunitário, também chamado alternativo ou de base local, onde as iniciativas são de comunidades, desde a organização e execução da atividade que é alternativa a outras atividades econômicas já estabelecidas culturalmente, tendo em vista o desenvolvimento local, conforme teoriza Coriolano (2008). Há o desenvolvimento de práticas e serviços diferenciados do turismo convencional, principalmente no que se refere à interação do visitante com a comunidade receptora, em que o primeiro vive a realidade do segundo, descansando e alimentando-se em casas de moradores e praticando atividades próprias do lugar. Assim, comunidades encontram no turismo opções de trabalho e ganhos para subsistência, mesmo estando na periferia do mercado turístico globalizado.

Críticas atribuídas ao turismo têm surgido em relação ao estereótipo criado por impactos negativos que o turismo de massa e de megaempreendimentos acarretam aos lugares e residentes, como expropriações de terras de pescadores, desvalorização das culturas locais e degradação da natureza. No entanto, há aqueles que veem na atividade turística oportunidade de inserção no mercado e, portanto, ensejo-os ao trabalho. Acreditam que, a partir da organização da comunidade em associações e da luta por interesses locais, seja possível produzir turismo de forma diferenciada do convencional, que possibilite melhoria de vida para residentes, tornando a atividade alternativa, forma de complementar a renda familiar, surgindo o turismo comunitário, embora sem fugir do modelo de sociedade onde estão inseridos.

Nos países e lugares com maior exploração da força de trabalho, as resistências à chegada do turismo são mais ativas, como é o caso do litoral da região Nordeste do Brasil, e, em especial, do Estado do Ceará. Comunidades cearenses, litorâneas em sua maioria, desenvolvem o chamado turismo comunitário ou de base local, formando cooperativas e associações para melhor organizar a atividade e conter o avanço do turismo convencional nos territórios por meio de reuniões com representantes do poder público, procura da imprensa, protestos, abaixo-assinados, manifestações.

No Nordeste, o turismo comunitário é organizado por pescadores, indígenas, agricultores, moradores de assentamentos rurais e periferias urbanas, isso demonstra que não apenas o turismo de luxo, voltado ao binômio sol e praia, avança no país, mas também o eixo do turismo de base comunitária que faz contraponto ao turismo globalizado. Santa Rosa de Lima, Morretes, Nova Olinda, Prainha do Canto Verde, Batoque, Tatajuba, Ponta Grossa, Curral Velho são exemplos de territórios solidários que desenvolvem o turismo comunitário.

O turismo comunitário é desenvolvido em vários países, não sendo, portanto, invenção de países periféricos. Ele está na Europa, em lugares onde ocorrem mais fortemente as contradições do capitalismo. As redes do eixo estendem-se a vários países. As comunidades são protagonistas das ações, contudo, são assessoradas e animadas por acadêmicos, Organizações Não-Governamentais – ONGs e muitas vezes por instituições do Estado que interagem na organização e gestão da atividade, objetivando promover o turismo comunitário e atrair turistas, formando, assim, o grupo de sujeitos envolvidos no processo. A articulação de comunidades turísticas promotoras do turismo de base local tem proporcionado a organização de redes internacionais, nacionais, regionais e estaduais.

Comunidades em rede trocam experiências, opiniões, informações de trabalhos e serviços turísticos diferenciados, formas de preservação da cultura, das especificidades locais e do meio ambiente, além do modo de transformação das próprias residências em hospedagens domiciliares, o que permite aos visitantes conhecimento da realidade local e experiências vivenciais. Forma de hospedagem que foge da convencional realizada em

hotéis, *resorts* e dos roteiros, muitos delas estressantes pré-estabelecidos por agências de viagens e que fazem valer o movimento *slow* de combate ao ritmo frenético da vida moderna.

Esta pesquisa volta-se à realidade de territórios solidários em rede, tendo em vista a análise e compreensão do fenômeno tomando como realidade empírica comunidades do turismo comunitário do Ceará. Analisa iniciativas de comunidades no turismo e mediações de instituições como ONGs, universidades e Estado verificando como o turismo promove o desenvolvimento regional e tem contribuído pra mudar a imagem da região pobre e desprestigiada. Investiga-se ainda como o eixo do turismo comunitário atende necessidades de pequenos lugares, e como se integra e reage ao modelo hegemônico de sociedade e as exigências do mercado.

O estado do Ceará, destino turístico nacional, integra-se ao mercado internacional dinamizado por redes de hotéis, *resorts*, e serviços, e no conjunto desse movimento surgem as redes do turismo comunitário da America Latina, do Brasil e do próprio estado. Associadas a diferentes redes de turismo de base local, comunidades brasileiras (cearenses) promovem a atividade turística. Enquanto muitos turistas exigem luxo, conforto, consumo e distanciamento, os turistas do eixo comunitário, em sua maioria, buscam experiências solidárias, desejam conhecer o cotidiano de comunidades e, sobretudo, buscam conhecer culturas locais no convívio com costumes e padrões culturais dos lugares visitados. A ampliação e intensificação da troca de conhecimentos contribuem para alargar concepções de mundo tanto dos residentes quanto daqueles que fazem turismo. Interroga-se em que o turismo organizado em redes ajuda divulgar e comercializar destinos turísticos, e como aproxima lugares, pessoas e culturas, identificando o que circula nas redes.

Comunidades do Ceará encontram-se articuladas em redes nacionais e internacionais de turismo, em especial na Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede TUCUM - com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário do estado. Essa rede está articulada a outras de maior dimensão, como a Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário - TURISOL e a Rede de Turismo Comunitário da América Latina – REDTURS. Ressalta-se, ainda, que no Ceará existem grupos

do turismo comunitário não vinculados formalmente à Rede TUCUM, por não adotarem todas as orientações e não atenderem aos padrões estabelecidos pelos articuladores da rede local. Isso mostra a diversidade de ações e conflitos em comunidades, ONGs e Estado.

Realizou-se pesquisa *on line* para levantar dados das redes nacionais e internacionais, tendo sido a pesquisa de campo realizada em territórios do turismo comunitário no Ceará. Analisou as dinâmicas de alguns territórios turísticos de base comunitária do Estado do Ceará, nas formas de articulação e comercialização global assim como a inserção no mercado pelas redes e a contribuição do movimento ao desenvolvimento local.

No Ceará tem predominado o turismo convencional que se vincula aos mega-empreendimentos e à acumulação de capital nas redes globalizadas de turismo. Esses empreendimentos chegam nos países pobres desagregando e expropriando pescadores, que resistem a essas ações e promovem o turismo alternativo, também articulado em redes.

A partir dessa problemática, para entender e explicar esse fenômeno, assim como as contradições e conflitos do mesmo, elaborou-se os seguintes questionamentos:

- As redes de turismo comunitário são apenas estratégias de inserção de comunidades no mercado ou tem maior significado indicando resistência ao modelo consumista vigente?
- Como as políticas de turismo são capazes de promover o desenvolvimento local?
- Qual o papel dos parceiros como organizações não-governamentais - ONGs, Instituições de Ensino Superior – IES – que trabalham na promoção e desenvolvimento do turismo comunitário?
- Quais as intenções e pretensões dessas organizações?
- O que motiva territórios turísticos cearenses articularem-se “formalmente” à Rede TUCUM?
- Por que algumas comunidades não se inserem à rede local, embora se articulem à redes internacionais?
- Como o Estado compreende o turismo comunitário e como se relaciona com este movimento?

- Como se dá a articulação entre redes do turismo comunitário e os demais serviços complementares à atividade turística?

Assim são objetivos dessa investigação estudar as redes do turismo comunitário e suas implicações no território cearense, a partir da inserção de comunidades no mercado turístico global, e em redes latino-americanas. Para isso, fez-se necessário identificar os territórios turísticos inseridos nas redes e verificar como se dão as relações; compreender as articulações das várias redes de turismo comunitário com serviços complementares à atividade turística; compreender os conflitos e as contradições vivenciadas pelas comunidades do turismo solidário; entender o papel das ONGs no que concerne à organização do turismo comunitário, bem como na articulação das redes; compreender a atuação do Estado para o desenvolvimento do turismo comunitário e como se relaciona com o movimento; além de analisar políticas de turismo relacionando-as ao desenvolvimento regional e local.

Para a realização deste estudo adota-se metodologia crítica, tendo em vista a apreensão do objeto em sua totalidade, Trata-se de um estudo exploratório das redes de turismo comunitário e de suas inserções na cadeia produtiva do turismo. Utilizam-se de pressupostos do materialismo histórico, pois se busca contradições, conflitos, negação, historicidade e totalidade da realidade estudada. A pesquisa está orientada por abordagens quanto-qualitativas, utiliza-se de dados primários e secundários, pesquisas *on line*, roteiros de entrevistas e trabalhos em campo, além da produção de acervos fotográficos.

A base teórica que subsidia a análise remete a conceitos da geografia, economia, turismo e outras ciências sociais, tendo destaque as seguintes categorias de análise: espaço geográfico, território, turismo, desenvolvimento local, redes, comunidades, Estado. Elas norteiam as reflexões do tema problema proposto e servem para teorizar o objeto de estudo. A revisão da literatura é parte inerente ao arcabouço teórico-metodológico do trabalho.

Dados empíricos das comunidades integrantes das redes de turismo foram importantes para compreensão e explicação. Assim, foram realizadas

pesquisas via *internet*, pesquisas institucionais em órgãos públicos, priorizando visitas e entrevistas com responsáveis pelas Secretarias de Turismo com o intuito de obter dados secundários e informações que ajudem a produção científica. Entrevistas com representantes de ONGs, participantes da organização das redes de turismo comunitário no Ceará foram realizadas.

Pesquisas de campo em comunidades integrantes da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede TUCUM - foram realizadas para analisar, empiricamente, as formas de articulação das comunidades com a atividade turística; foram realizadas entrevistas, filmagens e registro fotográfico das comunidades. Utilizaram-se mapas temáticos, tabelas e gráficos que apresentaram o produto da pesquisa. Os dados primários e secundários servem de base para análises. Para levantamento de dados das redes nacionais e internacionais do turismo Comunitário, foi realizada pesquisa e entrevistas via *internet*.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira discute-se a ação do Estado, da sociedade e a organização das comunidades na gestão dos chamados territórios solidários para o desenvolvimento local pela atividade turística, no Ceará. A segunda abrange a temática das políticas públicas de turismo aplicadas à realidade nordestina e cearense na promoção de políticas públicas para a atividade turística, tendo em vista analisar conflitos e contradições. O terceiro bloco apresenta a discussão do turismo comunitário em rede, analisando as formas de organização reticular entre territórios cearenses e latino-americanos, a relação das comunidades com organizações não-governamentais, além do aprofundamento em relação às redes de territórios do turismo comunitário, enquanto estratégia de mercado e (ou) resistência ao modelo de sociedade.

O turismo promove discussões e questionamentos, por ser atividade econômica complexa e contraditória, produtora de espaço, dinamizadora de fluxos de informações, pessoas e capital e, assim como as demais atividades econômicas, precisa ser investigado.

1. TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS DO TURISMO COMUNITÁRIO: SUJEITOS SOCIAIS E PRÁTICAS POLÍTICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O movimento dialético da sociedade dinamiza relações e transformações espaciais, ao longo da história, por diferentes sujeitos sociais que apresentam interesses políticos, econômicos e culturais diferentes e muitas vezes conflitantes. Condicionado e condicionante, produto e produtor dessa dinâmica, o espaço geográfico, enquanto instância social, apresenta múltiplas dimensões, fazendo da produção territorial importante fenômeno para a ciência geográfica. Território refere-se à produção e apropriação, uso e dominação de sujeitos sociais que, individual ou coletivamente, modificam e fortalecem relações de poder, criando identidades e simbologias.

Afirma Castro (2005) que a pluralidade de grupos e classes sociais que compõem as sociedades nacionais capitalistas contribui para gerar diversidade e divergência de interesses, produzindo, assim, conflitos. Esses, muitas vezes, relacionam-se à religião, raça, sexo, cultura, política e economia e se materializam em territorialidades movidas por objetivos e racionalidades hegemônicas, em conflito com interesses contra-hegemônicos. Estes conflitos ocorrem em todas as atividades e em especial no turismo.

O turismo, assim como as demais atividades econômicas, seleciona e promove a produção e transformação de espaços, de acordo com a luta de classes sociais. Dessa forma, a apropriação dos territórios não se dá apenas por aqueles que priorizam a reprodução ampliada do capital, reforçando o modo de produzir desigual e combinado, mas realiza-se também pelas classes pobres e, às vezes, por meio de participação comunitária e solidária. Essa produção associa-se ao sentimento de pertença, resistência e luta daqueles que se sentem excluídos dos resultados da produção da riqueza e desejam incluir-se na cadeia produtiva do turismo. Assim, Santos (2001, p.80) afirma que nesse conflito há a seleção de lugares que

> acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. [...] O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história, como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente.

Assim, surgem territórios solidários ou territórios alternativos, este defendido por Haesbaert (2002), como forma de representação do poder que parte da classe dominada. A organização do turismo de base local em territórios solidários revela forma diferente de apropriação territorial, que por meio da atividade turística conseguem resistir ao modelo econômico consumista e fortalecer o poder, a identidade e a solidariedade de territórios periféricos ao capital. Simboliza a emergência da outra globalização que, conforme Santos (2000), cria políticas, lutas e formas de resistência às imposições hegemônicas sobre o território. Haesbaert (2002) explica o fenômeno ao afirmar que:

> Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam "micropolíticas" capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso, mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada (HAESBAERT, 2002, p.14).

Ações e interesses dos sujeitos sociais promovem o intenso processo de construção e desconstrução territorial, configurando, assim, o território móvel, dinâmico e articulado em rede, não como algo estático, posto que é produto constituído de relações sociais, e não configurando, apenas, o espaço físico. Santos (2001) afirma que o território não é neutro nem passivo às ações dos sujeitos produtores do espaço, uma vez que as múltiplas territorialidades demonstram complexidade e diversidade de significados, como explicam as teorias geográficas. E é isso que se encontra nas territorialidades turísticas.

1.1. Estado e Território: conceitos geopolíticos do cotidiano

A compreensão do território perpassa à multiplicidade de formas de apropriação e transformação do espaço por grupos e classes sociais distintas. Funcionalidades diversas são atribuídas aos lugares apropriados, vividos, ocupados, portanto territorializados, em diferentes temporalidades, assumindo, assim, diversidade de significações aos sujeitos produtores que territorializam o espaço, produzindo território. Daí porque nas cidades, morros, favelas, campo, se fala de novas e múltiplas territorialidades.

Para entendimento de território, Raffestin (1993) destaca que este não pode ser confundido com espaço, embora os conceitos apresentem estreita relação, pois território é produzido, socialmente, como fragmento do espaço. O autor explica que o

> território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (op.cit.: p.143).

A territorialização do espaço implica em apropriação, delimitação e controle do espaço pelos sujeitos sociais. É no espaço, portanto, que ocorre a materialização das relações sociais de poder e, assim, a produção de territórios em dinâmicas conflitivas, dado o jogo de interesses dos que se apropriam. As relações sociais no território são amplas e diversas, pois segundo Egler (1995, p.125) o território "pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas". Para Souza (1995, p.78) o território destaca-se "fundamentalmente como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder".

Referindo-se ao poder, Foucault (2007) considera não apenas a perspectiva de negatividade e de repressão, mas o percebe como instrumento necessário à produção territorial. Afirma o autor que:

> Se o poder fosse repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (op.cit.: p.08).

Raffestin (1993) evidencia no território o poder de controlar e dominar homens e coisas, representando trunfos para garantir esse poder. A *população* está na origem do poder, da ação e da transformação territorial; no *território* ocorrem as relações, campo de ação e espaço político que sem a população seria um dado estático e os *recursos* são os condicionantes da ação da população no território. É no território, portanto, que se processa a condição de vida de qualquer ser vivo e em especial do homem. É dele que parte a relação de "interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho

e a política" (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.247). A partir da vivência do/no território, associada à presença dos fixos e fluxos em constante mutação e pela combinação das ações passadas e presentes, Santos (2000; 2007) e Santos e Silveira (2001) afirmam que não é o território em si que constitui categoria de análise, mas o território usado ou utilizado. No turismo, tanto empresários quanto comunidades dispõem dos trunfos do poder explicado por Raffestin, que são territórios, sujeitos e recursos dos quais se apropriam. O que os diferenciam são as relações de poder, pois quanto maiores os trunfos, maiores as forças ou capacidade de barganha, daí porque os grupos minoritários conquistam empedramento.

A evolução e complexidade das discussões, acerca da temática, destacam que apropriação ou uso social qualificam a existência do território e não a concepção de *habitat*, região ou área, demonstra a humanização do espaço localizado, que se diferencia da visão determinista. A Geografia avança em relação às concepções naturalistas que consideram o território apenas realidade natural, "e aponta para visão social do objeto geográfico, posto, não mais como solo, paisagem ou superfície da Terra, mas diretamente como a relação sociedade-espaço em si" (MORAES, 2005, p.45). O estudo do território envolve, portanto, análises relacionadas às dimensões econômica, política e cultural materializadas ao longo da história, em delimitados espaços e por diferentes sujeitos sociais.

Costa (2006, p. 40) faz referência a diferentes combinações de abordagens associadas ao entendimento do território na Geografia, as quais foram agrupadas nas seguintes vertentes básicas: *política ou jurídico-política* – "o território é [...] espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes [...] relacionado ao poder político do Estado"; *cultural ou simbólico-cultural* – "o território é [...] produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido"; *econômica* – "enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho"; *natural(ista)* – analisa "território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento "natural" dos homens em relação ao seu ambiente físico".

No turismo, vê-se que a vertente jurídico-político é representada pelas políticas públicas; a vertente cultural simbólica mostra que os espaços possuem significados diferenciados, pois enquanto a praia é referência de vida para o pescador, passa a ser objeto de consumo ou mercadoria para o especulador; a vertente econômica mostra que a matéria prima do turismo é a natureza e se realiza no embate capital trabalho, e na vertente naturalista vê-se que as atividades econômicas precisam respeitar as dinâmicas naturais, usar os recursos de forma a evitar impactos e de forma a conservá-los para as gerações futuras. É comum ouvir de turistas expressões como "vá visitar antes que se acabe", servindo de alerta aos usos irracionais e exaustivos dos recursos pelo turismo.

Destacando a relevância das vertentes, Costa (2006) apresenta a necessidade de ampliação/complexificação das discussões sobre o tema território e propõe a organização de amplo debate metodológico e filosófico a partir dos binômios: *materialismo-idealismo* – visão parcial ou integradora de território, a partir da distinção ou interação das abordagens; *espaço-tempo* – em que é analisado o caráter absoluto ou relacional do território[1], além da compreensão da historicidade e geograficidade, enquanto componente ou condição social e espacial ou se são restritas a determinados períodos, grupos sociais ou espaços geográficos.

A adoção das referidas dimensões e binômios de análise do território permite ao pesquisador optar por um caminho de discussão e compreensão do fenômeno territorial, não de forma segmentada, mas trabalhando vertentes e binômios de forma vinculada, para a abrangência da totalidade do fenômeno, sobretudo se tem em vista a compreensão de conflitos, contradições e interações entre as várias formas de apreensão do território e ação dos sujeitos em diferentes temporalidades.

[1] O caráter absoluto, ao qual o autor refere-se, é tratado "tanto no sentido idealista de um *a priori* do entendimento do mundo, como na visão kantiana de espaço e tempo, quanto no sentido materialista mecanicista de evidência empírica ou "coisa" (objeto físico, substrato material), dissociada de uma dinâmica temporal". Já a perspectiva relacional, a partir das concepções de Robert Sack e Claude Raffestin , aborda o território "completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder" (COSTA, 2006, p. 80).

O estudo de território na Geografia remete inevitavelmente às análises da Geografia Política, ainda no século XIX, com Ratzel, que tem por base o projeto imperialista alemão, a formação do Estado-nação a partir de controle, defesa, poder e transformação do território pela sociedade organizada. Segundo Castro (2005, p.20), os trabalhos de Friedrich Ratzel privilegiam a "necessidade de refletir sobre os problemas de sua época, ou seja, a disputa dos territórios e o fortalecimento dos Estados como garante do poder dos povos dos territórios por eles ocupados". Para Ratzel é o Estado o abonador do território, daí a preocupação com fronteiras, objetos naturais, população e circulação, tendo influência de correntes de pensamento naturalista e sociológica. Para Ratzel as representações geográficas, religião e ideais nacionais desempenham forte influência na evolução do Estado (RAFFESTIN, 1993). Daí porque no turismo o Estado é o controlador das políticas, dos fluxos, das divisas e do movimento migratório, pois quando o turista entra em um país é carimbado seu passaporte para o controle de sua permanência. Se o turista ultrapassa o prazo determinado, passa a ter estada considerada ilegal pelo Estado.

Raffestin (1993) mostra que nos estudos de Ratzel há estreita relação entre solo e Estado: "o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais" (op.cit.: p.13). A essa exploração entende-se como a intrínseca relação sociedade e natureza, o que representaria o progresso, a formação ou fortalecimento do Estado. Segundo Moraes (2005, p.70), o território de Ratzel

> representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda do território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas.

A ideia do Estado como único detentor do poder vem do conceito da geografia política de Ratzel. Adota-se a concepção totalitária, abordada no sentido de abranger uma totalidade, não associado ao "Estado totalitário", referente ao quadro político. "Isso é tão evidente que Ratzel só faz alusão, em matéria de conflito, de choques entre dois ou vários poderes, à guerra entre Estados. [...] A ideologia subjacente é exatamente a do Estado triunfante, do poder estatal" (RAFFESTIN, 1993, p.16).

Afirma Moraes (2005) que os trabalhos de geografia, no fim do século XIX, pouco se dedicam à perspectiva histórica dos territórios, tomando-os como acidentes geográficos da superfície terrestre sob abordagem estática e descritiva centrada no presente, apesar de Ratzel haver proposto a análise da formação territorial nos estudos geográficos. O fortalecimento das críticas ao positivismo, nas últimas décadas do século XX, e a adoção de novos métodos e metodologias exige que se entenda território como produto explicável pelo processo de formação territorial[2], portanto, resultado histórico da relação sociedade com o espaço.

Território passa a ser apreendido pela "articulação de processos sociais que resultam de intervenções humanas nos lugares e criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre" (op.cit.: p.52). A análise dos processos nas dimensões econômicas, políticas e culturais "permite o resgate da história de como se conformaram os atuais territórios existentes no mundo contemporâneo" (op.cit.: p.53), a partir da ação e relação existente entre grupos sociais e atividades por eles exercidas.

Assim, território é conceito chave para a compreensão das ações atuais do Estado e das políticas públicas sejam urbanas, econômicas ou de turismo. É no território que incidem as ações públicas para empreendedores privados e da sociedade. Estado e território são temas de amplo debate e de profundas interrelações. Segundo Castro (2009), essa relação reside na "natureza territorial" do Estado, pois sendo "mero espaço de controle ou escala de mando, o território confere substância ao Estado, que sem ele é uma figura jurídica, uma intenção, mas não uma realidade histórica e social" (op.cit.: 579).

Para Santos (2002, p.232), o Estado-Nação é constituído por elementos essenciais como: território, povo e soberania , sendo que a "utilização do território pelo povo que cria o espaço geográfico. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania". Esta expressa, portanto, a autoridade estatal que para Damiani (2008) é importante instrumento político de regulação

[2] Para Moraes (2005, p.51), a "reflexão geográfica levou muito tempo para diferenciar a análise do *território* da análise da *formação territorial*", tendo em vista a influência positivista que trata o objeto como fato e dificulta a teorização de processos e dinâmicas espaciais.

social do território. Assim, território e territorialidade, na geografia, “dizem respeito a estratégias de controle, disciplina e apropriação que envolve o desenvolvimento do Estado moderno e todo o seu aparato institucional, de polícia e política; em outros termos, a produção política da sociedade” (op.cit.: p.112). E compreender os territórios turísticos implica situá-los frente ao comportamento estatal.

A apropriação territorial pelo turismo, segundo Cruz (2000), ocorre a partir do direcionamento da política pública em determinado lugar turístico. São as metas e as diretrizes das políticas que norteiam “o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada” (op.cit.: p.9), acrescente-se, ainda, à iniciativa comunitária. Cada sujeito define a política de direcionamento do turismo e, portanto, de transformação territorial, a partir da interação do conjunto de sistemas de objetos e ações, como forma de estruturação e dinamização da atividade. Dessa forma, a disputa do poder e a regulação do território são pontos centrais da relação existente entre os sujeitos, em que o Estado apresenta-se como importante regulador e normatizador do território, embora não único.

A territorialização das sociedades por diferentes condições e interesses, muitas vezes conflitivas, mostra a relação entre Geografia e Política. O arcabouço teórico decorrente dessa interação é definido por Castro (2005, p. 15) a partir da relação política, enquanto “expressão e modo de controle dos conflitos sociais”, e território, “base material e simbólica da sociedade”. Assim, a geografia analisa conflitos de interesses que “produzem disputas e tensões que se materializam em arranjos territoriais adequados aos interesses que conseguem se impor em momentos diferenciados” (op.cit.: p.79). E o resultado é a produção de “espaços que mandam”, “espaços que obedecem” e, ainda, espaços que resistem, ou seja, espaços produzidos pelos sujeitos que nele lutam e definem territorialidades.

Referente aos “espaços que mandam” e “espaços que obedecem” Santos e Silveira (2001) destacam variáveis de análise das diferenciações existentes no território. Para os autores, comando e obediência não devem ser atribuídos ao lugar em si ou apenas ao poder de regulação de instituições

públicas e privadas, mas resultado do conjunto de condições presentes no espaço geográfico, compreendido como conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações. “Os espaços do mandar são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo. Este último, o pensamento, dá-se por meio de todas as modalidades de informação subjacentes à produção moderna” (op.cit.: p. 263).

No turismo, informação e circulação caminham juntos o que faz muitos territórios turísticos de “comando” serem considerados, também, espaços da fluidez e rapidez (SANTOS e SILVEIRA, 2001), tendo em vista a existência de técnicas, cada vez mais modernas, que permitem a dinamização e intensificação dos fluxos da atividade.

Obedecer, por sua vez, também é condição de transformação territorial. A racionalidade hegemônica invade espaços e os modifica muitas vezes em detrimento da cultura e história de um povo. A implantação de equipamentos urbanos/turísticos como meios de hospedagens, vias de transportes, restaurantes, comércios, aeroportos, agências de viagens, espaços de entretenimento, em alguns casos, descaracteriza as particularidades dos territórios com artificialização e tecnificação de lugares e desvalorização do que é tradicional. Fato constatado em núcleos receptores do turismo convencional onde se desprestigia a cultura local, o artesanal e espaços homogeneizados são construídos considerados pelos críticos como não lugar pela falta de identidade dos visitantes com o lugar.

Entretanto, há espaços que resistem e lutam em comunidade pelo ordenamento dos territórios onde vivem. A negação à implantação de grandes empreendimentos turísticos em alguns territórios não significa que comunidades se oponham ao turismo, mas propõem organização diferenciada da atividade a partir do trabalho participativo, comunitário. Percebem na iniciativa comunitária ensejo de trabalhar no e para o turismo como oportunidade de ganhos e forma de resistência às imposições do trabalho no turismo convencional que visa, por excelência, a acumulação de capital.

É no espaço, portanto, que se constituem os territórios, por meio de relações instituídas em sociedade, ao longo do processo histórico. Santos (2002, p.152) define o espaço como “conjunto de formas representativas de

relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções"[3]. Segundo Carlos (1997), o espaço geográfico é "produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante".

Para compreensão da dinâmica e totalidade do espaço, Santos (1992), metodologicamente, fragmenta o todo espacial de forma que, posteriormente, seja reconstituído pelo pesquisador. Para o autor o espaço é constituído por elementos: os *homens* – na qualidade de fornecedores e candidatos à mão-de-obra; *firmas* – responsáveis pela produção de bens, serviços e ideias; *instituições* – produtoras de normas, ordens e legitimações. O homem pode ser considerado instituição ao situar-se na qualidade de cidadão; *meio ecológico* – "conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano" (op.cit.: p.6), não representa, portanto o espaço da primeira natureza, mas o meio humanizado (segunda natureza) e cada vez mais tecnificado; e *infra-estruturas* – "são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casa, plantações, caminhos etc. (op.cit.: p.6)."

Rodrigues (1997), em análise geográfica sobre o turismo, destaca a atuação da atividade turística no espaço a partir dos elementos propostos por Santos (1992), compondo, assim, os "elementos do espaço do turismo". Para a autora, os *homens* são turistas, residentes, trabalhadores e proprietários das firmas e instituições diretamente ligados à atividade turística. As *firmas* correspondem a serviços relacionados à hospedagem, gastronomia, agências de turismo, companhias de transporte (aéreos, rodoviários, marítimos); empresas de publicidade e propaganda. As *instituições*, de onde partem normas, ordens e legitimações referentes ao turismo são aquelas a serviço do Estado, como Organização Mundial do Turismo – OMT, Ministério do Turismo – Mtur, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Brasileiro do Meio

[3] A isso, faz-se relação ao que Santos (1992) chama de categorias de análise espacial, ou ainda, do método geográfico: forma – o aspecto visível de algo –; função – papel desempenhado ou tarefa esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa –; estrutura – "implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção" –; processo – "ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança" (op.cit.: p.50).

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. As *infra-estruturas*, instaladas para apoio ao turismo, são equipamentos e serviços urbanos consumidos por turistas e população residente, planejadas de acordo como a demanda de visitantes, muitas vezes instável. Sobre isso, alerta a autora: "basta uma campanha publicitária contemplar determinado lugar para que a demanda se avolume desmesuradamente, rompendo o equilíbrio entre oferta e demanda, [...] – prova cabal de que a razão instrumental nem sempre funciona" (op.cit.: p.69). Por fim, o *meio ecológico* constitui o conjunto dos complexos territoriais modificados pela ação humana, tais como territórios transformados pela e para atividade turística, configurando-o não somente como "receptáculo das ações humanas, mas é também, delas resultante, durante o processo histórico" (op.cit.: p.70).

A formação do território relaciona-se ao processo social e histórico de valorização do espaço, como explica Moraes (2005). Esse, por sua vez, associa-se a outros processos: produção do espaço (*stricto sensu*) e apropriação do espaço produzido. Produzir espaço objetiva-se na criação de formas pela ação humana, em diferentes momentos históricos, marcada pela relação, não natural, entre sociedade e espaço. Daí porque se afirma que o espaço não é neutro e que é a sociedade que determina as formas de relações com a natureza ou com o espaço geográfico. Já a "revivificação das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente" (op.cit.: 43) implica no processo de apropriação do espaço produzido, o que mostra a complexa e íntima relação entre os processos.

As (novas) funcionalidades atribuídas às formas "humanizadas" dão aos espaços características que expressam maneiras, historicamente produzidas, de valorização do espaço. "Cada vez mais, os lugares são qualificados pelas heranças em espaços construídos que possuem; no passado, contudo as condições naturais prevaleciam na definição das "vocações" locais" (op.cit.: 42).

No capitalismo, as condições naturais do lugar apresentam relevância ao processo de valorização do espaço. Atividades, como o turismo, apropriam-se dessas condições, transformam espaços naturais em mercadorias, vendendo-os para visitantes e/ou investidores. Segundo

Rodrigues (1997, p. 30), isso representa algo que “parece ter sido meticulosamente arquitetado com séculos de antecipação. Cria-se a fábrica, cria-se a metrópole, cria-se o estresse urbano, cria-se a necessidade do retorno à natureza”. Há, portanto, um processo contínuo de apropriação, transformação e reapropriação[4] desses espaços, o que gera necessariamente contradições e conflitos de interesses, face ao jogo político-econômico dos sujeitos, assim com explicam Costa e Almeida (1998, p. 275) ao afirmarem que o território é

> espaço em movimento, formando e deformando-se sob o fluxo do movimento das interrelações entre os atores e o espaço. O território é uma configuração temporária de um arranjo espacial, sustentado e mantido pelas interações diferenciadas de poder dos atores sociais envolvidos

A dinâmica espacial se dá pelas ações de diferentes (e divergentes) sujeitos sociais, ou ainda, conforme Corrêa (1999) que, ao discutir a produção e consumo do espaço, destaca a ação dos “agentes produtores do espaço”. “A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem” (op.cit.: p.11).

Sposito (2008), analisando redes e cidades, destaca a definição dos “agentes produtores do espaço” estabelecidos por autores como Marcel Roncayolo e Lobato Corrêa. Para Roncayolo os “agentes” são representados pelos proprietários do solo e imóveis – agem pela constituição do patrimônio particular –; as organizações econômicas – variam desde os bancos, comércios e indústrias às imobiliárias e empresas de construção –; e por fim, o poder público. O referido autor, portanto, não faz menção à ação de grupos populares, ao contrário de Corrêa.

Referindo-se ao espaço urbano, Corrêa (1999, p.14) afirma que a produção e o consumo do espaço por diferentes “agentes produtores” que resulta em intensa reorganização espacial, e que “a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções

[4] Moraes (2005) faz uma divisão, do ponto de vista lógico-histórico, do processo de valorização do espaço em processos mais específicos: apropriação dos meios naturais, transformação dos meios naturais e reapropriação dos meios já transformados.

tenham mudado". Assim Corrêa (1999) mostra a transformação dos territórios a partir das estratégias, ações, interesses e conflitos associados aos seguintes "agentes produtores do espaço": proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; proprietários fundiários; promotores imobiliários; Estado; e grupos sociais excluídos.

Os grandes proprietários dos meios de produção, representados pelos industriais e proprietários de empresas comerciais, em razão da ampla dimensão das atividades que desempenham, são "grandes consumidores do espaço", pois precisam "de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas" (op.cit.: p. 13). O que marca a existência de relação conflituosa desses com o grupo dos proprietários fundiários, interessados na obtenção da maior renda da terra[5]. Para o autor, tais conflitos são resolvidos com a intervenção do Estado que, muitas vezes, favorece aos proprietários dos meios de produção, tendo em vista que eles comandam a vida econômica e política no capitalismo.

Os proprietários de terra têm interesse na maior renda fundiária das propriedades, em especial urbanas, na medida em que essas são mais valorizadas que as rurais. Ao destacar a valorização de terras a partir da localização e da relação com o Estado, o autor mostra que os

> proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como o mar, lagos, sol, sal, verde etc., agem pressionando o Estado visando à instalação da infra-estrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infra-estrutura. Tais investimentos valorizam a terra que anteriormente fora esterilizada por um razoavelmente longo período de tempo. Campanhas publicitárias exaltando as qualidades da área são realizadas, ao mesmo tempo em que o preço da terra sobe constantemente (CORRÊA, 1999, p.18).

Os promotores imobiliários são os "responsáveis pelas operações que facilitam a compra e a venda de fragmentos da cidade" (SPÓSITO, 2008,

[5] Explica Spósito (2008, p. 24) que "também chamada de renda da terra, a renda fundiária refere-se à capacidade que as pessoas têm de se apropriar, sob a forma de dinheiro, de tudo que é produzido. A renda pode ser absoluta (aquela definida pela existência da propriedade particular da terra), diferencial (caracterizada pelas características da propriedade, desde a fertilidade do solo até sua localização, quando se trata da cidade) ou de monopólio (definida pela capacidade que algumas pessoas têm de pagar por produtos pouco oferecidos no mercado)".

p.26). Essas operações constituem: incorporação – decisões relacionadas à localização, tamanho da unidade, qualidade do prédio a ser construído, escolha da construtora, propaganda e venda das unidades; financiamento – recursos monetários destinados à compra e construção do imóvel; estudo técnico – para a verificação da viabilidade da obra; construção ou produção física do imóvel – ação das firmas especializadas e da força de trabalho; comercialização – passagem do capital-mercadoria para capital-dinheiro, acrescido de lucros.

Assim, o Estado apresenta ação complexa e diversificada, pelo fato de agir "diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também agente de regulação do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais urbanos" (op.cit.: p.24). Daí Corrêa (1999) afirmar que o Estado não é uma instituição neutra, pois governa sob uma racionalidade que tende a privilegiar interesses da classe dominante, viabilizando condições para realização e reprodução da sociedade capitalista.

No entanto, os grupos sociais excluídos destacam-se como aqueles em que bens e serviços produzidos no território são de difícil acesso, sendo a habitação um desses bens de uso seletivo. Esses se tornam sujeitos modeladores do espaço com a produção das territorialidades solidárias, em que a produção destes territórios é, antes de tudo, formas de resistência e, ao mesmo tempo, estratégias de sobrevivência, tendo em vista o desenvolvimento local.

Ressalta-se, entretanto que, para o entendimento das dinâmicas espaciais, exige-se a apreensão das interrelações entre tais sujeitos, muitas vezes em defesa de interesses conflitivos, que transformam intensamente o espaço geográfico. A complexidade do mundo atual, associada ao jogo de interesses que promove as transformações espaciais em diferentes escalas suscita discussões, quando se leva em conta a heterogeneidade, a não linearidade dos fatos e as formas de resistências às mudanças impostas pelo modelo hegemônico onde prevalece o modelo do mercado. A compreensão do conceito de território e territorialidades e das estratégias de ação dos sujeitos e da multidimensionalidade das relações de poder como reflexões desse estudo,

explicam a formação de territorialidades solidárias em contraponto aos territórios do grande capital.

O envolvimento dos vários sujeitos na produção territorial, a organização e dinamização do turismo explicam a representatividade do fenômeno em discussões políticas e econômicas no cenário nacional e regional, com destaque, também, em debates e discussões acadêmicas pertinentes às relações, conflitos e contradições sociais associados à atividade turística. Na produção territorial para o turismo são básicas as ações do Estado, iniciativa privada, turistas e residentes dos lugares turísticos.

O Estado, por meio de políticas públicas, fomenta e promove a atividade, incentiva a ação de micro e macro empresários do turismo por meio de incentivos fiscais, viabiliza a implantação de equipamentos, infra-estruturas e demais condições necessárias ao atendimento, em especial, aos visitantes e investidores privados, tendo em vista interesses políticos e a dinamização da economia local pela atividade turística.

Os empresários – proprietários de agências de viagens e passeios turísticos, donos de *resorts*, hotéis, pousadas, parques, bares, restaurantes, locadoras de veículos etc. – fazem o *marketing* turístico e divulgam atrativos exóticos, qualidade de atendimento e receptividade; em parceria com o público, apropriam-se dos espaços, seja por conflitos com os residentes ou não, e os transformam em territórios turísticos, objetivando lucro, acumulação de capital e ampliação dos negócios.

Os turistas pagam para viajar, sair da rotina, se divertir, descansar, ter conforto, luxo, usufruir de espaços rústicos, ter boa comida e bebida, conhecer o novo e o exótico, representam, portanto, o público alvo daqueles que trabalham no turismo. Rémy Knafou (2010)[6], em palestra sobre a turistificação com base local, afirma que o lugar turístico é um território apropriado pelas populações que ali vivem e os turistas fazem parte desses grupos, uma vez que são os sujeitos e sem os quais o território não

[6] Palestra XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. “O lugar turístico – entre desenvolvimento local, sustentabilidade e mundialização”. Prof. Dr. Rémy Knafou (*Université Paris1 Panthéon-Sourbonne*). 12 e 13 de abril de 2010. Rio de janeiro – Niterói. Universidade Federal Fluminense – UFF.

funcionaria. Afirma ser o lugar turístico diferente de outros territórios por ser “o território do compromisso” que, para funcionar bem, é necessário haver “compromisso turístico”, entre gestores e o conhecimento tácito, sendo assim que uma sociedade local se torna turística, ocorrendo relações heterogêneas entre residentes e turistas.

Os residentes dos lugares turísticos, muitas vezes, não usufruem dos benefícios advindos da atividade que se expande no território onde se encontram. Em alguns casos, a população local torna-se apenas mão de obra dos equipamentos turísticos (pouco qualificada e mal remunerada) quando não são expulsos dos locais onde moram para dar espaço aos megaempreendimentos. Entretanto, há exemplos de comunidades que organizam um turismo diferenciado do convencional como forma alternativa de trabalho e sobrevivência que se contrapõe ao realizado pelos grandes capitalistas – o chamado turismo comunitário –, embora seguindo determinações do modelo econômico, tendo em vista os benefícios da atividade.

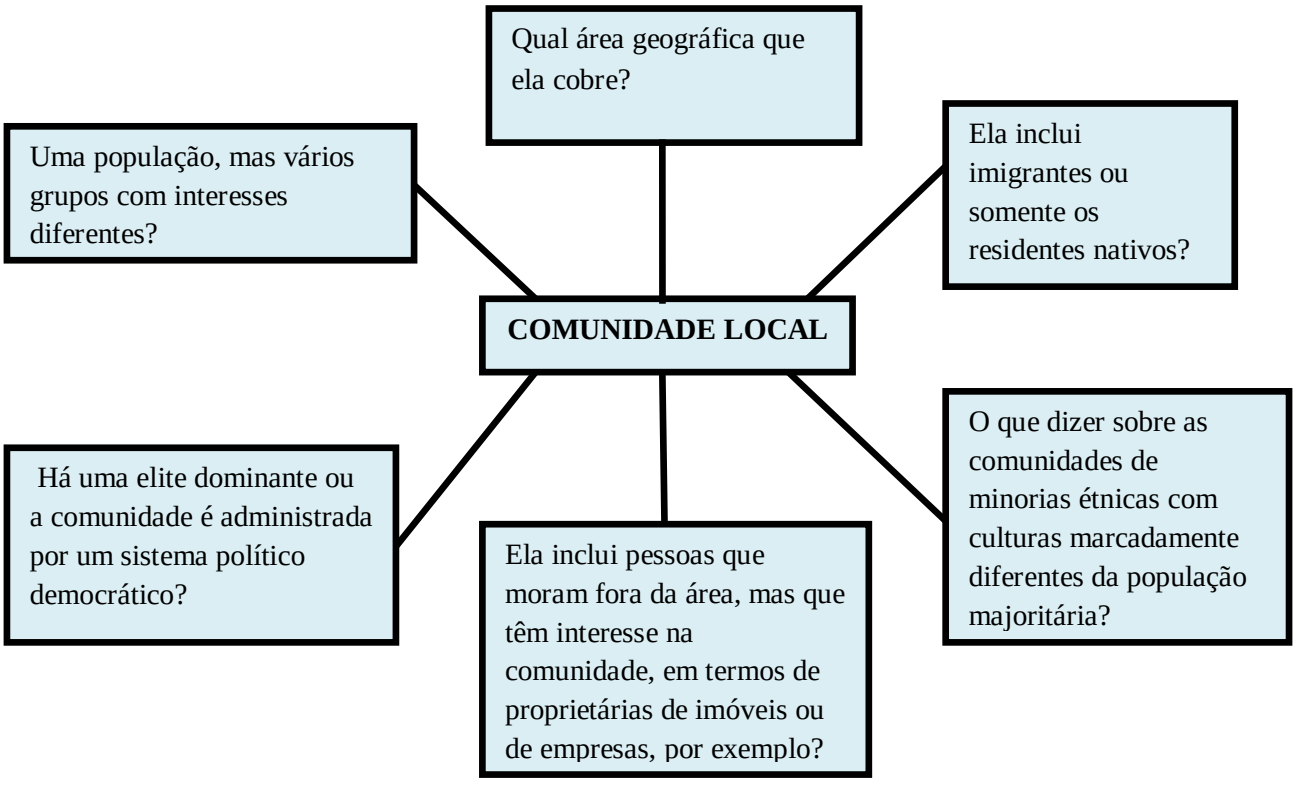
O modo de organização comunitária traz ao local possibilidade de melhorias nas condições de vida da comunidade, por meio de atividades que envolvam todos e decisões tomadas em conjunto. Conforme Sampaio (2002, p.40), essa é a “receita” para que haja o fortalecimento de um governo local, mediante planejamento local de desenvolvimento, “de modo a legitimar as ações políticas e institucionais e também de encontrar mecanismos que assegurem investimentos locais provenientes de boa parcela da riqueza gerada pela própria localidade, de modo a garantir o desenvolvimento local”.

O turismo, portanto, abre espaço para territorialidades produzidas por políticas de Estado, macro políticas privadas, mas também por pequenos grupos que têm se destacado nas formas de organização territorial. Políticas sociais, territoriais ou alternativas, são criadas pela população residente com o intuito de, assim, atingir a gestão do território que realmente atenda as exigências e necessidades locais. Para consolidação desse arranjo político, a organização e articulação comunitária são imprescindíveis, tendo em vista os conflitos e contradições existentes entre classes e estratégias políticas hegemônicas que incidem em diversos territórios.

1.2. Sentimento de pertença e afirmação da identidade local em comunidades

O processo de globalização transforma espaços e torna as relações sócio-territoriais inconstantes e mais dinâmicas. Conseguir se sentir pertencente a algum lugar particular e formar a identidade territorial torna-se desafio local na sociedade global, cada vez mais interligada em redes e simbolicamente homogênea pela prática do consumo. Nesse contexto, o que representa o diferente, o particular e o local ganham destaque e interesse para a atividade turística. Esse foco é alcançado por muitas pessoas, que fogem à rotina e têm interesses em conhecer gente, vivenciar experiências importantes e dar significados às viagens. Assim comunidade é uma categoria emergente no contexto da globalização. Passa a ser pauta de discussões de estudiosos que, como Swarbrooke (2000) apresenta na figura 01, questionam a complexidade do tema.

FIGURA 01 – COMPLEXIDADES DO CONCEITO DE COMUNIDADE



Fonte: SWARBROOKE (2000)

A vivência no mundo moderno, apressado e dominado por relações individualistas, mecânicas, capitalistas fazem do viver em comunidade um contraponto, situação diferenciada algo almejado por alguns. Remete à ideia positiva da categoria associada à amizade, relações fraternas e solidárias entre as pessoas. Afirma Cruz (2000, p.63) que comunidade, inicialmente, expressa

> uma idéia aconchegante, confortável, na qual pessoas que vivem numa área compartilham um senso de propósito e identidade. Ela sugere estabilidade e consenso, um conceito atraente no mundo em que talvez a mudança e o conflito sejam muito mais comuns.

Putnam (2002) considera essa realidade dimensão horizontal associada à cooperação e reciprocidade nas relações, sendo as relações autoritárias e de dependência não integrantes nesse processo. Para o autor, em uma comunidade cívica, os cidadãos são "mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais (...) são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes" (op.cit., p.102).

O "estar em comunidade" traz sensações prazerosas a algumas pessoas. Pensar na coletividade e viver em comunhão representa significados adversos aos hegemônicos da sociedade capitalista. Isso faz com que comunidade passe a ser tomada como paraíso que, segundo Baumman (2003), embora perdido, volta a ser almejado.

> Paraíso perdido ou paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que habitemos e nem de um paraíso que conheçamos a partir de nossa própria experiência. Talvez seja um paraíso precisamente por essa razão. A imaginação, diferente das duras realidades da vida, é produto da liberdade desenfreada. Podemos "soltar" a imaginação, e o fazemos com total impunidade — porque não teremos grandes chances de submeter o que imaginamos ao teste da realidade (op.cti., p.09).

Baumman (2003), ao discutir a temática, destaca a mudança do sentido de comunidade. Esta não representa mais o significado idealizado do aconchego e da solidariedade mútua, sem interesse. Hoje, o que se vê é uma comunidade que "exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição" (op.cit., p. 09). O modo de vida hegemônico é corruptor.

O viver em comunidade é ainda uma necessidade de sobrevivência, desde os tempos mais remotos, entretanto, na sociedade de mercado esse sentimento aparece com ressignificados, tornando-se necessário fazer parte de algo, mesmo que prezem pela autonomia e capacidades individuais. “Saber que não estamos sós e que nossas aspirações pessoais são compartilhadas por outros pode conferir segurança” (op.cit., p.60). Isso faz com que comunidade e liberdade apresentem significações distintas, senão opostas: viver em liberdade é estar inseguro perante os acontecimentos na sociedade, ao contrário da comunidade que representa o lugar da segurança em razão da consistência dos relacionamentos ali existentes que oferecem proteção.

É nesse processo que o desejo de resgate do sentido de comunidade torna-se algo de desejo para muitos, que para Baumman (2003, p.134), embora possa ser visto como paraíso perdido é também paradoxalmente algo que aponta para superação de crises. Explica o autor que

> Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.

Conforme Baumman (2003), ao idealizar a comunidade dos sonhos faz-se uma extrapolação das lutas pela construção da identidade. Explica o autor que a “construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto, e assim deve permanecer para cumprir promessas (ou, mais precisamente, para manter a credibilidade da promessa)” (op.cit., p.62). Comunidades estabelecem territórios para defesa de interesses coletivos, afirmação identitária e fortalecimento da sensação de fazer parte de algum lugar. O território, dessa forma, passa a corresponder ao que afirma Bourdin (2001, p.199),

> “espaço de vida de uma comunidade ou de um conjunto das comunidades que o partilham, definindo-se aqui a comunidade por ao menos dois dos três fatores seguintes: fortes interações entre seus membros no cotidiano, proximidade dos modos e/ou estilos de vida, acentuadas referências comuns (identitárias, religiosas, sociais), bem como pela capacidade de exprimir esta proximidade em instituições coletivas. O conteúdo do território local é sua expressão, através do “viver junto” e dos interesses coletivos.

Assim, uma das formas para trabalhar construções identitárias se dá a partir das relações sociais expressas no território, destacando-se, portanto, enquanto identidades territoriais estabelecidas pelo processo de territorialização (CRUZ, 2007). Este processo é compreendido por Almeida (2004, p.32) como o resultado da interrelação entre "capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um jogo de forças em que os sujeitos sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado".

Para Cruz (2007), o processo de construção da identidade territorial está pautado no entendimento de dois elementos fundamentais: o espaço de referência identitária[7] e a consciência socioespacial de pertencimento. O primeiro refere-se ao espaço nas dimensões físico-natural, social e simbólica onde se apoia a construção de uma determinada identidade social e cultural. Como exemplo, tem-se o mar para muitas comunidades pesqueiras que, como espaço físico-natural, representa instrumento fundamental para realização da principal atividade econômica da comunidade: a pesca. Além de servir para transporte e atuar na organização territorial e dinâmica espacial. Como espaço social está relacionado ao modo de vida da comunidade, associado ao saber e fazer, passado culturalmente às gerações, que o utilizam como fonte de sobrevivência. Como espaço simbólico, expressa o imaginário dos povos pesqueiros, associado às crenças, lendas e vivências no ambiente marinho. Assim explica Diegues (2004, p.16) acerca da relação dos pescadores com o mar:

> O mar é considerado uma entidade viva por inúmeras populações marítimas que mantêm com ele um contato estreito e dele retiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos a serem explorados pela chamada etnociência marítima. De outro lado, as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar.

[7] Explica o autor que essa expressão é utilizada por Poche na obra "La region comme espace de referénce identitaire. Espaces et societés, nº 42,1983", para o estudo da região em perspectiva culturalista.

O segundo elemento refere-se à consciência socioespacial de pertencimento, e leva Cruz (2007) a destacar a construção do sentimento de pertença e do auto-reconhecimento como indivíduo integrante de um grupo, comunidade e/ou território específico. A consciência de pertencimento é construída a partir da relação dialética entre práticas e representações espaciais. Os modos e experiências de vida, os saberes e fazeres do cotidiano dão vida ao espaço da comunidade (espaço vivido) que conjuntamente às representações espaciais, simbologias e ideologias presentes nas imagens, planos e teorias historicamente produzidas (espaço concebido) constroem o sentimento de pertença no território.

Saquet (2007) faz referência à análise do território a partir da construção da identidade local, da conexão com o território e do enraizamento nesse. Ao estudar abordagens e concepções de vários autores sobre território, Saquet (2007) utiliza a teoria de Enzo Rullani para explicar que o pertencer a um território, ou ainda, o "enraizamento territorial", não está associado apenas à localização, mas fazer parte de uma comunidade, estar integrado e envolvido culturalmente, além de ser local e global simultaneamente, em constante interação. O território é, para Santos (2001, p.96), a base da vida humana, não se configurando apenas à superposição do conjunto de sistemas naturais e artificiais, mas é "o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi".

O sentimento de fazer (ser) parte de um território e a identidade territorial constitui processo construído social, espacial e historicamente, em constante mutação. Assim, identidade e pertencimento não se associam apenas ao que é original e autêntico, já que "os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas *tradições* ("raízes", heranças, passado, memórias etc.) como pelas *traduções* (estratégias para o futuro, "rotas", "rumos" projetos etc)" (CRUZ, 2007, p.16). Baumman (2003) afirma que quando se acrescenta o sentimento de pertença à identidade, ela passa a ser flexível e passível de experimentação e mudança. Diz o autor que

> "A facilidade de desfazer-se de uma identidade no momento que ela deixa de ser satisfatória, ou deixa de ser atraente pela competição

> com outras identidades mais sedutoras, é muito mais importante do que o “realismo” da identidade buscada ou momentaneamente apropriada” (op.cit., p.61).

Tentar compreender a construção de identidades, do sentimento de pertença e do viver em comunhão nos espaços turísticos torna-se um dos grandes desafios da ciência. No entendimento desse processo depara-se cada vez mais com a artificialização e atomização das relações nos territórios das comunidades. Diz Krippendorf (2009, p.70) que o “advento do turismo transformou a bela virtude humana da hospitalidade espontânea e gratuita num ganha-pão e numa profissão”. Destacando que há o privilégio dos “valores dos turistas e dos promotores. Pouco importa o que a população local sente, pensa e quer” (op.cit., p.70).

Com o desenvolvimento do turismo comunitário, um pouco dessa realidade é modificada, a partir da participação direta da comunidade na organização do turismo, em que os valores comunitários são destacados. O sentimento de pertença dos moradores locais é construído mediante a valorização dos interesses endógenos e afirmação das identidades territoriais, sendo esses, também, alguns dos atrativos turísticos, socialmente construídos e simbolicamente representados, que turistas desse eixo desejam conhecer em contraponto aos turistas convencionais que preferem metrópoles, shoppings e espaços de consumo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: conflitos e contradições no Estado do Ceará

Aliado ao discurso da geração de emprego e renda, captação de divisas, distribuição de riquezas e crescimento econômico, muitos governos têm o turismo como estratégia chave para o desenvolvimento econômico, tema que passa a ser pauta de discussões e decisões políticas nacionais e internacionais. O turismo passa a constituir uma das atividades econômicas contemporâneas que mais crescem no mundo e o Estado é um forte promotor e incentivador dessa política. Por meio de parcerias com empresários de turismo, a atividade tem se fortalecido e consolidado em vários lugares.

A construção de equipamentos e implementação de serviços necessários ao atendimento à crescente demanda de visitantes é resultado de parcerias políticas que, essencialmente, modificam realidades de territórios nacionais. Assim, não apenas grandes capitalistas têm interesse na atividade turística, mas governos, pequenos empreendedores, comunidades e grupos periféricos organizam o turismo de forma diferenciada, vinculando-o aos interesses das populações locais, ou endógenos. Gestado em políticas de baixo para cima que fortalecem a região, o lugar, a comunidade. A organização em associações comunitárias e os incentivos e assessorias de animadores de Organizações Não-Governamentais - ONGs, de universidades e em, alguns lugares do próprio Estado, têm contribuído para a expansão e dinamização do turismo comunitário em muitos lugares, inclusive no estado do Ceará.

A discussão acerca da ação do Estado em relação à atividade turística ganha destaque em discussões acadêmicas e debates sobre políticas públicas. Dessa forma, aprofundar a temática de políticas públicas ajuda a explicar o turismo em suas variadas dimensões. Sobretudo, porque, no Nordeste, as políticas de turismo têm sido produzidas de forma contraditória, e segundo Coriolano (2006, p.175) “não há como afastar a análise do turismo do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente”. Os jogos de interesses, que atendem a grandes empreendedores da cadeia produtivos

do turismo, promovem resistências com formações de territórios solidários e do turismo em comunidades.

2.1. Planejamento e Atividade Turística: ação do Estado pelas políticas públicas

Muito se discute acerca das ações do Estado na vida em sociedade. Conforme tradição europeia, o Estado, segundo Muller (2000), administra conflitos sociais da sociedade de classes, faz o controle do território, e para isso constrói aparato institucional burocrático[8] regulado por coalização de forças políticas. Castro (2005, p.111), analisando o tema, acrescenta que o Estado é "a instituição política mais importante da modernidade, responsável pela delimitação do território para o exercício do mando e da obediência segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas como legítimas [...]".

Normatizações e legislações estatais são, algumas vezes, consideradas entraves à expansão territorial de grandes empresas, entretanto, a flexibilização na burocracia estatal, em alguns casos, facilita a ampliação da área de atuação e controle de investidores capitalistas privados de diversas atividades econômicas, inclusive do turismo. Relacionando Estado e território, Santos (2001, p.66) mostra que a privatização de territórios denota a dominação "devorante" do capital que objetiva a adaptação e reordenamento territorial às "necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas". Assim políticas públicas associam-se as das empresas nessa investidas com instalação de pesados equipamentos turísticos em núcleos receptores de turismo promovendo mudanças socioespaciais intensas, que alteram a dinâmica territorial local. O Estado oferece

[8] Segundo Weber (2008), o desenvolvimento do Estado moderno tem a estrutura burocrática como um dos elementos que melhor o caracteriza. Para o autor, a burocracia é que garante a força do Estado, a partir da organização racional das decisões políticas, adequando os meios aos objetivos pretendidos, tendo em vista reduzir os poderes individuais e permitir melhor eficiência nas tarefas administrativas. Não devendo, portanto, ser a burocracia entendida como problema e defeito do sistema político estatal. Entretanto, alguns estudiosos afirmam que o excesso de formalismo e documentação dificulta a agilidade das decisões e contribui à baixa eficiência do trabalho em repartições públicas.

infraestruturas e as empresas instalam seus empreendimentos a exemplo do que ocorre no litoral do Nordeste com as instalações dos *resorts*.

A região é categoria geográfica aplicada às finalidades político-operacionais, relacionado às questões físicas, sociopolíticas e econômicas entre estados, municípios ou distritos. O planejamento regional não significa o isolamento com o global, uma vez que a região está inserida no espaço global, sendo, concomitantemente, a totalidade e parcialidade do fenômeno territorial a ser trabalhado. Explica Haesbaert (2002, p.136) que a região

> não deve ser definida no sentido genérico de "divisão" ou recorte espacial, sem importar a escala, como indicam os processos de regionalização [...]; ela deve ser vista como produto de um processo social determinado que, expresso de modo complexo no/pelo espaço, define-se também pela escala geográfica em que ocorre, podendo ser, assim, um tipo de território.

Coriolano *et al* (2009) ressalta que o planejamento regional possibilita o fortalecimento do local. A interrelação de comunidades locais forma regiões que, quando organizadas e ativamente participativas, permitem a ativação econômica e política, diversificando as propostas de crescimento da economia local e busca de melhor qualidade de vida junto às instituições públicas competentes ou ainda por meio de ações próprias de planejamento e gestão de atividades. Assim afirmam os autores:

> Pensar região implica identificar processos que possibilitem reativar economias, dinamizar comunidades, mediante o aproveitamento de recursos endógenos, estimular e diversificar o crescimento econômico, promover em pregos e melhorar a qualidade de vida das populações intermunicipais, que passam a se articular com objetivos comuns, tendo em vista a ampliação de oportunidades, de geração de conhecimentos pelas comunidades que levem as políticas públicas a fortalecer o turismo interno e comunitário (op. cit.: p. 84).

Há ainda a expansão e marcante atuação da iniciativa privada nos territórios, Santos (2001) explica que o Estado acaba tendo menos recursos para aplicá-los ao social, não significando, entretanto, que ele seja minimizado ou ausente, mas "apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante" (op.cit., p.66). Ainda assim, o Estado destaca-se enquanto instituição legítima que detém o direito e poder de interferência e fiscalização em todos os setores e atividades econômicas, além da competência de executar funções básicas coletivas e garantir a satisfação das necessidades da população (BENI, 1999).

A crescente presença do Estado na economia fez a “racionalidade” estatal, ter o planejamento como principal instrumento de interferência (Costa, 2008). A elaboração de planos globais e setoriais permite a instituição definir e alcançar metas para fortalecer a estrutura econômica. Segundo o autor, o grau de eficiência estatal depende de uma série de variáveis como capacidade financeira, controle de fatores externos que afetam a economia nacional e suporte político do empresariado e demais setores sociais. Além desses, políticas fiscais, de créditos e artifícios legais que permitam o estímulo ou não de algumas atividades contempladas no plano são recursos clássicos dispostos pelo Estado para demonstrar eficácia do planejamento estatal. E, sobretudo, criando a ideia de que planejar é garantir soluções, o que de fato nem sempre ocorre, pois o planejamento tem sido instrumento de acumulação do capital.

O planejamento, embora seja importante instrumento de administração política e ordenamento espacial, não é para ser entendido com “a salvação” dos problemas sociais, inclusive dos oriundos da atividade turística. Coriolano (2007)[9] explica que não é o planejamento que resolve tudo, mas sim a filosofia adotada, ou seja, no que está por trás ou embutido no processo. Planeja-se para concentrar e distribuir renda, para dar importância aos interesses da classe rica ou da pobre, para valorizar nativos ou visitantes, ou ainda para priorizar o turismo de luxo ou o comunitário. O planejamento, portanto, varia de acordo com os objetivos dos sujeitos envolvidos na ação do planejar.

2.1.1. POLÍTICAS PÚBLICAS: análise conceitual

O interesse da análise de políticas públicas surge em academias dos Estados Unidos a partir da década de 1950, sob a ênfase de estudos acerca do papel dos governos nos territórios. Na Europa, estudos e pesquisas sobre esse tema da ciência política fortalecidos desde 1970, enfocam, ao contrário dos cientistas norte-americanos, a preocupação na análise da ação do Estado, enquanto instituição central, e do governo, como representante dessa

[9] http://www.youtube.com/watch?v=ARpHYwQRxcw

instituição por determinado período. A tradição européia, baseada nas teorias de Hegel, Max Weber e Karl Marx, tem o Estado enquanto instituição que regula conflitos sociais das sociedades capitalistas de classe. O Estado é o aparato institucional burocrático e o Governo o controlador desse aparato por determinada coalisão de forças em dado período (MÜLLER, 2000).

Höflin (2001, p.31) mostrando a diferenciação entre Estado e Governo, diz que o primeiro é “o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do Governo”. E o segundo constitui

> o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLIN, 2001, p.31).

A ciência política fortalece temas geradores de complexas e incansáveis reflexões e debates no mundo acadêmico, em especial quando a análise das políticas públicas é tomada como referência para compreender as ações do Estado, Governo, grupos de interesse, movimentos sociais ou grupos de resistência.

No Brasil, o estudo sobre políticas públicas é recente e passa por processo de estruturação conceitual e teórica. Para Frey (2000), tais estudos dão “ênfase à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas” (p.214), e ainda “carecem de embasamento teórico que deve ser considerado pressuposto para que se possa chegar a um maior grau de generalização dos resultados adquiridos” (p.215). A deficiência de teorização na área de analise de políticas públicas nos países em desenvolvimento é explicada por Frey (2000), destacando que o instrumento analítico-conceitual por ter sido formulado a partir da realidade de países industrializados e ajustado às particularidades de democracias mais consolidadas não dão conta da realidade e condições peculiares das sociedades em desenvolvimento. O referido autor defende, portanto, a tese de ser imprescindível a estruturação e consolidação do arcabouço analítico-teórico que possa abranger as singularidades e particularidades das sociedades.

Souza (2006) destaca a importância de grandes colaboradores, considerados “pais fundadores”, da área de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom, D. Easton. O primeiro faz referência à *policy analysis* - análise de políticas públicas - para conciliar o conhecimento científico/acadêmico à ação dos governos e estabelecer diálogo entre cientistas, governos e grupos de interesses. Frey (2000, p.216) destaca a três dimensões: *policy analysis*: *polity, politics* e *policy.*

> - a dimensão institucional *polity*' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
> - no quadro da dimensão processual .*politics'* tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
> - a dimensão material *policy*' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Simon introduz o conceito de racionalidade limitada dos *policy makers,* os que tomam as decisões políticas. Para o autor, a limitação da racionalidade dos decisores políticos se dá em função de problemas como “informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc.” (SOUZA, 2006, p.23), mas que pode ser maximizada “pela criação de estruturas (...) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses” (op.cit.:23). Portanto uma visão puramente mecanicista que descarta os interesses ideológicos.

Lindblom propõe a incorporação de variáveis como as relações de poder e a integração de diferentes fases do processo decisório à formulação e análise de políticas públicas. Easton entende políticas públicas como sistema em que há relação entre formulação, resultados e ambiente. Para o autor, as políticas públicas são influenciadas por *inputs* de partidos políticos, mídia e grupos de interesse. Portanto esses dois teóricos são mais críticos, admitem relações de poder e jogo de interesse. Há, assim, complexidade de entendimento e das variáveis a serem levadas em consideração na análise das políticas públicas, denotando que a ciência não é neutra. Höflin (2001, p.31)

entende políticas públicas, a partir de Gobert e Muller (1987) com o “Estado em ação”; “implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Castro (2009, p.586) define políticas públicas como “prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios como manutenção da ordem, regulamentação do trabalho, assistência social, saúde, educação etc”. Souza (2006), ao analisar o tema remete ao:

> campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p.26).

Para Muller (2000), políticas públicas são processos de mediação social, que têm o objetivo de resolver desajustes entre os setores ou ainda entre um setor e a sociedade global. Tais desajustes sociais, quando transformados em interesses políticos, compõem a chamada agenda política, que Muller (2000) entende como o conjunto de problemas definidos e considerados relevantes pelas elites sindicais, administrativas e políticas e aos cidadãos que exigem debate público, ou seja, a intervenção das autoridades políticas legítimas ou a opção de nada fazer – não decisão. Assim, os governos agem em determinada circunstância em outra não, dependendo dos interesses do Estado e isso ocorre explicitamente nas políticas de turismo do Ceará, quando o Governo coloca o turismo como carro chefe da economia local.

Flexor e Leite (2006) explicando a agenda política brasileira segundo Aslton *et all* (2004) afirmam a existência da relação de preferência hierárquica, estabelecida pela interação entre Presidente da República, membros do Congresso e demais atores capazes de interferir no jogo político. É assim que a Política de Turismo no Brasil passa a ser prioridade, com a criação da EMBRATUR, em 1996, e, principalmente, do Ministério do Turismo - Mtur, em 2003, com a decorrência de Planos, Programas e projetos voltados à atividade turística como política pública.

> No topo da agenda encontram-se as políticas que contribuam para fortalecer a estabilidade macroeconômica e o crescimento. Em nível inferior estariam políticas promovendo oportunidades econômicas e em seguida políticas visando a redução da pobreza. (...) Assim, o foco do titular do governo está nas políticas macro (fiscal e monetária) e para alcançá-las utiliza políticas setoriais como moeda de troca no intuito de garantir votos no legislativo. Uma vez arbitrada essa

> questão, emergem as políticas de educação e saúde (com recursos mais ou menos fixos e difíceis de serem alterados) e por último as políticas "residuais e mais ideológicas" como reforma agrária e meio ambiente (FLEXOR, LEITE, 2006, p.6).

Explicam esses autores que as políticas são passiveis de mudança de foco, sendo determinadas não por necessidades reais da sociedade, mas por jogo de interesses políticos e às vezes escusos. Essas arbitrariedades têm levado a sociedade a se organizar e pressionar gestores para o cumprimento, redirecionamento e implementação de algumas políticas sociais.

Castro (2009, p.585) explica que a democracia e os movimentos sociais, a partir do século XX, pressionaram a ampliação e o compromisso das atribuições do Estado com a sociedade. Como conseqüência, há aumento nos custos da administração estatal que "estendeu o campo das disputas até o interior do seu aparato burocrático, visando obtenção de alocações de políticas públicas favoráveis aos interesses organizados". Sobre a formulação de políticas públicas, Souza (2006, p.26), diz ainda que "constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real". Referente à ação do governo por meio de políticas públicas voltadas ao turismo, Coriolano (2006, p.58) destaca que

> O turismo é no Ceará uma atividade privilegiada que recebe do Governo apoio institucional, com respaldo na base teórica de sua contribuição ao desenvolvimento regional e diminuição das desigualdades regionais; e que estes são os argumentos e as justificativas para os investimentos nessa área.

A atividade turística, enquanto objeto de política pública, interage com outros setores como transporte, comunicação, comércio, segurança, hospedagem, alimentação, dentre outras, fazendo-se, portanto, necessária a articulação entre setores e políticas complementares para o crescimento da atividade. O turismo é um fenômeno eminentemente econômico e social que, ao fazer surgir atividades relacionadas ao transporte, hospedagem, alimentação e recreação, contribui para uma série de impactos de caráter econômico, social, cultural e ecológico nos lugares Tendo em vista o interesse do Estado, em parceria com grupos organizados, pela atividade turística,

políticas públicas são implementadas objetivando estimular, fomentar e potencializar o turismo no país.

2.2 A atividade turística no Ceará: Ação do Estado com políticas públicas de turismo

A atividade turística ocupa posição de destaque nas relações político-econômicas e apresenta forte influência no crescimento de outras atividades econômicas, principalmente ligadas ao comércio e a outros serviços. O turismo, ao "instalar-se" nos territórios, reestrutura a dinâmica local, produz diferentes territorialidades, fortalece, valoriza e dinamiza espaços geográficos, transformados em produtos turísticos.

No Brasil, o interesse da promoção do turismo inicia-se na década de 1980, tendo em vista o crescimento da atividade na esfera global, contudo, é durante a década de 1990 que a atividade ganha visibilidade e se concretiza com a Política Nacional de Turismo - PNT (1996)[10], pautada no discurso da geração de renda, emprego e desenvolvimento socioeconômico do país.

A valorização da atividade turística em pautas de discussões da agenda política brasileira, formalizada com a implantação da PNT, se dá, principalmente, em virtude dos benefícios econômicos gerados em muitos países. Para Cruz (2000, p.62) a importância econômica da atividade é traduzida em decorrência da

> ascendente participação na composição do PIB[11] mundial; a necessidade de diversificação das atividades produtivas nacionais, como forma de geração de divisas e empregos; e a difusão de certo senso comum no que se refere às "potencialidades naturais turísticas" do território nacional, principalmente em se considerando o binômio sol-praia e ecossistemas como Amazônia e Pantanal.

[10] Cruz (2000) faz resgate histórico das políticas nacionais de turismo nos períodos de 1938 à 1996, abordando desde o Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, com o artigo 59º que dispõe sobre a venda de passagens áreas, marítimas e terrestres, à Política Nacional de Turismo preconizada pelo Decreto 448/92, instituída em 1996, primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), destacando-se como principal política setorial voltada ao desenvolvimento da atividade turística no país.

[11] PIB – Produto Interno Bruto

O artigo 4º da Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008[12] dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, e define as atribuições do Governo Federal referente ao planejamento, desenvolvimento e estímulo à atividade turística no país, afirmando que:

> A Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo - PNT estabelecido pelo Governo Federal. (BRASIL, 2008, Art.4º).

O Ministério do Turismo estabelece a Política Nacional de Turismo - PNT, planeja, fomenta, regula, fiscaliza e coordena a atividade, além de promover a divulgação do turismo em âmbito nacional e internacional (BRASIL, 2008). Referente à PNT, explicam Silva *et all* (2009, p. 359), que

> configura-se como a política pública de turismo do Brasil, que em consonância com fatores econômicos, de responsabilidade da iniciativa privada, consiste em desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, considerando explicitamente nossas diversidades regionais, culturais e naturais; promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e fomentar a competitividade do produto turístico nos mercados nacional e internacional.

A execução das políticas públicas de turismo apresenta-se, muitas vezes, associada à iniciativa privada. O Estado implanta a infraestrutura básica e de acesso tanto para atender às necessidades da iniciativa privada quanto as das populações locais, além de criar a superestrutura jurídico-administrativa (órgão públicos) eficaz, capaz de planejar e organizar os investimentos estatais aplicados. Assim cabe à iniciativa privada a construção dos empreendimentos e prestação de serviços com o intuito oferecer retorno na forma de benefícios à sociedade (BARRETO, BURGOS, FRENKEL, 2003). Benefícios esses que merecem ser questionados diante do modo de produção vigente, que se caracteriza por ser desigual e trazer benefícios a poucos. Afirmam Coriolano e Fernandes (2009) que as políticas públicas consistem em ações realizadas pelo Estado, visando alcançar os interesses da sociedade. Cruz (2002, p.40) compreende política de turismo como

[12] A Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 "revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências" (BRASIL, 2008).

> um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

A atividade turística no estado do Ceará, conforme afirma Benevides (2003), inicia-se no contexto das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional para o Nordeste. Segundo o autor, esse processo de viabilização do turismo se dá em decorrência da região passar a ser considerada

> um dos locais privilegiados para a implantação de investimentos em turismo e hotelaria, bem como tem-se orientado pelas tendências decorrentes da globalização, que apontam para o crescimento do "setor de turismo" na economia mundial e para a maior participação de áreas tropicais do planeta neste mercado, cuja segmentação crescente é alimentada pelas peculiaridades encontradas nessas áreas, em virtude de motivações e valores que alimentam a demanda turística, tais como o multiculturalismo e o ambientalismo (op.cit. p. 32).

Dessa forma, verifica-se que o turismo no Nordeste não se inicia por acaso, mas seguindo tendências e intencionalidades da economia capitalista globalizada. Daí Coriolano (2008, p.111) dizer que o turismo no Ceará surge

> como decorrência da ordem econômica mundial que, ao transformar a maneira de industrializar tornando-a flexível, por globalizar a produção e aproximar os espaços pelas tecnologias, precisa dos lugares periféricos estruturados para suporte a essas mudanças.

A participação estatal nesse processo é relevante e as políticas públicas viabilizam o turismo na Região Nordeste. A implantação da infra-estrutura básica e de acesso a destinos turísticos, estratégias de mercado e preocupação ambiental em alguns casos aparecem como metas e objetivos de planos turísticos, demonstrando, assim, que há articulação da política setorial do turismo a políticas mais abrangentes como a econômica, urbana e a ambiental.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, inseridos no Plano Nacional do Turismo – PNT constituem políticas públicas que apresentam significativas ações de planejamento nas regiões brasileiras, voltadas à infra-estrutura urbana, *marketing* e estruturação da oferta turística. Com o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste –

PRODETUR/NE I, criado em 1994, o Ceará, assim como os demais estados da região e o norte de Minas Gerais[13], passam a receber investimentos, com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. US$ 625, 966 milhões foram aplicados pelo Programa, envolvendo a execução de 264 projetos, voltados, principalmente, à infra-estrutura básica que possibilitou o desenvolvimento da atividade turística nos estados do litoral do Nordeste (BNB, 2006), uma região turística consolidada. Construção e/ou reformas de aeroportos, rodovias, implementação de serviços de saneamento básico, recuperação de patrimônio histórico em áreas turísticas, proteção ambiental, além da capacitação de órgãos do governo responsáveis pela atividade nos estados nordestinos foram algumas das ações realizadas pelo programa.

O PRODETUR/NE, nas fases I e II, tem promovido o aumento dos incentivos financeiros para o turismo, com melhorias na gestão das receitas por parte dos municípios e estados, para assegurar o desenvolvimento turístico nas áreas contempladas pelo programa (BNB, 2010). Acrescentam-se objetivos e mecanismos para o desenvolvimento da atividade turística no país, tais como a definição de pólos indutores do turismo; processo de planejamento setorial integrado e participativo por meio dos Conselhos de Turismo; planejamento estratégico; melhorias na infra-estrutura dos municípios e localidades turísticas; fortalecimento na capacitação municipal de planejamento e gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal; proteção do patrimônio natural; revitalização e restauração do patrimônio cultural, além da promoção de investimentos da iniciativa privada (BID, 2010). Trata-se, portanto, de uma transformação espacial que se relaciona às atividades urbanas, levando Gomes (2006, p.166) ao analisar a requalificação dos espaços litorâneos no Nordeste a afirmar que:

> O processo se expressa não apenas por uma nova forma de caracterizá-lo, mas principalmente pelas novas funções assumidas diante do momento histórico de expansão e reprodução do capital, marcado categoricamente pelo processo de mercantilização, não apenas das mercadorias socialmente produzidas, mas da paisagem, da gastronomia, das atividades culturais e principalmente do mar, ocorrendo, assim, a requalificação espacial.

[13] Cruz (2000) explica que o PRODETUR-NE, por motivos políticos e operacionais, abarca toda a área de jurisdição da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

No Ceará, as ações continuadas do PRODETUR/CE, incidem nos municípios do Pólo Costa do Sol: Aquiraz, Fortaleza (capital cearense), Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Viçosa do Ceará.

Para atender os objetivos propostos, o programa financia projetos de desenvolvimento da atividade turística organizados em cinco componentes: estratégia de produtos turísticos, de comercialização, fortalecimento institucional, infra-estrutura e serviços básicos, gestão ambiental. O custo total do programa estimado em US$ 250 milhões, distribuí recursos entre os referidos componentes, como mostra a TABELA 01

TABELA 01 – CUSTO E FINANCIAMENTO DO PROGRAMA (EM MILHÕES DE US$)

Componente de investimento	Banco	Aporte Local	Total	%
I. Administração, supervisão e acompanhamento	**9,6**	**3,0**	**12,6**	**5,0**
II. Custos diretos	**140,0**	**97,0**	**237,0**	**94,8**
2.1 Produto Turístico	26,1	32,5	58,6	23,4
2.2 Comercialização	26,1	32,5	58,6	23,4
2.3 Fortalecimento institucional	3,8	5,6	9,4	3,8
2.4 Infraestrutura de acesso a destinos e serviços básicos	77,1	56,4	133,5	53,4
2.5 Gestão ambiental	7,6	2,5	10,1	4,0
III. Outros custos	**0,4**	**-**	**0,4**	**0,2**
3.1 Auditoria	0,2	-	0,2	0,1
3.2 Avaliações	0,2	-	0,2	0,1
Total	**150,0**	**100,0**	**250,0**	**100**
Porcentagem	**60**	**40**	**100**	

Fonte: BID, 2010

O programa tem prazo de cinco anos para execução das metas estabelecidas, sendo a Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR/CE o órgão executor do PRODETUR/CE II responsável pelas áreas de planejamento, gestão administrativa e fiduciária (licitações e desembolsos), acompanhamento técnico, avaliação do projeto, além de articular órgão e entidades para o desenvolvimento da atividade turísticas. Dessa forma, articulam-se à SETUR para execução do programa, no Ceará, diversas secretarias de estado tais como a Secretaria de Planejamento - SEPLAG, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Infraestrutura – SEINF, Secretaria das Cidades,

Secretaria de Cultura – SECULT, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Departamento de Edificações e Rodovias – DER, Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, Superintendência Estadual de Meio Ambiente – SEMACE, Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral – SECON, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Conselho Estadual de Turismo – CETUR, Municípios (BID, 2010).

O Programa realizou a Base Cartográfica do Pólo Costa do Sol, urbanização da Praia da Taíba, urbanização da Praia das Fleixeiras, urbanização da Orla de Paracuru, ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jericoacoara, complementação da rodovia CE-085 (Estruturante), trecho: Barrento/Aracatiara e trecho: Aracatiara/Itarema, rodovia de Acesso (binário) da Lagoinha e a recuperação da Igreja Nossa Senhora da Conceição e Seminário da Prainha (BNB, 2010a).

Em execução encontram-se a urbanização da Praia de Iracema, urbanização de Lagoinha – Paraipaba, urbanização da Orla de Camocim, recuperação do Antigo Prédio da EMCETUR[14], recuperação do Mercado da Carne de Aquiraz, recuperação da Praça da Matriz de Aquiraz, fortalecimento Institucional do órgão gestor do turismo, sinalização turística de Fortaleza, sistema de Esgotamento Sanitário de Jericoacoara. Está sendo realizada a complementação da rodovia CE-085 (Estruturante), trechos: Jijoca - Parazinho e Parazinho – Granja, pavimentação da Rodovia CE-176, trecho Amontada – Aracatiara – Icaraí, pavimentação da Rodovia CE-311, Granja - Viçosa do Ceará (BNB, 2010a). O aeroporto de Aracati também encontra-se em ampliação, tendo sido alocados recursos no valor de R$ 10 milhões provenientes da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (MTUR, 2008).

Assim como o programa, ações relacionadas à implantação de Planos de Manejo em Unidades de Conservação do Litoral Oeste, conservação de recursos hídricos, florestamento e fixação de dunas do Estado, em várias praias tais como: Mocó, Lagoa Grande, Alagadiço, Boca do Poço, município de

[14] Empresa Cearense de Turismo

Paracuru; Dunas da Vila dos Pracianos, no Distrito de Marinheiro, em Itapipoca; Dunas da Taíba, da lagoa do pecém e da lagoa das Cobras, no município de São Gonçalo do Amarante ; Dunas da lagoa do Piancó e do Mundaú, no município de Trairi ; Dunas da lagoa do Mato, Distrito de Baleia, Município de Itapipoca; Dunas de Bitupitá, do Venâncio e do Capim-Açu, no município de Barroquinha (CONPAN, 2010).

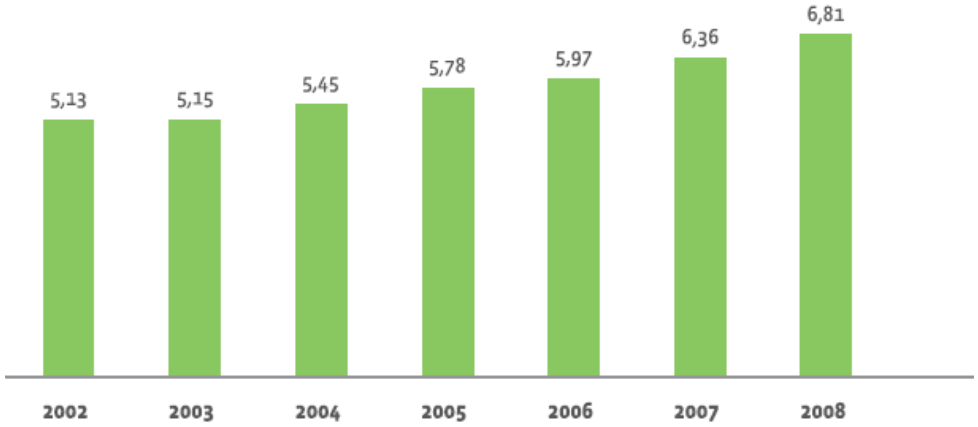
As várias obras executadas pelo PRODETUR/NE dão ao Ceará e à região Nordeste, possibilidades para a realização de mais investimentos de capital privado, inclusive estrangeiro. A valorização do turismo de massa voltado ao modo de vida urbano, a hospedagens de luxo, a passeios pré-estabelecidos e a praias "paradisíacas", faz do litoral espaço de destaque e de interesse do capital.

As mudanças provenientes de programas de turismo, embora associadas ao crescimento econômico e modernização do espaço físico, muitas vezes, não são acompanhadas de benefícios a parte do povo nordestino que "continuou despreparado, sem capacitação para interagir nesse processo de mudança" (CORIOLANO, 2006, p.113). Associado ao discurso oficial de melhoria de vida, mais oportunidades de emprego e renda aos moradores locais, o PRODETUR é uma política pública voltada aos interesses de grandes investidores do turismo. Empresários de hotéis, *resorts,* restaurantes, parques temáticos e grandes agências de viagens investem no Nordeste e no Ceará motivados por incentivos fiscais, ofertando trabalho e ocupação à população local, embora subempregos.

Pesquisas mostram que o número de empregos formais e informais nas Atividades Características do Turismo - ACT[15] cresceram na primeira década de 2000. Houve aumento de mais de 1,5 milhão de ocupações no Brasil, no período de 2002 a 2008, como mostra o GRÁFICO 01:

[15] Atividades Características do Turismo, segundo o IBGE (2006), são aquelas nas quais empresas produzem no mínimo um produto característico do turismo. "Em geral, as classificações de atividades econômicas são construídas para organizar as informações das unidades de produção e institucionais com o objetivo de produzir estatísticas de fenômenos derivados da participação dessas unidades no processo econômico (op.cit.; p. 11)"

GRÁFICO 01 – Estoque de Ocupações Formais e Informais nas Atividades Características do Turismo – ACTs (em milhões)



Fonte: RAIS/MTE/MINISTÉRIO DO TURISMO

Esses dados não mostram a realidade da ocupação da mão-de-obra referente aos postos de trabalho ocupados, qualificação, remuneração e jornada de trabalho. Embora o número de empregos vinculados ao turismo seja crescente, ele não é a "tábua de salvação" nem resolve os problemas sociais, como ressalta Krippendorf (2009). Os resultados do turismo para a sociedade cearense são visivelmente percebidos, embora haja cobrança de mais oportunidades de trabalho e melhores salários para os que trabalham na cadeia. Daí Coriolano (2006, p.112) afirmar que,

> os resultados ainda são diminutos, e que o desemprego ameaça a vida de uma parcela significativa de trabalhadores nordestinos e cearenses, revelando que o modelo industrial, no qual o turismo está inserido, não dá respostas de mudanças nem satisfaz aos desempregados.

Entretanto, o turismo, ao tempo em que privilegia o grande capital, também, oferece possibilidades a pequenos empreendedores, que fazem do turismo outra alternativa de geração de renda e oportunidades de melhorias de vida, pois atende necessidades de trabalho em pequenas comunidades, preserva valores culturais, e protege o meio ambiente (CORIOLANO, 2006). Comunidades que assumem iniciativas de turismo alternativo ou comunitário fazem parcerias com ONGs, Instituições de Ensino Superior – IES e em alguns lugares contam com a participação do próprio Estado.

A atuação do Estado frente ao turismo é reforçada com o Programa de Regionalização do Turismo – PRT – "Roteiros do Brasil", lançado em 2004,

como macro programa do Plano Nacional do Turismo O programa propõe gestão descentralizada, coordenada e integrada com base nos princípios de flexibilidade, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na articulação de políticas. Intensifica as estratégias para ampliação do relacionamento entre esferas públicas e privadas, tendo em vista a estruturação de municípios integrantes de regiões turísticas para ampliar a qualidade dos produtos turísticos, a capacidade competitiva no mercado, além do consumo e permanência dos visitantes. A regionalização percorre os programas: Planejamento e Gestão da Regionalização, Estruturação dos Segmentos Turísticos, Estruturação da Produção Associada ao Turismo e Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo. Com o propósito de incentivar de ordenar as regiões turísticas e implementar roteiros temáticos integrados foram definidos os objetivos:

> • Promover o desenvolvimento e a desconcentração da atividade turística.
> • Apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões turísticas.
> • Aumentar e diversificar produtos turísticos de qualidade, contemplando a pluralidade cultural e a diferença regional do País.
> • Possibilitar a inserção de novos destinos e roteiros turísticos para comercialização.
> • Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos.
> • Potencializar os benefícios da atividade para as comunidades locais.
> • Integrar e dinamizar os arranjos produtivos do turismo.
> • Aumentar o tempo de permanência do turista nos destinos e roteiros turísticos.
> • Dinamizar as economias regionais (BRASIL, 2007, p.68).

O Programa mapeou 200 regiões turísticas no país, por meio de reuniões com órgãos e fóruns estaduais de turismo, articulando 3.819 municípios, como mostra o QUADRO 01, tendo em vista atender aos padrões de qualidade internacionais. Para atender a esses padrões vem sendo implantada a infra-estrutura turística, qualificação e certificação profissional, assim como certificação de empreendimentos turísticos (BRASIL, 2007).

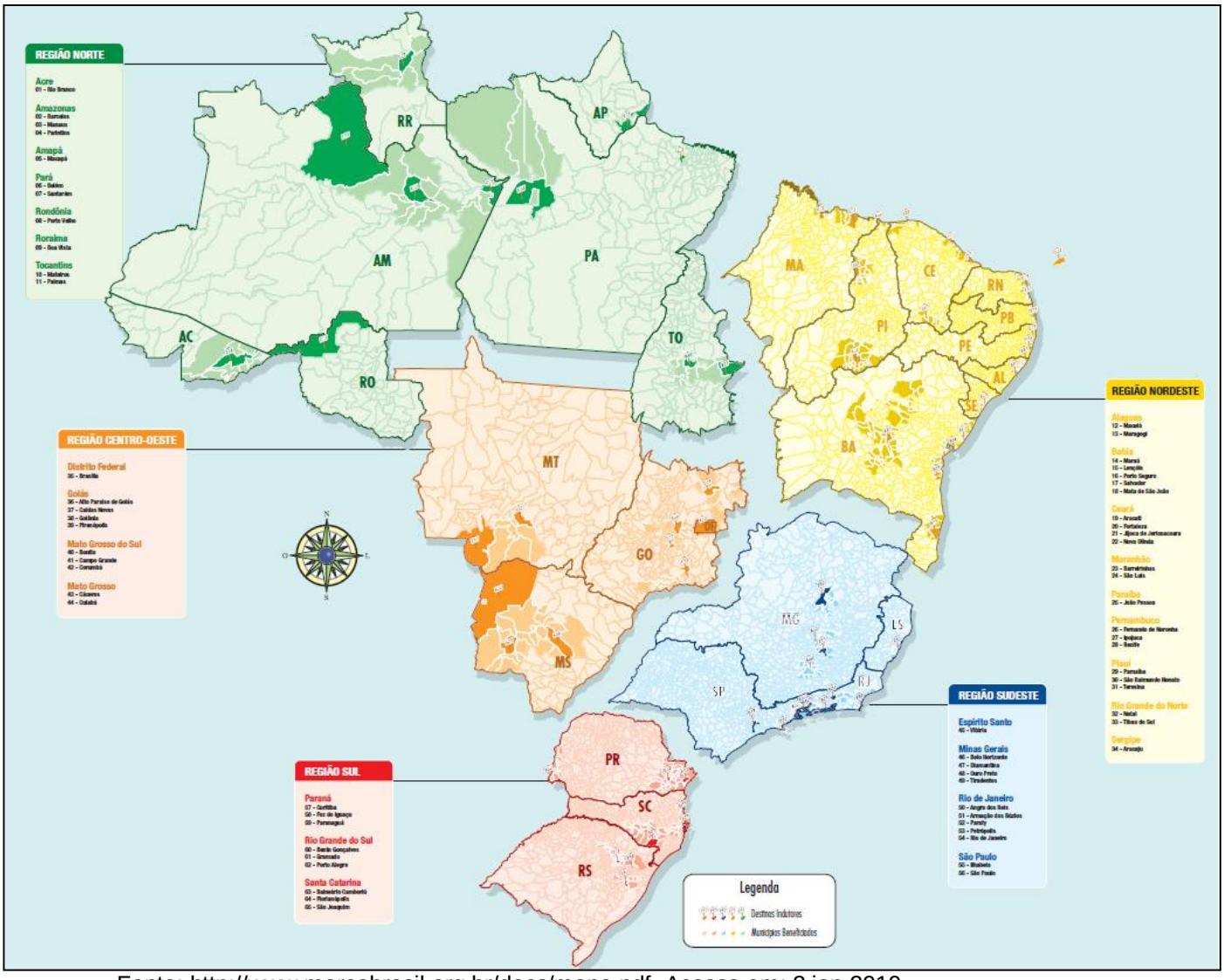
QUADRO 01 - PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO E ROTEIRIZAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Fonte: BRASIL (2007)

Em 2006, conforme mostra o QUADRO 01, das 200 regiões turísticas, 396 roteiros turísticos foram apresentados no Salão de Turismo – Roteiros do Brasil e entre esses roteiros, 87 foram priorizados para obtenção do padrão de qualidade internacional, recebendo investimentos técnicos e

financeiros do Mtur, contemplando 474 municípios e 116 regiões turísticas (BRASIL, 2008). Durante o 1º Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo, em outubro de 2006, foram selecionados, a partir dos 87 roteiros, 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, conforme mostra a figura 02.

FIGURA 02 – MAPA DOS 65 DESTINOS INDUTORES DO TURISMO



Fonte: http://www.marcabrasil.org.br/docs/mapa.pdf. Acesso em: 2 jan 2010.

Observa-se na figura 02 que os destinos indutores do desenvolvimento turístico no Brasil encontram-se regionalmente estruturados. O quadro 02 apresenta os quais cidades compõem o programa:

QUADRO 02 – 65 DESTINOS INDUTORES POR REGIÃO

Fonte: http://www.marcabrasil.org.br/docs/mapa.pdf. Acesso em: 2 jan 2010.

Para o Programa de Regionalização do Turismo destinos indutores são

> aqueles que possuem infra-estrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo numero de turistas para o seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos (MTUR, 2008a, p.18).

Todas as capitais, incluindo o Distrito Federal, são destinos indutores e cada estado tem no mínimo um e no máximo cinco. O Brasil conta com 3.819[16] municípios considerados turísticos, e assim os 65 destinos escolhidos representam menos de 2% do total de municípios que desenvolvem

[16] Dado divulgado na edição de 2006 do Salão de Turismo pelo Ministério do Turismo.

a atividade. Entretanto, conforme dados do MTur (2008), as 59 regiões turísticas contempladas totalizam 740 municípios beneficiados com o programa, ou 19% do número de localidades turísticas. Esses números são incipientes para o país que é divulgado como referência internacional de turismo.

As regiões turísticas definidas pelo Programa de Regionalização encontram-se articuladas por meio da Rede Nacional de Regionalização do Turismo – REDEREG ou fórum de discussões virtual[17], na *internet* onde o Mtur divulga projetos, divulga notícias aos grupos gestores dos destinos turísticos, e agendam reuniões e propõem tópicos para discussões (MTUR, 2011). A REDEREG tem o objetivo de

> promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos agentes envolvidos com a regionalização do turismo no Brasil, por meio da troca de experiências e informações e de modo a contribuir para o desenvolvimento ordenado da atividade turística no país (MTUR, 2008b).

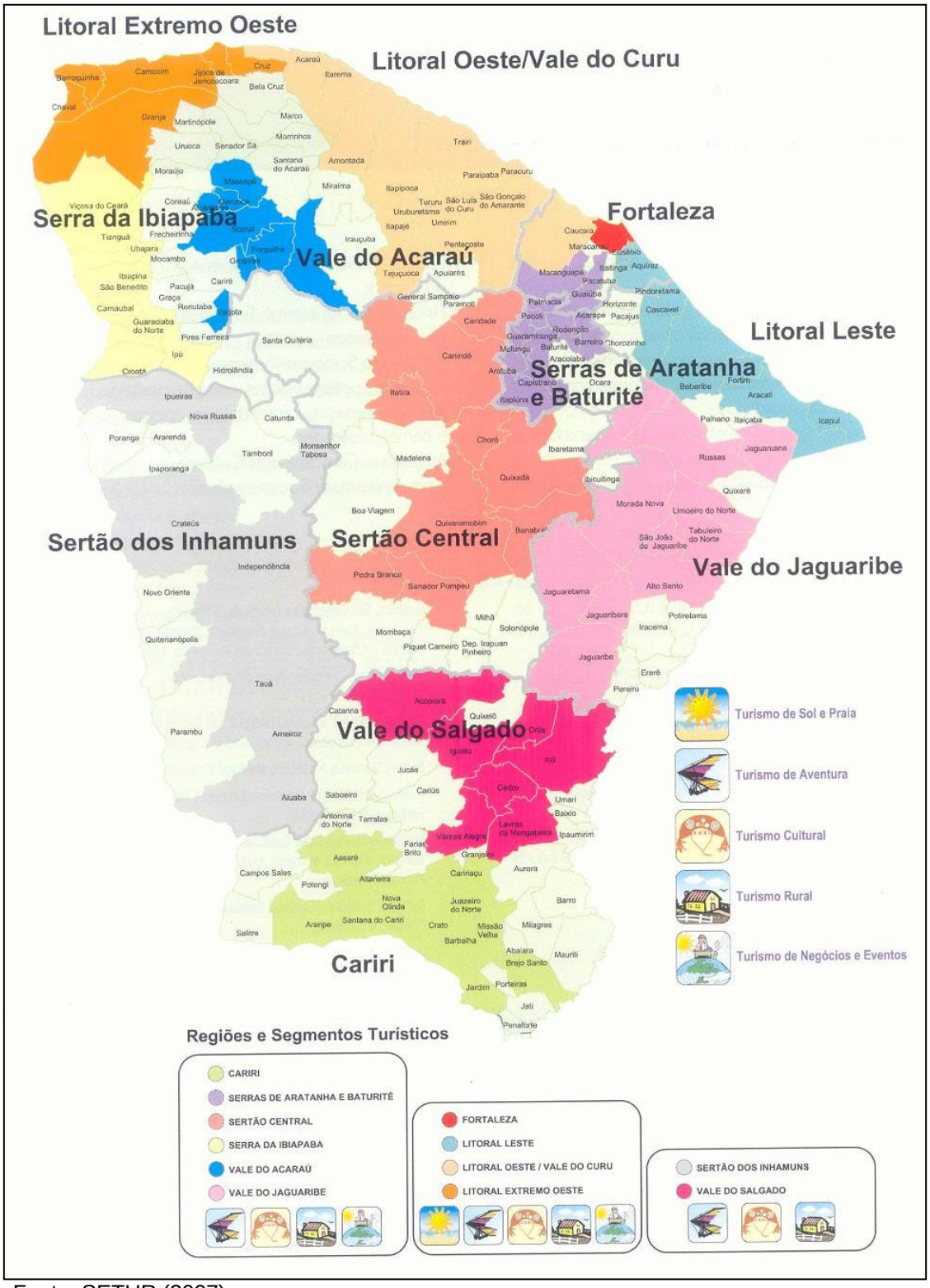
A articulação de representantes regionais em rede significa dinamização de informações e de propostas provenientes de vários grupos institucionais, e tem em vista possibilitar maior participação de representantes locais interessados no desenvolvimento do turismo regional. Na análise regional, vê-se as “inter-relações entre os fenômenos e é em decorrência das combinações que se produz a integração. A partir das inter-relações dos fenômenos é que é produzida a diversidade na superfície terrestre” Lencioni (1999, p.128).

No estado do Ceará, a SETUR trabalha o Programa de Regionalização do Turismo a partir das áreas litorâneas, serranas e sertanejas, seccionando o Estado em doze regiões turísticas (Figura 03): Litoral Extremo Oeste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Pólo Fortaleza, Litoral Leste, Serra da Ibiapaba, Vale do Acaraú, Serras de Aratanha e Baturité, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Vale do Jaguaribe, Vale do Salgado e Cariri. Por meio do Programa de Regionalização do Turismo são estabelecidos roteiros turísticos a serem trabalhados no estado do Ceará: Sertão Central; Serras de Aratanha e

[17] Ver site <http://www.redereg.turismo.gov.br/inicial/home/>

Baturité; Ibiapaba; Vale do Acaraú; Cariri do Ceará; Costa Sol Poente; Costa Sol Nascente e Fortaleza – Cultura, Natureza e Negócios (SETUR, 2007).

FIGURA 03 – MAPA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO CEARÁ

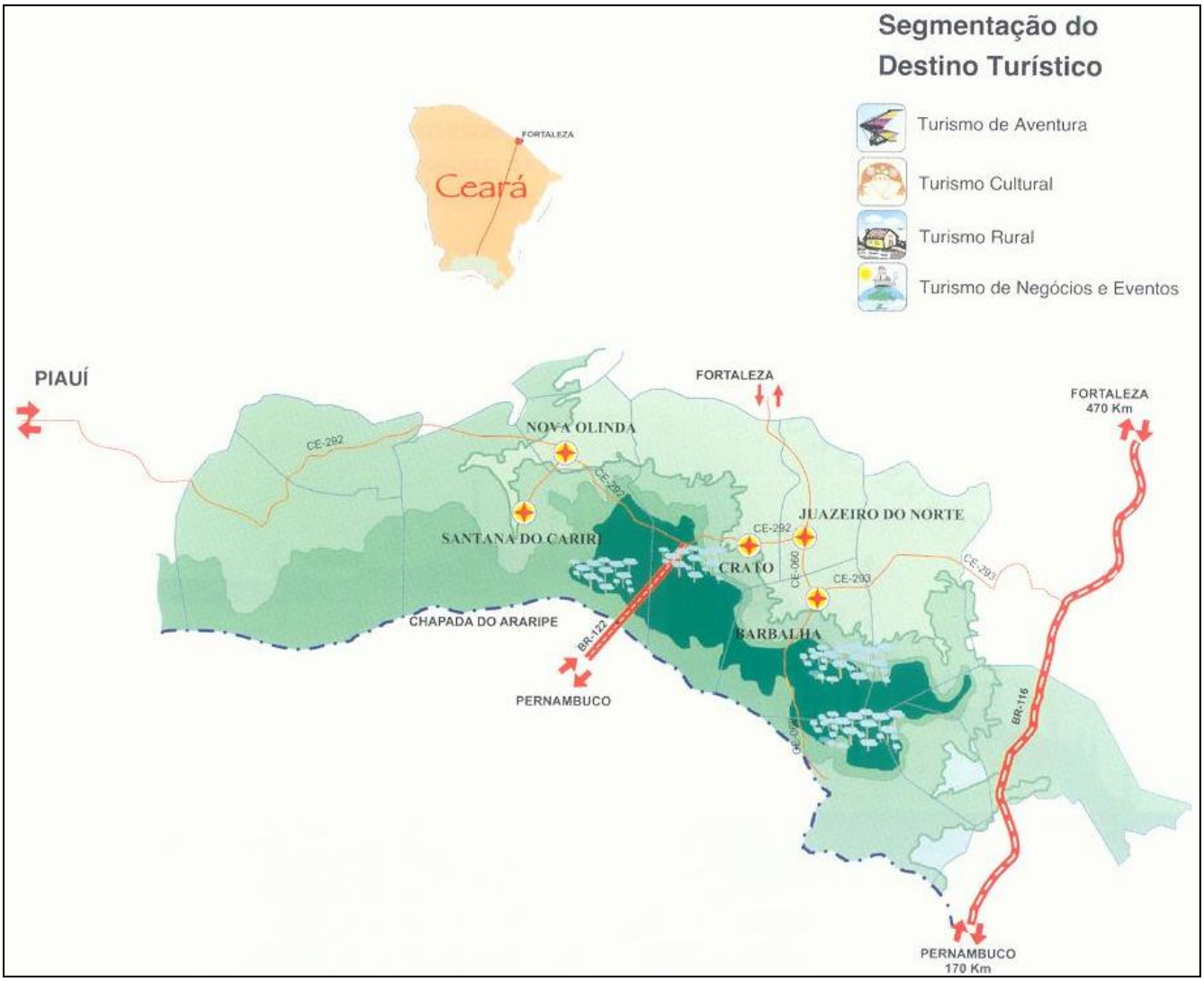


Fonte: SETUR (2007)

O Ceará conta com quatro destinos indutores do desenvolvimento turístico: Fortaleza, Canoa Quebrada, em Aracati, Jericoacora, em Jijoca de Jericoacoara e Nova Olinda, no Cariri. Os investimentos aplicados nesses destinos potencializam a atividade turística de municípios vizinhos, dinamizando, assim, a atividade entre as regiões turísticas do Programa de Regionalização do Turismo no Ceará. São desenvolvidos, nessas regiões, roteiros turísticos como forma de organizar e potencializar o turismo no Estado, são eles: Roteiro Turístico Cariri, Roteiro Turístico Costa do Sol Nascente, Roteiro Turístico Costa do Sol Poente, Roteiro Fortaleza, Roteiro Turístico Serra da Ibiapaba, Roteiro Turístico Serra de Aratanha e Baturité, Roteiro Turístico Vale do Acaraú e Roteiro Turístico Sertão Central.

O Roteiro Turístico Cariri (figura 04) localiza-se ao sul do Ceará, articulando-se com os estados de Pernambuco e Piauí. Tem como Pólo indutor o município de Nova Olinda, com população, em 2007, de 12.974 habitantes e distante 543,4 km de Fortaleza, conforme dados do Anuário do Ceará 2010-2011. O roteiro permite a dinamização do turismo nos municípios de Araripe, Assaré, Barbalha, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Santana do Cariri. Entre os principais atrativos turísticos dessa região, destacam-se a Chapada do Araripe, fonte de pesquisa de trabalhos acadêmicos, o Geopark Araripe (com uma área de aproximadamente 3.520,52 km^2), os projetos comunitários desenvolvidos pela Fundação Casa Grande, o turismo religioso dinamizado pela figura do Padre Cícero, além de outros segmentos como rural, de eventos, de aventura e de negócios.

FIGURA 04 – ROTEIRO CARIRI



Fonte: SETUR (2007)

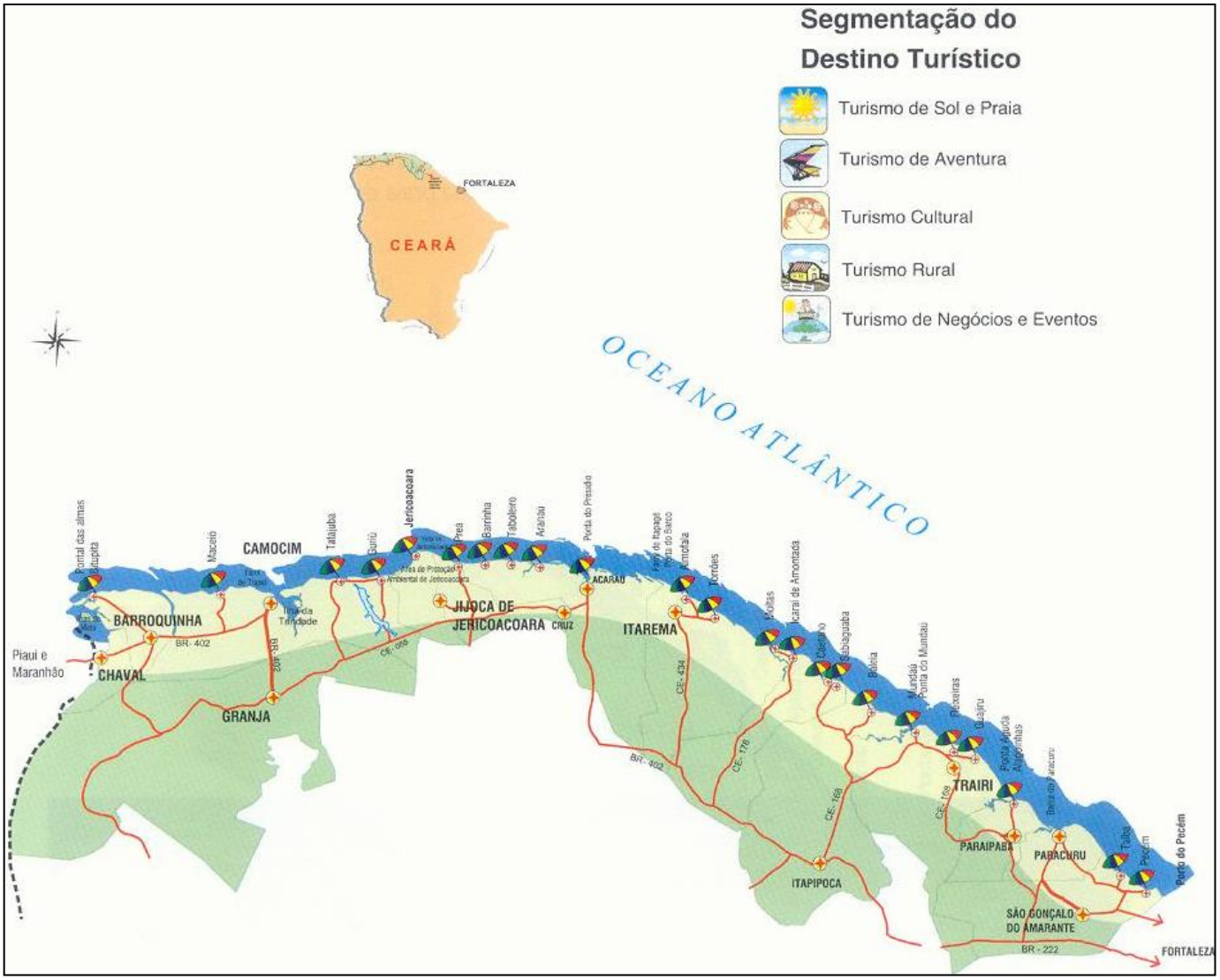
O Roteiro Costa do Sol Nascente (figura 05) abrange os municípios localizados no litoral à direção leste de Fortaleza. Tem como pólo indutor o município de Aracati, distante 148,3 km da capital do Ceará e população de 66.049 habitantes, segundo dados estatísticos do Anuário do Ceará 2010-2011. A principal área de investimento é Canoa Quebrada que, conforme pesquisa da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará - SETUR (2009), é a segunda praia preferida pelos turistas no Estado, excluindo o litoral de Fortaleza. A região turística promove a atividade turística também nos municípios de Aquiraz, Beberibe, Cascavel, Eusébio, Fortim, Icapuí e Pindoretama.

FIGURA 05 – ROTEIRO COSTA DO SOL NASCENTE

Fonte: SETUR (2007)

O Roteiro Costa do Sol Poente (figura 06) dinamiza o turismo de municípios localizados na porção litorânea a oeste de Fortaleza, principal área de atuação do PRODETUR/CE. Jijoca de Jericoacoara é o pólo indutor do turismo nessa região e Jericoacoara destaca-se como a terceira praia mais procurada pelos turistas no Estado (SETUR, 2009). O Anuário do Ceará 2010-2011 mostra que esse município apresenta 15.442 (em 2007) habitantes e está a 294,9 km de Fortaleza. A região turística envolve os municípios de Acaraú, Barroquinha, Camocim, Caucaia, Chaval, Cruz, Itarema, Itapipoca, Granja, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Trairi.

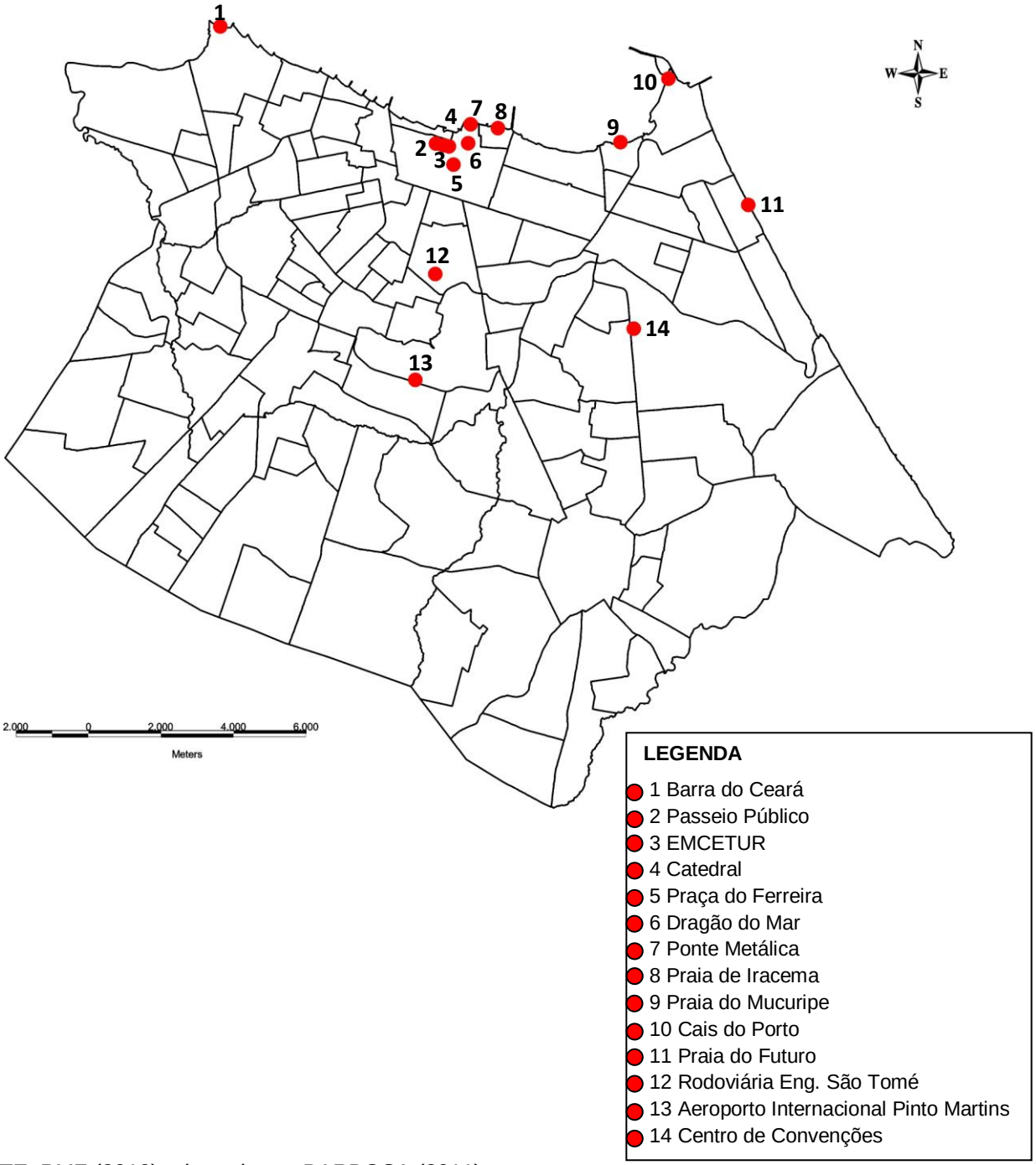
FIGURA 06 – ROTEIRO COSTA DO SOL POENTE



Fonte: SETUR (2007)

Fortaleza, assim como as demais capitais brasileiras, é pólo indutor do turismo, conforme estabelecido no PNT e PRT. É o principal portão de entrada de visitantes do Estado, pela existência do aeroporto o internacional Pinto Martins. Dados da SETUR/CE (2010) mostram que, no período de Dezembro de 2009 a Fevereiro de 2010, a cidade recebeu 829.589 mil turistas. O Roteiro Fortaleza prioriza ações voltadas à promoção dos segmentos turísticos de sol e praia, aventura, cultura, negócios e eventos (Mapa 01).

MAPA 01 – ROTEIRO FORTALEZA – NATUREZA, CULTURA E NEGÓCIO



FONTE: PMF (2010) adaptado por BARBOSA (2011)

O Roteiro Serra da Ibiapaba (figura 07) localiza-se a oeste do Estado, próximo ao Piauí. Abrange os municípios de Viçosa do Ceará, Ubajara, Tianguá, São Benedito, Ibiapina, Guaraciaba do Norte, Carnaubal, Ipu e Croatá. Nenhum desses municípios está entre os destinos indutores estabelecidos pelo Ministério do Turismo, entretanto, estão organizados

regionalmente, em conformidade com o PRT, tendo em vista melhor organização político-administrativa da atividade turística. A gruta de Ubajara é um dos atrativos turísticos do roteiro para pesquisadores e demais interessados em formações rochosas, embora já bastante impactada pelo homem.

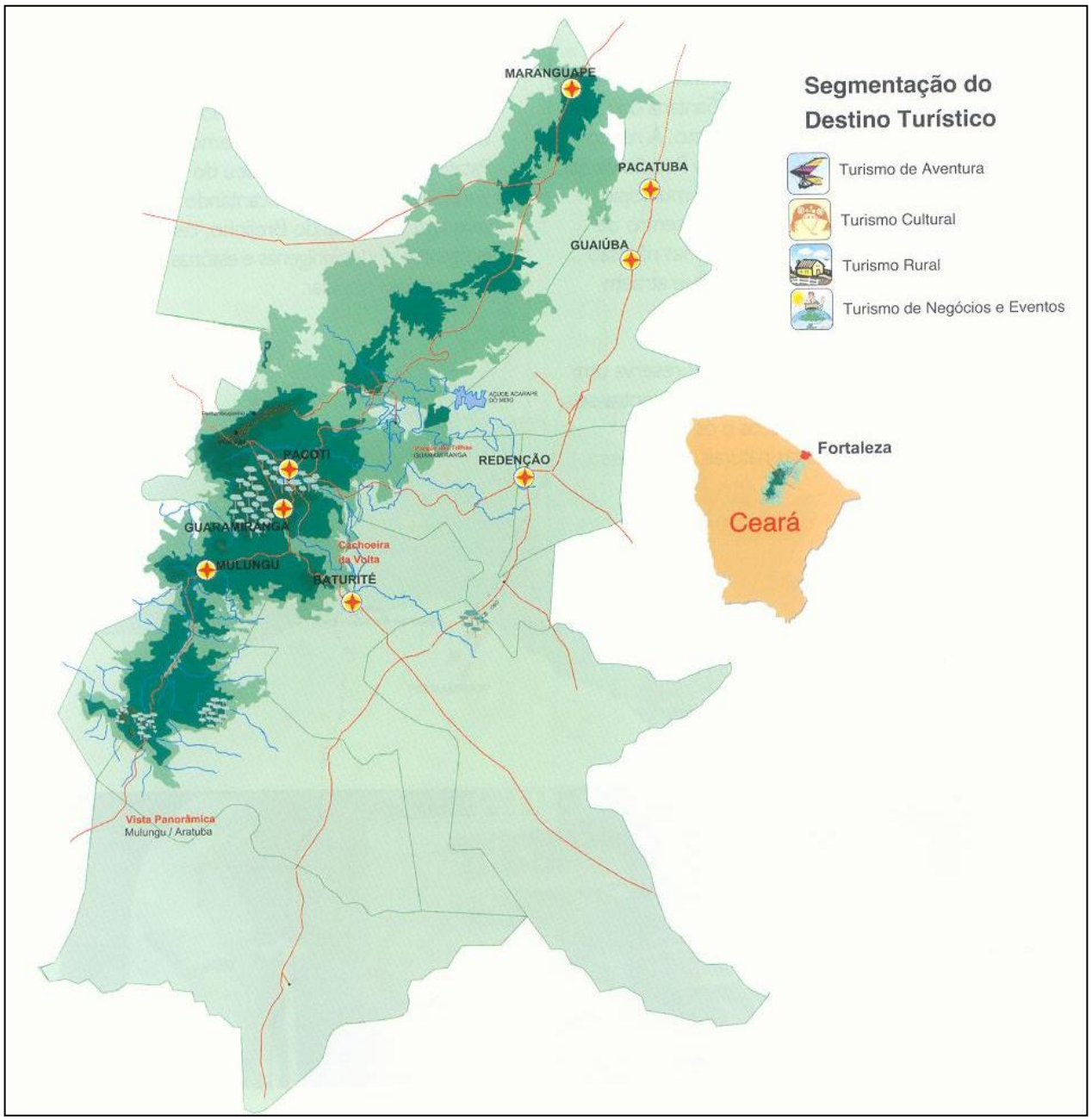
FIGURA 07 – ROTEIRO SERRA DA IBIAPABA

Fonte: SETUR/CE (2007)

O Roteiro Serras de Aratanha e Baturité (figura 08) envolve os municípios de Maranguape, Pacatuba, Redenção, Guaiúba, Baturité, Barreira, Itapiuna, Mulungu, Aratuba, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia. Tem como principais segmentos o turismo cultural, aventura, rural, negócios e eventos. O Festival de Jazz e Blues, realizado no período de carnaval, reúne vários

turistas na cidade de Guaramiranga. Em 2010, durante o período do evento, foram organizados pela coordenação do festival e parceiros de empresas privadas e órgãos públicos, roteiros culturais que por meio do Projeto Cultura e Geração de Renda nos Acordes do Jazz foram produzidos passeios pelos municípios que compõem a região, apresentando pontos turísticos das cidades: igrejas, museus, convento, mosteiro, casarões, fazendas, estufas de flores (SETUR, 2010).

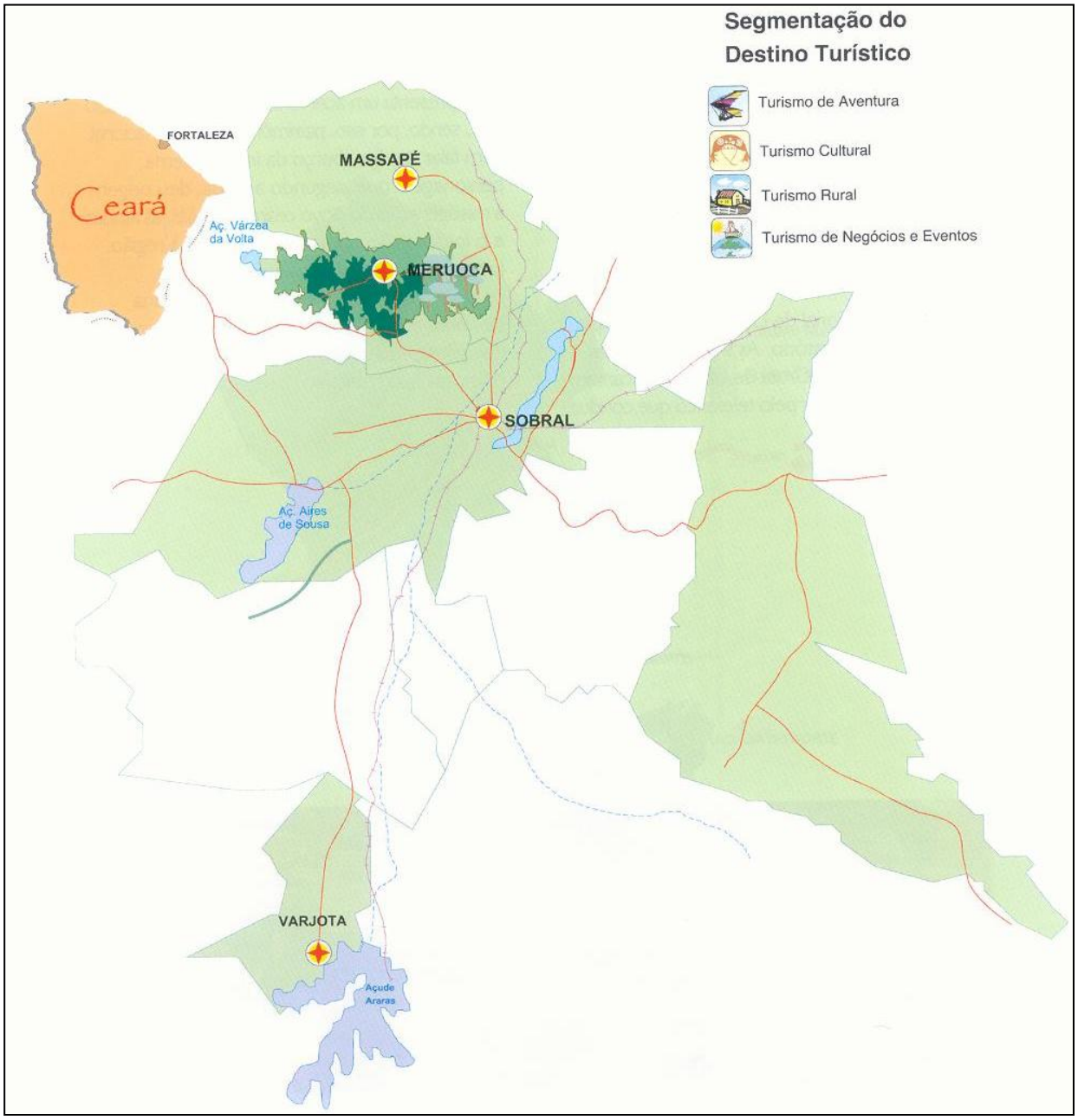
FIGURA 08 – ROTEIRO SERRAS DE ARATANHA E BATURITÉ



Fonte: SETUR/CE (2007)

O Roteiro Vale do Acaraú (figura 9) está localizado ao norte, no Estado do Ceará. A região turística é formada pelas cidades de Sobral, Meruoca, Alcântara, Massapê e Varjota. Os segmentos do turismo de aventura, rural, cultural, negócios e eventos são promovidos pelo roteiro. O clima quente e seco da região constrata com a Serra da Meruoca que apresenta clima ameno, conforme a Prefeitura do município a média mínima de temperatura é de 19ºC.

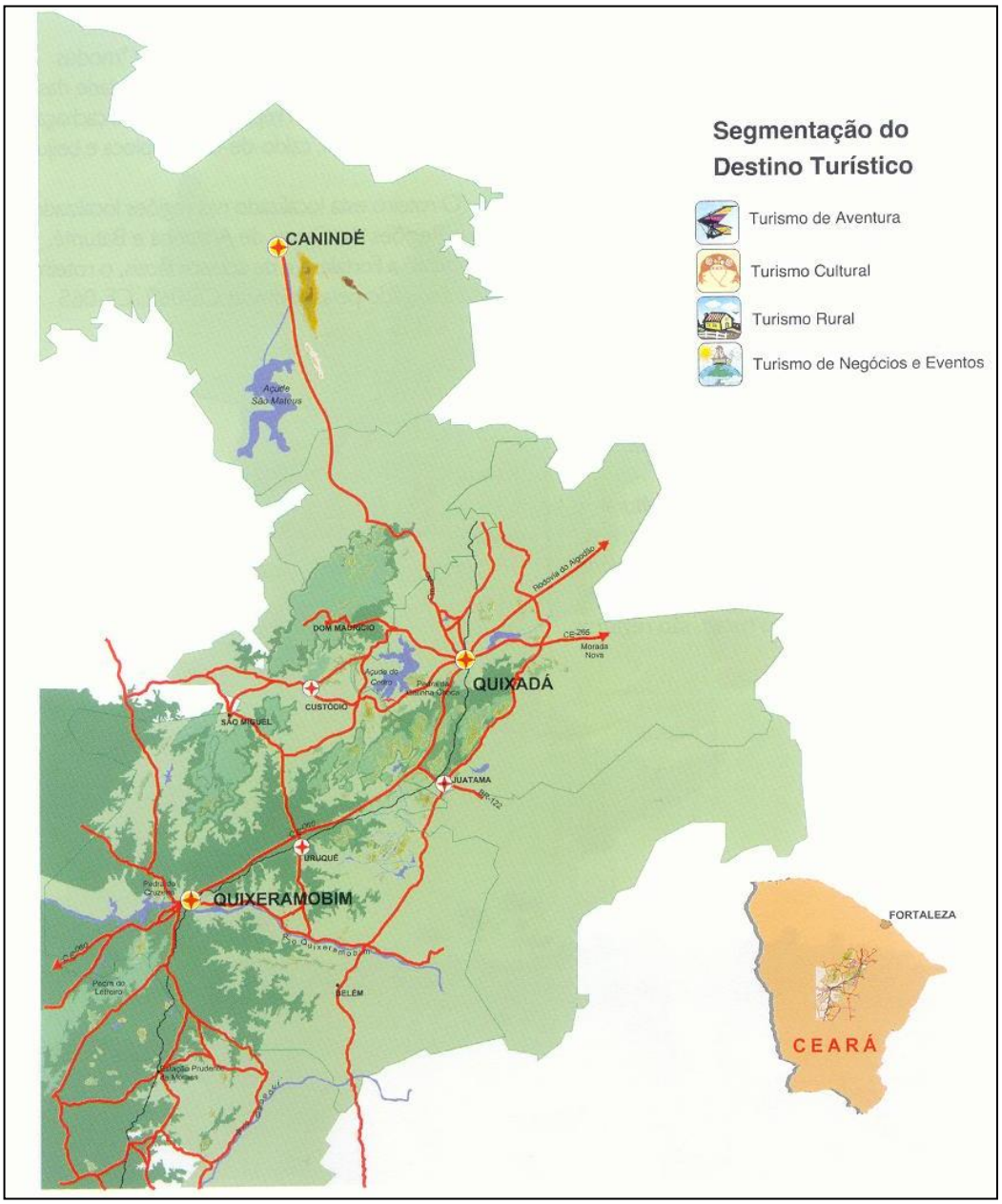
FIGURA 9 – ROTEIRO VALE DO ACARAÚ



Fonte: SETUR/CE (2007)

Quixadá, Banabuiú, Canindé, Quixeramobim, Senador Pompeu e Caridade formam o Roteiro Turístico Sertão Central (figura 10). Os monólitos de Quixadá são importantes atrativos de pesquisadores e curiosos que veem formações rochosas como a Pedra da Galinha Choca e o açude Cedro, construído ainda no Período Colonial. A Basílica e a estátua de São Francisco das Chagas também são relevantes monumentos que atraem turistas à cidade de Canindé, distante 120 km de Fortaleza, impulsionando o turismo religioso na região.

FIGURA 10 – ROTEIRO SERTÃO CENTRAL



Fonte: SETUR/CE (2007)

O Programa de Regionalização trabalha as regiões turísticas internamente assim como a interligação entre estados, como é o caso da região turística Ceará, Piauí e Maranhão - CEPIMAR. Cada estado apresenta especificidades, e disponibiliza passeios em três ambientes distintos em um mesmo roteiro, despertando maior interesse às demandas.

As transformações socioespaciais decorrentes das ações do PRODETUR e do Programa de Regionalização do Turismo são significativas e mostram a atuação do Estado priorizando e promovendo a atividade turística, em parcerias com empreendedores. O avanço do eixo do turismo comunitário demonstra o movimento dialético da atividade que segue em vários rumos atendendo a diversos grupos de interesse. O investimento em estudos, pesquisas e planejamento mostra o "amadurecimento" da atividade que avança em meio de erros e acertos, associando-se a outras políticas públicas para oferecer benefícios não exclusivamente à classe de maior poder aquisitivo, mas também às periferias. Assim afirmam Coriolano e Fernandes (2007, p. 154):

> Há que se entender que a efetivação do turismo como atividade indutora de desenvolvimento só se dá de forma sólida quando a atividade recebe os recursos e os direcionamentos necessários, possibilitando que os resultados retornem em benefícios socioeconômicos para as populações locais, gerando emprego, renda e qualidade de vida para o núcleo receptor.

O processo de transformação espacial pelo e para o turismo faz do planejamento territorial, condição básica para o desenvolvimento da atividade em territórios selecionados, ditos "turistificados" e comercializados de acordo com determinações estabelecidas pelo mercado competitivo e globalizado de hoje. "A intervenção do planejamento territorial na configuração dos lugares turísticos resulta da necessária racionalidade imposta pelo mercado bem como da competitividade espacial entre lugares, característica da atualidade" (CRUZ, 2000, p. 22). Entretanto o planejamento turístico realizado, de forma que apenas aborde a ótica econômica, faz com que a essência das políticas públicas, de atender aos interesses gerais da sociedade, não seja contemplada.

A ampla relação do turismo com as demais atividades econômicas o torna objeto de interesse de políticas públicas aplicadas em diferentes esferas,

seja municipal, estadual ou federal. As políticas de turismo promovem diferentes possibilidades de negócios turísticos, seja para o grande ou pequeno empreendedor, e com eles a oferta de trabalho e renda. O turismo, entretanto, não se configura solução para a pobreza e subdesenvolvimento, embora possa servir de alternativa e opção de trabalho. Assim afirma Coriolano (2005, p.142), o turismo

> é uma atividade econômica como outra qualquer, inserida na economia de mercado, portanto não é uma solução para combater o subdesenvolvimento. Faz-se necessário entender a política de turismo como parte da política econômica global e neoliberal.

A perspectiva do turismo como atividade alternativa para a melhoria na renda de famílias pobres, residentes em lugares turísticos ou “turistificados”, se expande cada vez mais, inclusive no estado do Ceará. Embora se configure atividade econômica desenvolvida, seguindo os ditames do modelo capitalista, novas políticas e formas de organização e difusão do turismo ganham espaço nas práticas de desenvolvimento da atividade, exemplificado pelo eixo do turismo comunitário organizado por comunidades cearenses.

A organização das comunidades do turismo comunitário em redes dá-lhes poder de pressão sobre o Estado, quando passa a exigir atendimentos às demandas de seus interesses, levando o governo federal a ponderar sobre essa forma de fazer turismo e assim, reconhecer a realidade do turismo alternativo, em crescimento e expansão no país. No Brasil, o poder público tem dado prioridade ao turismo convencional ou hegemônico, pois os governos querem divisas: no entanto a pressão das comunidades e a visibilidade que o movimento toma na esfera nacional e internacional levou o Ministério do Turismo a admitir a existência do turismo comunitário.

Embora o Plano Nacional do Turismo, desde 2003, apresente cunho popular, mantinha-se de forma ideológica, sem viabilizar políticas para o eixo, e, assim, são as comunidades que pressionam e levam o Mtur a tomar iniciativa, quando em 2008, é divulgado o Edital de Chamada Pública de Projetos pelo Mtur n°001/2008 para apoiar iniciativas de comunidades turísticas com auxílio financeiro aos projetos de turismo de base comunitária. O II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado de 12 a 15 de maio

de 2008, na cidade de Fortaleza, reuniu comunidades promotoras do turismo de base local, ONGs, acadêmicos e representantes dos Governos Federal e Estadual para discutir propostas de fortalecimento desse eixo do turismo.

O edital do MTur tem como objetivo fomentar projetos e iniciativas organizadas e identificadas como turismo comunitário, tendo em vista o fortalecimento de roteiros com foco em territórios que buscam desenvolvimento local e inclusão social. A figura 11 mostra a abrangência do Edital, sendo o Ceará contemplado com a aprovação de 6 projetos.

FIGURA 11 – PROJETOS DE BASE COMUNITÁRIA SELECIONADOS NO ÂMBITO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA MTUR/N.001/2008

Fonte: Silva *et al* (2009)

Para o envio de propostas, as comunidades aliaram-se a instituições sem fins lucrativos, ONGs, fundações, associações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, além de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos estados, Distrito Federal e municípios. E daí para frente, o Ministério do Turismo passa a admitir o turismo comunitário e o define como aquele que:

> busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística. (MTUR, 2008, p.1).

Acredita-se que a publicação do edital do MTUR representa mudança de visão do Estado em relação à atividade, e consolida o eixo do turismo comunitário. Recursos do edital voltam-se também à produção de material de marketing e propaganda, como forma de promover e divulgar os projetos comunitários.

O modo de produção capitalista prima pelo lucro e assim produz contradições, pois enquanto alguns fazem de tudo para alcançá-lo, outros se voltam para valores da vida, da preservação natural e cultural. Daí os conflitos que emergem do jogo de interesses diferenciados, evidenciando no movimento dinâmico do turismo de luxo, dos grandes *resorts* e cadeias hoteleiras e o turismo alternativo dos que têm outros focos e menores possibilidades econômicas. O Estado embora se diga neutro, tem defendido interesses da classe dominante, optando pelas políticas públicas e privadas, que atendem às classes sociais mais ricas, a exemplo da infraestrutura básica que é oferecida às indústrias e aos mega empreendimentos do lazer e do turismo como *resorts*, quando, para pequenos empreendimentos são poucas as ajudas e facilidades. E assim o turismo alternativo surge de políticas alternativas, em organizações comunitárias, para beneficiar pequenos núcleos receptores de turismo, e esses núcleos expandem-se pelas regiões brasileiras. Diz Dowbor (1998, p.36) que:

> Como a intensidade das mudanças exige também ajustes freqüentes das políticas, é o próprio conceito da grande estrutura central de poder que se vê posto em xeque. Situações complexas e diferenciadas, e que se modificam rapidamente, exigem muito mais participação dos atores sociais afetados pelas políticas. Exigem, na realidade, sistemas muito mais democráticos.

Esses incentivos e fomentos estatais têm colaborado para a ampliação das atividades comunitárias, como o turismo de base local. Dowbor (1998) lembra que a questão local e a relevância do trabalho em comunidade são necessárias, embora iniciativas locais não sejam suficientes para o atendimento a toda atividade turística, pois “não se fazem aeroportos internacionais com gestão local e tecnologias alternativas. No entanto, sem sólidas estruturas locais participativas e democratizadas, não há financiamentos externos ou de instituições centrais que produzam resultados satisfatórios” (op.cit., p.41). Assim, as políticas de turismo, tanto as provenientes das políticas públicas, privadas e alternativas, conquistam cada vez mais espaço, no país. Portanto, essas políticas passaram a ser de interesse do Estado, de instituições privadas, de ONGs, e das próprias comunidades. E enquanto empresas ficam mais atentas à acumulação do capital, comunidades estão preocupadas em tornar seus territórios solidários, encontrar ocupação e trabalho que garantam sobrevivência das famílias, preservarem suas culturas e protejam ecossistemas.

3. REDES DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS DO TURISMO COMUNITÁRIO NO CEARÁ

A dinâmica do mercado exige que atividades econômicas, como o turismo, se modernizem e adotem diferentes estratégias de trabalho para garantir rapidez na circulação de produtos e capital. A produção capitalista passa a ser flexível tendo cada vez mais capacidade de ceder, modificar e adaptar-se às circunstâncias postas sem romper com o processo de acumulação, criando instituições maleáveis, que indicam a ocorrência de mudanças e manutenção da continuidade. Substitui hierarquias piramidais por redes abertas, formando tecido produtivo fragmentado, com junção de nódulos frouxos. O atendimento a essas exigências passa pela eficiência e eficácia econômica competitiva que faz a comunicação reticular tática inovadora ao alcance do desenvolvimento empresarial e, consequentemente, no fortalecimento do sistema econômico, pela modernização conservadora.

A estratégia de articulação em redes deixa de ser exclusividade de grandes empresas, embora essas detenham tecnologia de ponta e mais capital que agiliza o movimento, no entanto, pequenos empreendimentos também optam pela articulação em redes. A flexibilidade das redes tem levado empresas a competirem ao mesmo tempo em que cooperarem. A globalização populariza tecnologias, tornando muitas delas hegemônicas, o que ajuda a pequenas e médias empresas a absorverem o mecanismo da organização em redes e a obtenção das vantagens mercadológicas proporcionadas na atualidade vigente, pelo período técnico-científico-informacional (Santos, 2000). Vias de transporte, hospedagem, comunicação e *internet* articuladas em redes ligam turistas, empresas, comunidades, ONGs e Estado à promoção, venda, sustentação e expansão da atividade turística.

Coriolano (2008) admite dois eixos do turismo, o convencional ou globalizado, que se movimenta de fora para dentro, vem de grande pólo emissor para pólo receptor em que, em muitos deles, o local não participa da cadeia produtiva. O outro eixo é o alternativo com o turismo de base local, considerado de baixo para cima, em que comunidades periféricas também usufruem das condições comerciais do mundo globalizado por redes turísticas,

tendo em vista o fortalecimento da atividade e o atendimento das necessidades locais. Intercâmbios de experiências, aprendizagem coletiva e participação efetiva de agentes sociais são atividades crescentes.

Tem-se como exemplo no turismo articulações de comunidades turísticas de países do continente americano, estados e municípios do Brasil, incluindo comunidades do Ceará: Rede de Turismo Sustentável da América Latina denominada REDETURS, Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário – TURISOL e a Rede Cearense de Turismo Comunitário – REDETUCUM. Elas materializam interações entre territórios solidários turísticos, permitem maior visibilidade mercadológica, capacidade competitiva, e, sobretudo o fortalecimento organizacional na luta pela promoção de políticas turísticas que superem problemas da pobreza brasileira, propiciando melhor distribuição de renda e promoção de territórios solidários. Alguns lugares estão formalmente articulados em redes, outros não, mas formal ou informalmente os territórios do turismo comunitário se expandem por muitos países como forma de oferecer oportunidade de trabalho àqueles que não conseguem integrar-se ao eixo globalizado e, sobretudo passa a criar a cultura do turismo no país. Passa-se a entendê-lo como uma atividade econômica como outra qualquer, que precisa de planejamento e gestão.

O turismo reforça a produção do conjunto indissociável de “sistemas de objetos e ações” (SANTOS, 2006), resignifica espaços geográficos, que passam por transformações para tornar-se atrativos para o turismo. Tornam-se “luminosos” (SANTOS, 2006) e mais dinâmicos pela absorção de novas técnicas, resultando na conjugação concomitante de territórios configurados em redes que aceleram os processos de circulação e comunicação, necessariamente presentes para gestão e controle das distâncias. A modernização das tecnologias permite conexões por meio de redes dinamizando circuitos entre diferentes lugares dos mais diversos países, com a realização cada vez mais veloz e dinâmica de movimentos migratórios, comerciais, informacionais, monetários, financeiros e em especial de ideias entre os nós que compõem a estrutura reticular do espaço.

A tecnologia transforma a maneira das pessoas interagirem com o mundo e a *internet* é o meio dinamizador e articulador da interação virtual.

Conforme Castells (2007, p.431) ela é “a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores (CMC): é a rede que liga a maior parte das redes”. A difusão e popularização de *sites* de relacionamento ou redes sociais, como Orkut, Facebook e Twitter, Tagged, dentre outras dinamizam as relações entre pessoas que, embora fisicamente distantes, comunicam-se virtualmente, se conhecendo, interagindo, compartilhando informações e experiências, além de constituir estilo diferente de articulação entre pessoas: a comunidade virtual.

As comunidades virtuais são agregações sociais *on line* reunidas por valores e interesses comuns que interagem por meio da *internet*. Conforme estudos de Howard Rheingold e Castells (2007, p.443), a comunidade virtual é “rede eletrônica autodefinida de comunicações interativas e organizadas ao redor de interesses ou fins em comum, embora às vezes a comunicação se torne a própria meta”. Conforme Rheingold, as comunidades *on line* têm a possibilidade de se transformarem “em reuniões físicas, festas amistosas e apoio material para os membros da comunidade virtual” (op.cit; p. 443), colocando em questão o isolamento do “mundo real” que muitos afirmam que a *internet* provoca.

Para o mercado, comunidades virtuais constituem importantes ferramentas de *marketing*, em decorrência da maior interatividade entre empresas e compradores, seja pela venda *on line* ou pela troca de informações sobre determinado produto ou serviço, ou ideias. Na atividade turística, a interatividade em redes ocorre na prestação de serviços via *internet* para compra de passagens, pacotes de viagens, reservas de hotéis e restaurantes, além do conhecimento prévio que o consumidor adquire sobre lugares a serem visitados. Essa interação não é apenas comportamento de grandes agências de viagens e redes hoteleiras, mas de pequenos grupos, pequenos lugares que oferecem o turismo comunitário, assim o turismo promovido por comunidades também tem “perfis” virtuais.

O mundo apresenta-se conectado em inúmeras redes que se superpõem. Certamente, o espaço reticular antecede o capitalismo, mas nesse modo de produção as relações socioespaciais são complexificadas em emaranhados de linhas e nós articuladas de forma difusa. A palavra rede tem derivação latina, datada do século XII, vem de *retis* e remete ao conjunto de

fios, linhas e nós. Na antiguidade, rede significava técnica de tecelagem, entrelaçados de fios e instrumento para captura de animais (DIAS, 2007). No século XVII, associa-se ao corpo humano, relacionando-se aos sistemas na totalidade, e explica a circulação sanguínea e a comunicação do cérebro (cérebro-rede) com os demais órgãos (DIAS, 2007; RIBEIRO, 1998). Associa-se ainda aos entrelaçados de fios para confecção de malha que serve de leito de dormir, utilizada por comunidades indígenas, assim como dispositivos próprios para formar armadilhas para pegar peixes, pássaros e insetos. No século XVIII, o conceito de rede aparece em estratégias militares, com a criação do sistema de fortificações do território francês (RIBEIRO, 1998 *apud* GUILHERME, 1988). Assim, Dias (2007, p.15), explica que conforme Musso (2001), o conceito de rede é refortalecido na segunda metade do século XVIII:

> Engenheiros cartógrafos, frequentemente militares, empregam o termo rede no sentido moderno de rede de comunicação e representam o território com plano de linhas imaginárias ordenadas em rede, para materializá-lo e construir o mapa. Essas formalizações da ordem reticular com base na visão geométrica e matemática do espaço foram o prelúdio necessário à formação do conceito de rede que se torna operacional, como artefato fabricado pelos engenheiros para cobrir o território.

O conceito moderno de rede em Saint-Simon está associado à analogia organismo-rede, associado à ideia de circulação e conectividade entre territórios, assegurando a dinâmica econômica e social do país francês. O filósofo francês propõe “traçar sobre o corpo, ou seja, sobre seu território (organismo), as redes observadas sobre o corpo humano para assegurar a circulação de todos os fluxos, enriquecendo o país e levando à melhoria das condições de vida [...]” (DIAS, op.cit., p.16). O território é explicado a partir da visão naturalista e orgânica.

Diz Haesbaert (2002) que o conceito de rede confunde-se com o surgimento do próprio capitalismo. A sociedade moderna, ao contrário da tradicional que apresentava fortes níveis de territorialização e enraizamento, apresenta organização cada vez mais reticular, ou seja, “transformada por fluxos cada vez mais dinâmicos, marcados pela velocidade crescente dos deslocamentos, passando de um mundo “tradicional” mais introvertido para um mundo “moderno” cada vez mais extrovertido e globalizado” (op.cit., p.122).

Castells (2007) identifica rede como meio utilizado pelo capitalismo para permitir a circulação mais rápida do capital, em especial do capital financeiro. A partir das redes, o capital é investido globalmente e em todos os setores da economia. A estrutura de redes é aberta, produz dinamismo que permite inovações. Essas redes ficam cada vez mais complexas garantindo sustentação e fluidez do sistema. Para Raffestin (1993, p.204), a "rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que se molda conforme às situações concretas, por isso, se deformar para melhor reter". O raciocínio de Castells (2007, p.566) reforça a necessidade das redes serem reformadas:

> Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que visa à suplantação do espaço e invalidação do tempo (op.cit., p.566).

A livre circulação de mercadoria, dinheiro e informação é interesse da economia liberal, ou seja, daqueles que detêm os instrumentos poderosos do modelo e garantia da primazia do mercado globalizado onde se insere o regional. Santos (2006) explica que a fluidez se dá na conjuntura das políticas viabilizadas pelos poderes públicos e privados. É responsabilidade estatal garantir a livre e rápida transferência material e imaterial de objetos, pessoas e informações pelo território para beneficiar a sociedade. Cabe às empresas a promoção de redes privadas que ordene e estruture a produção, atendendo aos interesses do mercado, por meio da dinamização e realização de transações cada vez mais rápidas, independente das distâncias físicas existentes entre os nós da rede[18].Dai Santos (2006, p.189) afirmar que a rede é ao mesmo tempo:

> global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo

[18] Castells (2007, p.566) explica que a rede "é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta". Entende-se, portanto, que os nós são localizações geográficas que se interligam, formando, assim, um sistema reticular que permite a comunicação e circulação entre os pontos.

> ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial.

A circulação de bens, pessoas e comunicação de informações discutidas por Raffestin (1993) mostram que as redes de circulação e comunicação encontram-se intrinsecamente relacionadas, mas não se confundem. Até o século XIX, circulação e comunicação configuravam uma só rede, uma vez que as informações eram repassadas a partir do transporte de pessoas que transmitiam as informações. Com a modernização da tecnologia, tais redes foram dissociadas, uma vez que a comunicação interpessoal pode ser realizada de forma quase imediata. As distâncias físicas (e temporais), ficam consideravelmente reduzidas e/ou praticamente abolidas, trazendo vantagens e desvantagens para os que detêm poder:

> Vantagem de receber uma informação quase imediatamente, mas desvantagem se a informação recebida implica a necessidade de transferir homens ou bens de um ponto a outro no espaço. O ideal do poder é agir em tempo real. Se a distância de circulação e a distância de comunicação tendessem para a igualdade, o poder não estaria longe de ser absoluto e toda tentativa totalitária encontraria ali um ponto de apoio para controlar o mundo (RAFFESTIN, op.cit., p. 201).

À morfologia das redes associam-se, também, as relações de controle, intrínsecas ao território. Para Raffestin (1993), rede é instrumento de poder, isso em razão de a mesma ser “proteiforme, móvel e inacabada [...] de se adaptar às variações do espaço e às mudanças que advém no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território; tanto libera como aprisiona” (op.cit., p. 204). O autor associa o fenômeno rede à circulação-comunicação, sendo que a comunicação ocupa lugar de destaque na sociedade capitalista. Para Raffestin (1993, p.202) a “circulação é a imagem do poder, mas o poder nem sempre quer se mostrar e, mesmo quando o faz, é sem o desejar”, portanto, o poder objetiva controlar, ver e não ser visto. Assim, o privilégio é da comunicação. “Nesse caso, o poder controla, vigia, intercepta, praticamente sem ser visto. Nas monarquias antigas o controle do poder era realizado utilizando o correio, o que modernamente é substituído pelo controle telefônico” (op.cit.; p.202). O que confirma que as técnicas tanto são instrumentos de libertação como de dominação.

No modelo panóptico de dominação, trabalhado por Michel Foucault (2007), o controle e a disciplina se dão pela vigilância contínua, com supervisores e observadores “escondidos” por trás de câmeras ligadas por 24h, impedindo, assim qualquer mudança na rotina que não seja aprovada por aqueles que controlam o território e as dinâmicas que nele ocorrem. Modelos de controle atingem escalas cada vez maiores e são aprimorados, constantemente, por meio das técnicas modernas. Assim, referente às redes enquanto instrumentos de poder, destacando-se a tecnologia da informação como meio relevante de controle social, Castells (2007, p.566) afirma que as

> conexões que ligam as redes (por exemplo, fluxos financeiros assumindo o controle de impérios da mídia que influenciam os processos políticos) representam os instrumentos privilegiados do poder. Assim, os conectores são os detentores do poder. Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades. A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente, dando forma à própria estrutura social.

Transformações sociais ocorrem no espaço sistematicamente, com intervenção simultânea das redes que transformam e configuram o espaço geográfico em diferentes escalas, da local à global. O espaço é organizado nas mais diferentes formas, uma vez que a sociedade molda e se adapta a novos processos e relações sociais. Santos (2002, p. 207) explica que “cada renovação das técnicas de produção, de transporte, de comercialização, de transmissão das ideias, das ideologias e das ordens, corresponde uma forma nova de cooperação, mais profunda e espacialmente mais extensa”. Pois com a universalização da economia capitalista, multinacionais ultrapassam barreiras comerciais e estatais e expandem-se pelo mercado à procura de condições para a obtenção de lucros ainda maiores por diversos lugares. “Tal processo, iniciado com a mundialização do consumo, conduz [...] à internacionalização da produção. Os grupos humanos [...] consomem cada vez mais uma percentagem [...] de bens cuja origem se encontra fora das suas próprias fronteiras” (SANTOS, 2002, p.209).

As distâncias entre lugares são superadas rapidamente com a evolução tecnológica que permite mais velocidade na circulação (bens e pessoas) e na comunicação. Idealiza-se que barreiras e fronteiras foram suprimidas, criando a imagem de um mundo concebido como plenamente esférico ou totalmente plano (IANNI, 1998). “A sociedade global transforma-se em um vasto mercado de coisas, gentes e idéias, bem como de realizações, possibilidades e ilusões, compreendendo também homogeneidades e diversidades, obsolescências e novidades” (op.cit., p.169).

Essa realidade levou Santos (2001) a acreditar que “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”. A velocidade dos acontecimentos, a dinâmica socioespacial, associadas à visão de mundo dos atores hegemônicos passam à sociedade a imagem de um mundo globalizado, unido, aldeia global. Entretanto, o mundo torna-se perverso a partir do momento em que poucos usufruem dos serviços e benefícios que o processo de globalização proporciona, sendo esse um dos motivos que agravam a heterogeneidade do processo, impossibilitando a homogeneização cultural.

Os instrumentos que permitem a diminuição do tempo e aproximam os espaços não são disponíveis a todos, e o que ocorre é o aumento, “de um lado, a riqueza e o poder de alguns e, de outro lado, a pobreza e fragilidade da imensa maioria” (SANTOS, 2002, p.212), a esse processo Santos (2002) denomina “universalização perversa”. Há, no entanto, outra maneira de ver o mundo sob a perspectiva da globalização[19], além do mundo como fábula – visão da globalização como algo fabuloso, lúdico e solução para os problemas sociais, introduzido pela ideologia capitalista dominante – e como perversidade – o mundo globalizado como ele realmente é, a partir dos conflitos e contradições existentes na sociedade.

A possibilidade de construir “outro mundo” por meio de uma globalização mais humana passa a ideia da viabilidade de utilização das mesmas bases técnicas, as quais o grande capital se apóia, para servir a outros propósitos e fundamentos de uma cultura popular (“de baixo”), que se rebela e resiste às imposições da cultura de massa dominante (SANTOS,

[19] Para Santos (2001), a era globalizada pode ser percebida de três formas: como fábula, como perversidade e como possibilidade (uma outra globalização).

2001), onde se insere o turismo comunitário. É com essa visão que são organizadas redes na contramão do consumo exacerbado e da globalização perversa, lideradas por grupos que valorizam atividades menos concentradoras de capital e mais voltadas aos valores humanos como o turismo comunitário e às redes desse eixo.

O turismo como atividade econômica globalizada, volta-se ao atendimento do mercado internacional e também passa por mudanças, objetivando alcançar diversificado público consumidor. Empresas turísticas, assim como os demais empreendimentos na atualidade, organizam-se em redes, por meio de transferências de informações, capital, e circulação de produtos e pessoas, e alteram, a dinâmica espacial, interconectando pessoas e serviços.

No entanto, a cadeia produtiva do turismo não é exclusiva às ações dos grandes capitalistas, que detêm o poder da produção. Grupos populares menos favorecidos economicamente, ou os “de baixo”, como chama Milton Santos, também se inserem na cadeia produtiva mediante a realização de atividades alternativas, como o desenvolvimento do eixo do turismo comunitário e solidário. Adquirindo cada vez mais visibilidade em escala mundial, o turismo de comunidades (comunitário), assim como o turismo convencional, organiza-se em redes, possibilitando mais visibilidade, potencializando a participação de grupos do eixo inferior do circuito produtivo no mercado turístico local, regional e internacional.

A produção e execução de políticas de turismo provenientes de comunidades utilizam estratégias das redes para o fortalecimento e expansão da atividade realizada de forma comunitária. A comunicação entre os territórios solidários do turismo comunitário volta-se ao crescimento de pessoas e desenvolvimento dos lugares que integram o território. A mobilidade de pessoas, capital e informações está associada ao processo de territorialização com criação de referenciais simbólicos. A articulação das comunidades que promovem o turismo de base local facilita a troca de experiências, a formatação de roteiros turísticos integrados, com fornecimento de serviços diferenciados do turismo convencional, por fugir do consumo exaustivo e do luxo, constituindo um turismo alternativo.

3.1. As Redes de Territórios do Turismo Comunitário

A atividade turística configura-se em rede, com agregação de pessoas para realização de viagens. Para a comercialização de destinos e roteiros turísticos, a comunicação é de fundamental importância, pois, sem divulgação, a atividade não se realiza. Alguns turistas buscam experiências vivenciais em realidades diferenciadas das habituais, desejam fugir do padrão do turismo convencional e são esses que compram os núcleos receptores ou comunidades do turismo comunitário. O turismo é uma forma de lazer que exige deslocamento do local do cotidiano para outro local. Quem se diverte sem viajar faz lazer e não turismo. Assim, implica ruptura com o cotidiano, uma vez que o indivíduo tem necessariamente que viajar para que possa ser considerado turista.

Acolher pessoas que chegam a um lugar para fazer lazer dá ao turismo relevante papel na dinamização territorial, pois o espaço tem que se adequar às atividades turísticas. Mudam-se os territórios pela ação turística e, concomitante a isso, a própria atividade tende a se transformar, moldando e sendo moldada pela dinâmica do turismo. Explica Coriolano (2006, p.45) que a "fase de transição do capitalismo flexível está se consolidando, exigindo produtos de qualidade, personalizado, e de sustentabilidade social e ambiental [...], sugerindo, assim, novas formas de fazer turismo". Esse momento de transformação abre espaço para projetos turísticos voltados ao desenvolvimento local sob diversos segmentos da atividade, possibilitando, assim, o surgimento e expansão das ações do chamado turismo alternativo. Dessa forma é o mercado capitalista globalizado que faz surgir o turismo de base comunitária, quando comunidades ocupam espaços que não interessam ao turismo convencional. Pequenos lugares e (ou) empreendimentos encontram forma diferenciada para entrar na cadeia produtiva do turismo com produtos ou mercadorias locais, é assim que explica Coriolano, teórica do turismo (op.cit., p.45).

O turismo comunitário, portanto, surge como alternativa à economia local, não concorrendo ou suprimindo o turismo convencional nem as atividades locais anteriores, elas é que fortalecerão o turismo. Diz Maldonado

(2009, p.30) que a atividade turística de base local é “um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria”.

Associado ao turismo comunitário está o protagonismo da comunidade, valorização cultural, identidade local e zelo ambiental. Para que o turismo de base local se desenvolva é necessário, em primeiro lugar, que exista a iniciativa dos habitantes, e que valorizem seus saberes e reforcem os poderes endógenos. Embora em muitos lugares ocorra a intervenção de agentes externos, como ONGs, Estado e universidades, sem a motivação local não se atingirá as demandas e objetivos pressupostos por esse eixo da atividade (IRVING, 2009). Portanto, é preciso que haja opção para desenvolver a atividade, iniciativas, planejamento e que o desenvolvimento e a gestão da atividade sejam das comunidades, que objetivam

> melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os enfrentamentos. Realizam, assim, projetos que garantem a melhoria das condições de vida local, além de prepararem condições para receber visitantes e turistas de uma forma mais digna (CORIOLANO, 2009, p.283).

O discurso do turismo comunitário, pautado na ressignificação da cultura local, conservação ambiental e estratégia econômica de sobrevivência de uma comunidade, a “ideologia do localismo” foi retomada e revalorizada (BENEVIDES, 2000). “O local passa assim a ser referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento” (op.cit., p.27). Assim o turismo comunitário é

> uma forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com os visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p.31).

Coriolano (2009, p.282) compreende turismo de base comunitária como “aquele em que as comunidades de forma associativa organizam

arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo". Assim, tendo em vista atingir melhores níveis de eficiência econômica, novas estratégias são criadas pelo mercado consumidor.

As redes, comuns às grandes empresas turísticas, acabam por estenderem-se às micro organizações comunitárias do turismo, conectando pequenos territórios ao mundo globalizado. No Ceará, vê-se a ação expressiva da articulação de três redes de turismo comunitário: Rede de Turismo Comunitário da América Latina – REDTURS, Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL e Rede Cearense de Turismo Comunitário – REDETUCUM.

3.1.1. A REDTURS e o raio de influência

Em muitos países da América Latina, o turismo comunitário ascende pela capacidade de luta de comunidades, na busca por espaço de trabalho, muitas vezes como resistência ao turismo globalizado de instalação de redes de *resorts* e mega empreendimentos que no Nordeste do Brasil desagregou e expropriou nativos. Em alguns países, ele é incentivado pelo próprio Estado, com políticas públicas, como é o caso da Bolívia, denotando a complexidade da atividade, pois tanto pode ser complemento do turismo mercadológico, como resistência ao modelo elitista e consumista.

A criação de órgãos e instituições públicas, a partir de diálogos entre Estado e organizações da sociedade civil, voltados aos interesses da atividade turística comunitária e solidária, tem sido estratégia em muitos lugares para viabilizar esse eixo do turismo. Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Chile, Argentina são alguns dos países latino-americanos em que o turismo de base local, em especial o Turismo Rural Comunitário – TRC tem adquirido destaque. A articulação de comunidades rurais e indígena nesses países, no propósito de dinamização econômica, fez emergir a Rede de Turismo Sustentável da América Latina – REDTURS.

Maldonado[20] (2003), ao apresentar a Rede de Turismo Sustentável, em palestra proferida no I Seminário Internacional de Turismo Sustentável - SITS, publicada no livro *Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável*, explica que o "programa não nasceu voltado para a área de turismo, mas dentro de um programa maior sobre desenvolvimento rural de povos indígenas no Equador, no Peru e na Bolívia, instituído na Convenção 169 da OIT" (op.cit.; p.141).

Esta discorre sobre povos indígenas e tribais, em países independentes. Assim, em 1989, uma parceria é realizada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT – em parceria com a Organização das Nações Unidas - UNESCO para a Alimentação e Agricultura, para a Educação, Ciência e a Cultura; Organização Mundial da Saúde - OMS; e *American Indian Institute* para reconhecer e fortalecer as aspirações dos povos indígenas e tribais em assumir o controle territorial de suas terras, de promover o desenvolvimento socioeconômico e de preservar as identidades culturais locais.

Para que os resultados da convenção se concretizem, exige-se a participação dos Governos, em parceria com os povos interessados para desenvolver ações coordenadas e sistemáticas de proteção aos diretos e garantir o respeito às comunidades. O Artigo 23, Parágrafo 1º, da Convenção 169 de 1989 destaca que:

> 1. Artesanato, indústrias rurais e atividades comunitárias relacionadas com a economia tradicional de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, pesca, captura e coleta, precisam ser reconhecidos como fatores importantes na manutenção de cultura e da auto-suficiência para o desenvolvimento socioeconômico. Com a participação das pessoas e sempre que adequado, os governos devem garantir o fortalecimento e a promoção de das atividades comunitárias.

A REDTURS inicia as atividades "como um programa de afirmação dos direitos econômicos, sociais e culturais do povo indígena no Equador, no Peru e na Bolívia" (MALDONADO, 2003, p.141). O turismo é inserido nas propostas da rede a partir de insatisfações de comunidades indígenas, desses países, em relação à atividade que era vista como desvantagem à comunidade e cultura local. Com isso, foram realizados estudos acerca dos interesses do

[20] Carlos Maldonado é representante da Organização Internacional do Trabalho e coordenador da Rede de Turismo Sustentável da América Latina – REDTURS.

mercado turístico internacional, tendo em vista a transformação do turismo em algo que trouxesse benefícios econômicos e sociais às populações indígenas (MALDONADO, 2003). Dessa forma, a atividade turística foi assumida posteriormente, e passou a fazer parte das atividades comunitárias, voltadas ao atendimento às necessidades locais. Assim, comunidades latino-americanas realizam o turismo comunitário, tendo em vista valorizar territórios solidários, levar os visitantes a conhecerem suas culturas, apreciarem o artesanato, a pesca e produtos da agricultura familiar, que realizam como forma de subsistência, associado ao turismo.

Maldonado (2007), referindo-se ao fortalecimento das redes de turismo comunitário: REDTURS na América Latina, afirma que territórios latino-americanos desenvolvem o turismo de base comunitária, sendo este eixo já reconhecido por parte do mercado turístico, com oferta diferenciada, da convencional. Daí Coriolano (2006) afirmar que há turistas para todos os gostos e bolsos. O turismo comunitário passa por transformações e adaptações, e apresenta roteiros que valorizam o culto à natureza e à cultura local. O fenômeno do turismo comunitário latino-americano surge no contexto de grandes mudanças econômicas, sociais e políticas, associadas à liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, aos novos paradigmas do desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas.

Na **Guatemala**, a ação estatal por meio do Instituto Guatemalteco de Turismo – INGUAT – tem apoiado iniciativas de comunidades que formam a Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala – FENATUCGUA, mediante apóio em projetos, marketing, gestão, realização de eventos e da parceria com ONGs a favor do Turismo Rural em comunidades. Em 2008, é criada a Secretaria de Turismo Comunitário que impulsiona a formação de guias comunitários – exercício legalizado em 2007, pelo INGUAT, oferecendo diversos cursos promovidos pelo Instituto Técnico de Formação e de Produtividade – INTECAP; cursos de curta duração sobre *marketing*, atendimento ao cliente e gastronomia internacional; formação de profissionais para o planejamento e elaboração de planos de negócios com a metodologia aplicada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (MALDONADO, 2009). Conforme o INGUAT (2010), dados estatísticos do turismo em

Guatemala mostram que houve crescimento da quantidade de visitantes no país, durante o ano de 2010, em relação ao ano anterior. Em 2009, 1.776.868 turistas estiveram no país, já no ano seguinte houve aumento no número de visitantes para 1.875.777, representando, assim, um crescimento de 5,6% .

Em **Costa Rica**, com a parceria entre populações de comunidades, Consórcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional - COOPRENA e Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário – ACTUAR impulsiona o Turismo Rural Comunitário no país, que com financiamentos internacionais, provenientes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – FMAM, desenvolvem projetos turísticos nas comunidades integrantes da rede. Em 2007, o Instituto de Turismo Costarriquenho – ICT elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo que reconhece o turismo rural comunitário como eixo estratégico para o desenvolvimento das localidades. Em abril de 2009, a Comissão Permanente Especial de Turismo da Assembléia Legislativa aprova lei de incentivo ao turismo comunitário, com atividades que gerem renda às famílias rurais, além de oferecer "incentivos à compra de veículos, micro-ônibus e motores de popa, assim como a importação de tecnologias alternativas (equipamentos, materiais e insumos) para tratamento de esgoto" (op.cit., p.39). Tem havido capacitação e estruturação de espaços para o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais.

Na **Nicarágua,** a Rede Nicaraguense de Turismo Rural - RENITURAL conjuntamente ao Instituto de Turismo do país, aprova em 2009 a política de promoção do Turismo Rural Comunitário, regulariza a atividade, oferece assistência técnica às comunidades integrantes da rede (100 comunidades, em 2009), e promove a imagem desses destinos além de melhorar a infra-estrutura rodoviária. Conforme informações do Instituto Nicaraguense de Turismo, o projeto "Fazendas Agroturísticas de Nicarágua" é parceria entre Federación de Cooperativas Agroindustriales – FENIAGRO, Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores – FENACOOP e Rede Nicaraguense de Turismo Rural – RENITURAL. Foram identificadas 40 iniciativas desse eixo do turismo no país, que serão atendidas para a diversificação dos produtos turísticos fazendo da atividade fonte de renda.

Entre o período de 2007 a maio de 2010, 3.005.752 de turistas visitaram o país, permitindo a geração de 1 milhão de dólares, que constitui 5,2% do PIB nacional (INTUR, 2010).

No **Equador**, no ano de 2002, é aprovada a lei de turismo que reconhece os direitos das comunidades rurais desenvolverem a atividade turística, levando-as a "participarem do turismo como prestadores de serviços, e fazerem parte do Conselho Consultivo de Turismo, órgão de assessoramento do Ministério do Turismo - MINTUR que coordena as ações entre setores público, privado e comunitário" (op.cit., p.39). Em 2009, são criados os Centros de Turismo Comunitário do Equador, com apoio da Federação Plurinacional de Turismo Comunitário – FEPTCE e do MINTUR, quando foram estabelecidos padrões para a realização das "iniciativas ideais" e normatizações para a prestação dos serviços no turismo de comunidades. O "Consolida Turismo Comunitário" é um programa do MINTUR que tem o objetivo de melhorar o produto turístico comunitário, mediante apoio direto do Ministério às comunidades legalmente reconhecidas pela Secretaria dos Povos e Nacionalidades e em processo de legalização. O programa oferece às comunidades linhas de crédito, capacitação profissional, fomento à promoção das iniciativas comunitárias de turismo e distribuição de materiais para a divulgação dos destinos (MINTUR, 2010).

No **Peru,** o Plano Nacional Estratégico do Turismo – PENTUR (2005-2015), associa ações com o Ministério do Comércio Exterior e Turismo – MINCETUR, e promove gestões participativas e descentralizadas de interação comunitária, como estratégia de organizar, gerir e promover o desenvolvimento do turismo. Processos integradores e descentralizados impulsionam o desenvolvimento econômico e social, geram empregos que melhoram a qualidade de vida da população e garantem a valorização e conservação do patrimônio nacional histórico, cultural e natural do país (MINCETUR, 2008).

Na **Bolívia,** o Plano Nacional de Turismo Comunitário tem aumentado a contribuição do turismo ao desenvolvimento socioeconômico e melhorado a qualidade de vida de grupos sociais desfavorecidos com o turismo comunitário do país. É o próprio Estado que oferece suporte ao desenvolvimento do turismo nas comunidades. Financiado pelo BID, o

programa apresenta estrutura para a valorização de atrativos turísticos; promoção e comercialização de produtos locais; desenvolvimento de capacidades setoriais; gestão sócio-ambiental das comunidades envolvidas com o turismo comunitário (BOLIVIA, 2010). Em 2005, comunidades e associações bolivianas organizam-se e formam a Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário – TUSOCO, mostrando a importância da organização de comunidades em vários lugares turísticos do país. A rede fortalece comunidades que se organizam para construir alternativas econômicas e desenvolver serviços turísticos de qualidade. Tem fortalecido empreendimentos turísticos comunitários e apoiado a comercialização dos produtos e serviços do país. (TUSOCO, 2010).

Países da América Latina possuem conjuntos de comunidades articuladas em destinos turísticos que, em diversas redes, fortalecem a prática turística comunitária, superando debilidades por meio de troca de experiências e de trabalhos conjuntos. A associação entre comunidades turísticas rurais, indígenas, pesqueiras e camponesas, organizações públicas e não governamentais, universidades e a OIT promovem e sustentam a Rede de Turismo Sustentável da América Latina, que promove a auto-gestão do turismo em comunidades, acompanhando-as no planejamento turístico, elaborando e aplicando estratégias para promover a competitividade no mercado internacional (MALDONADO, 2009). Conforme Maldonado (2007, p.9), os desafios da REDTURS são inúmeros tais como: incentivar a eficiência nos processos associativos que coordenam, ofertar serviços dentro de padrões da qualidade exigida para o turismo, inserir competitivamente os produtos nos mercados e sobretudo promover o uso sustentável dos roteiros e atrativos, melhorar a capacidade de auto-gestão dos pequenos negócios.

No **Brasil,** a REDTURS tem o propósito de fazer parcerias em especial com poderes públicos, tendo em vista o atendimento das necessidades das populações locais, o apoio da OIT e das agências de cooperação para desenvolver o empreendedorismo nas comunidades que trabalham com as redes de turismo comunitário. Para atingir essas propostas encontros são realizados entre comunidades e instituições integrantes da rede,

com preparação de documentos para firmação de acordos entre os participantes.

A Declaração de Otavalo, fruto do Encontro Técnico Internacional sobre Gestão do Turismo Sustentável Competitivo, no Equador, assinada por governantes políticos e líderes comunitários da Bolívia e Peru firmou alianças e parcerias inteligentes entre Estado, empresas e comunidade, em setembro de 2001 (REDTURS, 2010). Os princípios e estratégias de ação da REDTURS são:

- solicitar aos governos nacionais a formulação de políticas que promovam ambiente favorável ao desenvolvimento do turismo;
- reconhecer a contribuição única das culturas indígenas para a diversificação do turismo nacional;
- explorar novas oportunidades geradas no espaço local para o mercado global;
- promover consciência nacional sobre respeito à diversidade cultural, multiculturalismo e igualdade social, dimensões relevantes para os programas de instituições de ensino formal e informal;
- promover incentivos públicos que permitam o turismo comunitário realizar o potencial econômico e social, minimizando os efeitos nocivos sobre o ambiente, patrimônio e valores culturais dos povos indígenas;
- promover capacitação profissional dos integrantes de comunidades interessadas para gestão dos negócios e serviço de qualidade nas comunidades de turismo comunitário e nos negócios particulares;
- divulgar na esfera internacional, nacional e regional, a institucionalização da "Rede de Turismo Comunitário" REDETURS para promover destinos turísticos das comunidade com garantia de autenticidade e sustentabilidade;
- solicitar aos governos nacionais, em especial aos Ministérios do Turismo a conclusão e aplicação de normas que reconheçam, regularem e garanta o desempenho da comunidade empresarial de turismo comunitário;
- envolver órgãos públicos no desenvolvimento do turismo para implantar estruturas, meios e processos de representação adequada com as

organizações das comunidades afim de que possam atingir os objetivos;

- incentivar parcerias institucionais e implementação de programas de interesse comum entre o governo central, governos locais, empresas privadas e ONGs para reforçar benefícios aos que desenvolvem o turismo comunitário;
- envolver governos locais, instituições públicas e privadas para facilitar o turismo de base comunitária às empresas acesso a novos mercados, recursos financeiros e infra-estrutura;
- institucionalizar e apoiar a implementação do turismo comunitário no âmbito dos direitos coletivos dos povos indígenas consagrados na Convenção n ° 169 da OIT, ratificadas pelos países presentes nesta reunião.
- promover as expressões genuínas da identidade cultural dos povos indígenas,

  valores, símbolos e costumes, o mesmo sendo uma fonte de diferenciação e competitividade para motivação de viagens;
- fortalecer órgãos de representação e coordenação regional do turismo comunitário e promover a solidariedade entre os povos e culturas do mundo (DECLARAÇÃO DE OTAVALO, 2001).

Em outubro de 2003, foi assinada a Declaração de São José, na Costa Rica, que estrutura o turismo rural comunitário em comunidades integrantes dos países Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru. O acordo se dá em referência ao planejamento, desenvolvimento e avaliação do turismo nos territórios por parte das próprias comunidades, sendo a auto-gestão um dos objetivos a ser alcançado. Na referida declaração é feito convite à participação de órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais favoráveis ao turismo comunitário para somar esforços tendo em vista o fortalecimento da REDTURS (DECLARAÇÃO DE SÃO JOSÉ, 2003).

No IV Encontro Latino-americano da REDTURS, realizado em setembro de 2005, no Panamá foram apresentados e discutidos conteúdos e diretrizes de códigos de conduta aos destinos turísticos na America Latina,

além da análise para a criação da marca coletiva do turismo comunitário, com o objetivo de diferenciar e posicionar produtos competitivos no mercado (REDTURS, 2010). Na Bolívia, em 2007, foram discutidas questões locais referentes ao delineamento da "agenda para o desenvolvimento turístico participativo, quando foram examinadas 16 organizações nacionais e locais de turismo comunitário com objetivo de consolidar as estruturas representativas na região" (MALDONADO, 2009).

Assim em 2008, no VI Encontro Consultivo Regional da REDTURS, promovido pelo Instituto Guatemalteco de Turismo, na Guatemala, foram discutidos os encaminhamentos da rede, analisados os "conglomerados turísticos comunitários bem-sucedidos, e sistematizadas as lições aprendidas que remetem para a qualidade e sustentabilidade no turismo comunitário [...]" (op.cit., p.43). Assim como a criação de leis, órgãos, federações, institutos e secretarias, voltados ao atendimento de povos indígenas e camponeses, organizados para a promoção do Turismo Rural Comunitário data, do início do ano 2000, o que demonstra a preocupação pública por esse eixo do turismo é recente e incipiente, conquistada mediante esforços e lutas das comunidades e parceiros.

No *site* da REDTURS[21] os interessados têm possibilidade de obter informações importantes acerca de destinos turísticos do turismo comunitário em diversos países: localização, características ambientais, atrativos turísticos, atividades realizadas, serviços oferecidos, pacotes de turismo vendidos, informações para reservas (telefones, emails), além de fotos e sites dos lugares turísticos. Alguns países apresentam elevado número de destinos, o Equador, com 52 núcleos receptores, Brasil com 37 e Peru, Nicarágua, e México com 36 comunidades integrantes. Organizados em redes os diferentes países comungam dos mesmos princípios para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, embora cada um ressalte as particularidades e singularidades histórico-culturais e ambientais dos territórios que passam a ser solidários, sendo esses diferenciais que se apresentam como os próprios atrativos.

[21] Http://www.redturs.org

O quadro 03 destaca as principais redes que dinamizam a REDTURS, mostrando o ano de criação, todas recentes, o número de instituições ou destinos participantes e os sites, para aquisição de informações mais detalhadas acerca das redes e territórios turísticos:

QUADRO 03 – REDES LATINO-AMERICANAS DO TURISMO COMUNITÁRIO

PAÍS	REDE DO TURISMO COMUNITÁRIO	ANO DE CRIAÇÃO	MEMBROS	MISSÕES	PÁGINA WEB
Argentina	**LA HUELLA GAUCHA** Rede de Turismo Rural de base Comunitária da Província de Jujuy.	2006	8 membros	Fazer de Jujuy um referencial turístico da região norte argentina, com uma oferta turística de excelência em um marco regulatório adequado com participação da comunidade e dos atores envolvidos, fortalecendo a identidade cultural como principal recurso, que atraia turistas do mercado regional, nacional e internacional, fazendo-lhes viver uma experiência única.	http://www.turismo.jujuy.gov.ar
	ONPIA Organização das Nações e Povos Indígenas da Argentina	2003	21 povos indígenas	Representar povos e organizações indígenas diante entidades nacionais e internacionais do Estado, por meio da política de diálogo para a construção e melhoria da qualidade de vida e situação sócio-política dos seus povos.	http://www.onpia.org.ar
Bolívia	**TUSOCO** Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário	2006	19 membros	Promover as riquezas naturais, históricas e culturais do país, reforçar a identidade popular, conservar o patrimônio e desenvolver de maneira sustentável as comunidades integrantes.	http://www.tusoco.com

Brasil	**TURISOL** Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário	2003	10 instituições sem fins lucrativos	Formação e capacitação dos integrantes da rede por meio de eventos e encontros de formação; produção de conhecimento a partir da criação de trabalhos didáticos, publicações e vídeos; dialogar com Ministérios e Secretarias públicas sobre o turismo comunitário no país; promover e criar estratégias de comercialização do turismo comunitário.	http://turisol.wordpress.com/
Chile	**MAPU LAHUAL** Rede de Parques Indígenas	2005	7 parques	Preservar a floresta para as futuras gerações, resgatar e valorizar os conhecimentos tradicionais coletivos e gerar alternativas de emprego e renda para as famílias em comunidades, através, do ecoturismo, produção de artesanato e realizando outras atividades produção compatíveis com a conservação dos recursos naturais.	www.mapulahual.cl
Costa Rica	**COOPRENA** Consorcio Cooperativo Rede Ecoturística Nacional	1994	16 comunidades	Ser a melhor rede consolidada de organizações sociais para o fortalecimento do desenvolvimento local em modelos nacionais e internacionais, promover a gestão integrada de produtos turísticos e serviços alternativos, competitiva e complementar, a fim de atender às demandas e necessidades do mercado.	http://www.turismoruralcr.com

	ACTUAR Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário	2001		Promover sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica de iniciativas do turismo comunitário rural, por meio de alianças estratégicas para vender o turismo de base comunitária, fortalecimento da capacidade dos nossos membros e da gestão dos recursos.	http://www.actuarcostarica.com
Equado	**REST** Rede Solidária de Turismo da Ribeira do Rio Napo		456 famílias	Melhorar as condições de vida dos membros, onde os padrões de rede é atuar patrocinando comportamentos que irão melhorar os ambientes sociais, culturais, ambientais e econômicos dos seus membros. Implementar compromissos de sustentabilidade para execução inicialmente aplicada a iniciativas de turismo, que pode então ser transferido para o cotidiano das comunidades receptoras e emissoras.	http://www.descubreorellana.com/redes-de-turismo/rest/
	RETHUS Rede de Turismo Huataraco Suno		18 comunidades	Apoiar iniciativas de turismo comunitário no mercado local, nacional e internacional, mediante a capacitação para o turismo sustentável e a gestão de recursos para investimentos em infraestruturas turísticas que facilitem a melhora constante dos produtos e serviços turísticos da região.	http://www.descubreorellana.com/redes-de-turismo/rethus/

	RECOLTUR Rede de Colégios Turísticos		7 escolas	Fortalecimento acadêmico e institucional de cada um dos estabelecimentos educativos, a fim de formar jovens que tenham a capacidade de inserir-se no mercado e/ou optar por uma carreira universitária.	http://www.descubreorellana.com/redes-de-turismo/recoltur/
Guatemala	**FENATUCGUA** Federação Nacional de Turismo Comunitário da Guatemala	2005	18 comunidades	Promover o desenvolvimento e a auto-sustentabilidade das organizações associadas por meio de projetos turísticos realizados por comunidades locais, com enfoque de igualdade de gênero, respeitando e valorizando as culturas e o meio ambiente.	http://www.fenatucgua.org
Honduras	**RUTA MOSKITIA** Red Turística de Etnias Indígenas, Honduras		6 comunidades indigenas	Transformar a economia local mediante a atividade do ecoturismo, permitindo a geração de uma fonte sustentável de renda ás comunidades e a garantia de preservação dos recursos naturais dos destinos turísticos.	http://www.larutamoskitia.com/
México	**RITA** Rede Indígena de Turismo do México	2002	38 comunidades	Promover e fortalecer a sustentabilidade dos serviços turísticos indígenas como instrumento efetivo para conservação do patrimônio ambiental e cultural mediante o acesso à informação. Fortalecer capacidades e tecnologias apropriadas, fomentando a participação ativa dos associados.	http://www.rita.com.mx/

	SENDASU Rede de Ecoturismo Comunitário de Chiapas Senda Sur Inolvidablemente Chiapas Red de eco turismo de Chiapas		20 sócios (16 centros turísticos comunitários e 4 operadoras de turismo)	Conservar, preservar e revitalizar o patrimônio cultural e histórico; ajudar a construir um turismo alternativo e sustentável em Chiapas. Fornecer aos membros e usuários serviços de promoção, comercialização, distribuição e reserva para garantir a representatividade de um turismo responsável em Chiapas.	http://www.sendasur.com.mx
Nicarágua	**RENITURAL** Rede Nicaraguense de Turismo Rural	2005	55 comunidades	Promover o desenvolvimento turístico integral do turismo comunitário em Nicarágua, assim como a promoção a nível nacional e internacional que permita vender os produtos por melhores preços e condições, do mesmo modo que os permita melhorar a capacidade de negociação e dessa forma conseguir obter maiores receitas com a venda de produtos que permitem melhorar a qualidade de vida dos habitantes das comunidades envolvidas.	

As redes de turismo comunitário de países latino-americanos apresentadas desenvolvem turismo de base local em pequenas comunidades urbanas, rurais, indígenas e ou litorâneas, algumas com apoio direto do Estado, em outras há ação indireta do mesmo por meio da atuação de ONGs, como é o caso brasileiro. As iniciativas locais contam, na maioria dos casos, com forte ajuda e influência de sujeitos externos, professores, lideres engajados nos processos de desenvolvimento comunitário, que favorecem e estimulam os avanços desse eixo do turismo e são experiências que se multiplicam e atingem resultados expressivos no conjunto das manifestações, constituindo contraponto ao turismo globalizado.

3.1.2. Rede TURISOL no Brasil

Para o fortalecimento de experiências comunitárias de turismo, comunidades brasileiras organizam-se em rede. A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL colabora para o fortalecimento de grupos rurais, indígenas, pesqueiros e urbanos que trabalham o turismo de base local, sendo as regiões Norte e Nordeste do país que agregam maior número de projetos de turismo comunitário.

A TURISOL atua nas linhas de formação e capacitação profissional – por meio de cursos, encontros e eventos nacionais e internacionais, produção de conhecimento com a elaboração de materiais didáticos, publicações e vídeos sobre experiências comunitárias, impactos em políticas públicas, promoção de diálogos com órgão e secretarias do Estado para a criação de políticas, programas e ações governamentais por um turismo justo; promoção e comercialização, estratégias de comercialização e *marketing* turístico, informam os líderes da TURISOL (2010).

O início da rede se dá com discussões acerca da articulação de trabalhos e experiências de turismo comunitário no Brasil, em 2003, a partir de um programa de cooperação em economia solidária, com o apoio da Embaixada Francesa no Brasil, sediada em Brasília. Os projetos comunitários: Acolhida na Colônia (Santa Catarina), Ecoporé (Rondônia), Palmatur (Ceará),

Parque Regional do Pantanal (Mato Grosso do Sul), Aldeia dos Lagos (Amazonas) e Prainha do Canto Verde (Ceará) participaram do Fórum Internacional de Turismo Solidário – FITS, em Marseille – França, e se fortaleceram para organizar o turismo alternativo, e assim constituem na opinião de Coriolano (1998) um novo eixo do turismo, o comunitário, como contraponto ao turismo convencional, cada vez mais organizado, como é observado pelas redes. Em novembro de 2003, nova reunião em Brasília, com apoio da embaixada francesa ocorre para retomada das discussões do turismo de comunidades no Brasil, partindo para novos objetivos, como a proposta de cooperação internacional e a criação da Rede Brasileira de Turismo Comunitário. Assim surge a TURISOL.

> A rede se caracteriza pela união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e buscam, através da união e troca de experiências fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente (TURISOL, 2010)

Thaize Guzzatti[22] (2011) explica que a rede inicia as articulações com projetos de turismo comunitário em que os integrantes já se conheciam, objetivando o fortalecimento do eixo do turismo de base local em suas experiências comunitárias. Explica a pesquisadora que

> A rede surgiu da necessidade de projetos que se conheciam e que de alguma forma se identificavam, de trocarem experiência e de se fortalecerem mutuamente. Houve, de certa forma, um amplo debate entre estes projetos sobre critérios; princípios e finalidades da Rede. Com o tempo, outras organizações passaram a manifestar interesse em participar da rede e nós sabíamos que haviam outros projetos interessantes.

Assim, como a REDTURS atua na América Latina, a TURISOL age no Brasil promovendo reuniões, eventos e encontros entre participantes e representantes da rede. A rede é articulada por 7 membros, que compõem o grupo do Colegiado[23] da TURISOL, construindo e executando atividades relacionadas ao fortalecimento da rede:

- Fundação Memorial Casa Grande do Homem Kariri, em Nova Olinda – Ceará;

[22] Entrevista realizada via *email*. Guzzatti é Doutora em Geografia, acessora técnica da Associação Acolhida da Colônia.
[23] Em 2012 deverá ocorrer eleições para o novo grupo do Colegiado da rede.

- Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em Santa Catarina;
- Rede TUCUM, no Ceará;
- Pousada Aldeia dos Lagos, Amazônia
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em Tefé – Amazonas;
- Projeto Bagagem[24], em São Paulo;
- Projeto Saúde e Alegria, na região da Amazônia (TURISOL, 2010).

O turismo, na maioria das pequenas comunidades que promovem a atividade, não é a principal fonte de renda, embora apresente relevante atuação na movimentação da economia local, principalmente quando integrada a outras atividades econômicas, e contribui para o fortalecimento das mesmas. Afirma Coriolano (2006, p.202) que o "turismo comunitário é realizado de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades". Essa é a lógica das atividades turísticas vinculadas à Rede Turisol que serve de estímulo e fomento à atividade turística comunitária e solidária.

Atividades como o turismo, organizado sob o eixo do turismo comunitário, revela meios alternativos de trabalho e de subsistência de comunidades, e, sobretudo que se pode fazer turismo desfocado do luxo, e do consumismo. Assim, como outras atividades capitalistas, o turismo molda-se às novas estruturas, permitindo-o ser realizado e organizado sob diversos agentes e em diferentes territórios. Isso é percebido no turismo comunitário, em que, embora reféns do modelo econômico, comunidades demonstram que a partir da valorização do local, da cultura, do trabalho comunitário, outras formas de fazer turismo são possíveis a partir da vida em comunidade, diferenciadas do individualismo e ganância concorrencial e competitiva do modelo econômico.

O agroturismo, modalidade de turismo referente aos serviços prestados a visitantes que desejam conhecer o modo de vida do campo, é desenvolvido em várias comunidades agrícolas latino-americanas, inclusive no

[24] O Projeto Bagagem é uma organização não-governamental, com sede em São Paulo, exercendo a função de secretaria executiva da rede.

Ceará, demonstrando o avanço do turismo comunitário em diferentes modalidades. Entretanto, o turismo em áreas rurais caracteriza-se por curtos períodos de estadias e dificuldades de roteirização turística, estas associadas à dificuldade de acesso que são distantes e as estradas, predominantemente de terra, apresentando má conservação, além da falta de diversidade de atrativos das comunidades que oferecem atrativos parecidos (CORIOLANO, SAMPAIO, 2008).

Experiências como a da Acolhida da Colônia, em Santa Catarina, realizam-se, associando atividades à agricultura familiar na comunidade, com maior diversificação de atividades para complementação de renda das famílias. A pluriatividade aliada à agricultura tem dado significativos resultados e revela a expansão de atividades não agrícolas no espaço rural, a exemplo o turismo.

Em Santa Catarina, município de Santa Rosa de Lima, é desenvolvido o projeto Acolhida na Colônia, em parceria com organização francesa *Accueil Paysan* desenvolvendo o turismo comunitário, apoiado no agroturismo. A Acolhida da Colônia tem o objetivo de fortalecer a agricultura familiar da região, pautada na produção de alimentos saudáveis, preservação de recursos naturais e valorização da cultura e modo de vida do homem do campo (ACOLHIDA DA COLÔNIA, 2010).

Guzatti (2010), em pesquisa sobre a Acolhida, destaca-a como importante estratégia de desenvolvimento do território, tendo em vista as formas de organização e interação territorial por meio da implementação de diversas possibilidades de trabalho associados à agricultura familiar e ao turismo. Assim, afirma a autora,

> Numa primeira perspectiva, pode-se concluir que esta atividade procurou fortalecer a visão que apregoa que os territórios rurais devem ser encarados como espaços multifuncionais, ou seja, que possibilitam o exercício de outras funções econômicas (além da atividade primária) e sociais. Da mesma forma, incentiva a diversificação e a pluriatividade no âmbito da agricultura familiar, contrapondo-se à especialização produtiva representada na região pela furnicultura (GUZATTI, 2010, p.188).

Acerca da agricultura familiar, Schneider (2003) explica que a expressão surge, no Brasil, em meados da década de 1990 e destaca que, para o surgimento e adoção da expressão, houve a contribuição de alguns fatores associados ao campo político e acadêmico. Inicialmente, a

efervescência dos movimentos sociais no campo, liderados pelo sindicalismo rural, associados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG produziram manifestações políticas, pela reivindicação contra “os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação” (op.cit.: p.100). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, legitimado pelo governo federal em 1996, contribuiu para o aumento das discussões sobre a temática, reforçando o sindicalismo rural brasileiro e sua reivindicações perante o Estado. E posteriormente o turismo comunitário.

Mudanças nos debates acadêmicos sobre a ruralidade também foi elemento importante na discussão acerca da agricultura familiar. Conforme o autor, a partir da segunda metade da década de 1990, as pesquisas acadêmicas passam a ampliar as discussões para além da agricultura e produção agrícola, mas do rural em sentido amplo. Explica Schneider (2003, p.100) que

> Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações. Verifica-se, assim, a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural.

Segundo Guzzatti (2010), Acolhida na Colônia, Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, Associação de Silves, Projeto Saúde e Alegria e a Fundação Casa Grande são os projetos que apresentam melhores níveis de organização comunitária, dentro da Rede TURISOL, com a presença de pessoas mais capacitadas e experientes no receptivo dos visitantes, além de materiais próprios de divulgação *sites* na *internet*.

Em junho de 2010, durante o Encontro Nacional da TURISOL, em Uruçuca, região Sul do estado da Bahia, a rede amplia a área de atuação. No evento foram apresentados novos membros ou comunidades, que passaram por processo seletivo para que ocorram ingressos na rede. Entre 32 projetos inscritos, 16 foram selecionados, compondo, ao todo, 26 membros participantes da rede, são eles:

- Associação de Artesãos da Comunidade Coqueiro Campo, em Minas Novas – Minas Gerais;
- Instituto Cultural Inhotim, em Brumadinho – Minas Gerais;
- Associação Etno Ambiental Beija Flor, em Rio Preto da Eva – Amazonas;
- Associação Sócio Cultural Yawanawa, em Rio Branco – Acre
- Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Bela Vista, em Santo Amaro - Bahia;
- Rede Cananéia, em Cananéia – São Paulo;
- Instituto Floresta Viva, em Ilhéus - Bahia;
- Associação de Jovens da Juréia, em Iguape – São Paulo;
- Associação de Mulheres do Pesqueiro, em Soure - Ilha do Marajó/Pará;
- Instituto Tapiaim, em Curuçá - Pará;
- Cooperativa de Produção Agropecuária de Canudos, em Campo Verde – Mato Grosso;
- Centro Ecológico Aroeira, em Fortaleza - Ceará;
- Centro de Pesquisa e Promoção Cultural, em Araponga, em Minas Gerais;
- Instituto Formação, em São Luís – Maranhão;
- Associação de Educação Arte e Cultura Popular Casa do Boneco de Itacaré, em Itacaré – Bahia;
- Instituto Sócio Ambiental - Projeto Circuito Quilombola, no Vale do Ribeira – São Paulo (TURISOL, 2010a)

Os referidos membros desenvolvem projetos de turismo de base local em comunidades dos estados onde se localizam, formando a rede de articulação interna, que se expande para escalas maiores por meio da troca de informações, comunicação e comercialização via agências e rede de *internet*. Alguns projetos, organizam novas redes, como é o caso da Rede Cananéia, em São Paulo, que articula associações de moradores, grupos de pesquisa,

ONGs, cooperativas, totalizando 19 membros[25] envolvidos e localizados no município de Cananéia, na região Vale do Ribeira.

Além da apresentação dos novos membros, o Encontro 2010 da TURISOL teve como objetivos a definição dos planos de trabalho da rede, o fortalecimento dos vínculos entre os envolvidos e das estratégias de comercialização dos roteiros turísticos (TURISOL, 2010a). A definição de Grupos de Trabalhos permite melhor dinamização das atividades da rede e estruturação do plano de atividades, estabelecendo assim, linhas prioritárias, ações e responsáveis (membros do Colegiado). Dessa forma, a rede estabelece como Plano de Atividades para o período de 2010 a 2012 (QUADRO 04):

[25] Associação dos Moradores do Bairro do Acaraú, Associação dos Fandangueiros de Cananéia – AFACAN, Associação dos Moradores do Bairro do Arari – AMBA, Centro de Estudos AMBIO, Associação de Monitores Ambientais de Cananéia – AMOANCA, Associação dos Moradores do Marujá – AMOMAR, Associação de Manejadores e Produtores de Plantas Nativas de Cananéia - AMPEC, Associação Sócio-Ambiental Comunidade Ativa – ASA, Associação Cananéia Artes e Fibras – CAF, Coletivo Jovem Caiçara, Colônia de Pescadores Z-9 “Apolinário de Araújo”, Cooperativa dos Produtores de Ostra – COOPEOSTRA, Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira – EAACONE, Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental – GAIA, Associação dos Moradores de Pontal de Leste – Pontal, Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Mandira - REMA, Comunidade Rio Branco, Associação de Trabalhadores de Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo – SINTRAVALE, Comunidade do Santa Maria.

QUADRO 04 – PLANO DE AVITIDADES REDE TURISOL 2010- 2012

LINHA PRIORITÁRIA	AÇÕES	RESPONSÁVEL
Comercialização	• Assessoria aos membros para formatação de viagens • Organização de visitas de campo das agências aos projetos • Divulgação das parcerias em eventos e feiras comerciais • Elaboração dos Termos de Referência e cartas de adesão, disponíveis no site da Rede Turisol para: Comunidades, Visitantes, Agências e Universidades • Implantação da estratégia de venda pelas agências do Grupo de Agências parceiras da Rede Turisol a partir da identificação de roteiros na rede que se alinhem ao perfil da agência e por meio da discussão integrada entre projetos, comunidades, agência e Secretaria Executiva. • Pesquisa sobre a implantação da venda direta por outros canais alternativos. • Implantação da estratégia de criação de agências de receptivo local de turismo comunitário e cultura lideradas por jovens nas comunidades e ONGs parceiras. • Busca por outros parceiros comerciais para se vincularem à Rede Turisol. • Articulação da estratégia de vendas internacionais para os destinos da Rede Turisol. • Representação da rede em eventos nacionais e internacionais. • Trazer a cada ano novos membros para o catálogo de destinos da Rede Turisol e para a página exclusiva de destinos da rede. • Captar recursos e prestar serviços para realização das visitas de campo, assessoria aos membros para formatação de viagens, participação nas feiras, realização de famturs, implantação de receptivos locais, e articulação de novos parceiros.	Projeto Bagagem
Comunicação	Implantação do plano de comunicação contendo: • Grupo de emails • Fórum para cada linha estratégica • Blog do turismo comunitário • Portal da rede • Participação nas redes sociais ativa • Organização de oficinas no Encontro Nacional e no Seminário de Juventude para qualificação dos membros e formação de multiplicadores locais em oficinas de jornalismo, vídeo, foto, blog, rádio e HQ nos destinos produzindo material de apoio e refêrencia. • Captar recursos para a publicação da Série Turisol de Metodologias no Turismo Comunitário • Captar recursos para a publicação de outros materiais sistematizados pela Rede Turisol	Projeto Saúde e Alegria
Influência em Políticas Públicas	• Realização do mapeamento de políticas públicas federais de turismo • Realização do seminário entre projetos membros da rede para passar a metodologia de monitoramento de políticas públicas aos demais membros e analisar os resultados do primeiro edital do Mtur. • Identificação de projetos participantes do seminário para assumirem o monitoramento das políticas públicas em seus estados. • Apresentação ao Mtur no Salão do Turismo o resultado da análise do primeiro edital e apresentar proposta da Rede Turisol de processo para construção da política nacional de turismo comunitário • Organização de seminários nas comunidades convidando os gestores municipais, estaduais e federal para apresentar os destinos já estruturados e as demandas necessárias para que o turismo comunitário de fato se desenvolva a ponto de atingirmos a missão da Rede Turisol de "tornar o Brasil um país referência no turismo comunitário". • Captar recursos para a realização dos seminários de formação em monitoramento de políticas públicas	Rede Tucum

Universidade e Turismo Comunitário	• Elaboração do Termo de Referência para Universidades e Pesquisadores com código de ética, que levem em conta os seguintes princípios: - para fazer pesquisa é preciso fazer vivência nas comunidades - a pesquisa desde o início tem que beneficiar a comunidade - o foco das pesquisas deve estar no conteúdo e conhecimento para agregar valor aos serviços de turismo oferecido pelas comunidades - pesquisa sobre indicadores dos projetos devem ser feitas internamente por quem está envolvido e o Observatório pode ser um parceiro para auxiliar este processo - antes de publicar precisa ter autorização expressa dos membros da rede e das comunidades envolvidos na pesquisa • Apoio ao Observatório na criação da base de dados de TBC no Brasil • Implantação do link do Observatório no site da Rede Turisol • Indicação de pesquisadores para o Observatório • Indicação de demandas de pesquisas da Rede e repasse a alunos que queiram desenvolver estes trabalhos • Aprimoramento dos indicadores criados junto com a rede para autoavaliação dos projetos ao invés de trabalhar com pesquisadores externos e criação de instrumentos e metodologia de aplicação inovadora e por meio do diálogo • Apoio ao Observatório para implantação do banco de monografias, dissertações e teses • Articulação de expedições científicas em parceria com a Rede de Agências, especialmente Araribá que já tem este foco • Implantação de projetos de extensão em parceria com as universidades que beneficiem as comunidades e projetos de turismo comunitário da rede • Captar recursos ou prestar serviços para realização das oficinas durante o encontro nacional de formação em metodologia inovadora de aplicação de instrumentos de avaliação, implantação de projetos de extensão, apoio a pesquisadores que agreguem valor aos serviços oferecidos pelas comunidades	Instituto Mamirauá
Formações e Intercâmbios	• Criação do catálogo de ofertas e demandas de capacitações, estágios e intercâmbios a serem compartilhadas dentro da rede, de forma que os projetos possam colaborar com aquilo que tem de melhor para o desenvolvimento dos demais. • Identificar até 3 pontos fortes por projeto que possam ser compartilhados por meio de formação/capacitação dos demais membros da rede • Identificar até 3 demandas de desafios por projeto que necessitem de apoio por meio de capacitação, estágio ou intercâmbio, dos demais membros da rede • Secretaria Executiva: Elaborar o boletim periódico com oportunidades de formações atualizadas • Captar recursos para oportunizar 10 intercâmbios, estágios ou formações entre os membros da Rede Turisol • Com apoio da Secretaria Executiva da Rede Turisol formatar prestações de serviço de cursos e formações junto aos membros da Rede Turisol	Acolhida na Colônia

Juventude e Turismo Comunitário	• Realizar o encontro de Juventude da Rede Turisol de 3 dias na Fundação Casa Grande: manhãs - apresentação dos projetos de turismo comunitário pelos Jovens tardes - capacitações e oficinas de jovens para jovens blog, produção de vídeo, programa de rádio e produção de HQ noites - show dos meninos da Casa Grande e jogo de futebol de rua com Instituto Formação • Realização da feira com os produtos de cada localidade	Fundação Casa Grande

Fonte: TURISOL, 2010a

O quadro acima destaca as atividades de trabalho a serem executadas por membros da TURISOL. Percebe-se a relevante atuação e tomada de decisões por parte das ONGs envolvidas, além da ampliação da presença de universidades, que cada vez mais têm se interessado e participado do amadurecimento e expansão do turismo comunitário no Brasil, junto às comunidades.

Alguns membros utilizam serviços de empresas particulares, em especial agências de viagens, como forma de melhorar a comunicação e divulgação dos destinos turísticos, ampliando ainda mais o alcance das redes de turismo comunitário. A TURISOL, conforme informações da Secretaria Executiva da rede, tem como principais agências parceiras: Araribá, Turismo Consciente, Estação Gabiraba, Tory, Trip on Jeep, Aoka, Aniyami, Alter Nativas (Espanha) e Saiga (França).

Referindo-se à atuação da iniciativa privada, Guzzatti (2011) explica que ela não “desconfigura” o caráter comunitário do turismo de base local, uma vez que as empresas parceiras concordam com os objetivos dos destinos da rede e apresentam perspectivas diferenciadas das grandes agências turísticas. Afirma a pesquisadora que:

> A idéia não é interagir com qualquer agência... Mas focar naquelas com perspectiva diferenciada e que tenham transparência nas comissões cobradas e respeitem as decisões das comunidades no que diz respeito a organização das viagens. Isso é um grande desafio porque o lucro das agências está na quantidade e na exploração de vários elos da cadeia... Um turismo feito de forma justa não é muito lucrativo para as agências... Por isso a dificuldade de encontrar

> parceiros bons. Além disso, o mercado ainda é restrito. No caso, Santa Rosa de Lima, por exemplo, a maior parte dos turistas é regional e não passa por agências.

A Série da TURISOL de Metodologias do Turismo Comunitário relata as maneiras e experiências de trabalho com o turismo nas sete comunidades que compõem o grupo do Colegiado da rede. A partir desses registros, a TURISOL busca divulgar informações acerca do desenvolvimento do turismo comunitário no país, assim como as conquistas e os desafios.

O reconhecimento nacional e internacional do turismo comunitário brasileiro é expresso por meio da promoção de editais públicos, financiamentos e premiações referentes ao bom andamento do trabalho, além de melhorias, principalmente, associadas à renda da comunidade. Entretanto, muitas são as dificuldades para, ainda, serem superadas: a falta participação de todos da comunidade; a diminuição da prática das atividades econômicas principais (pesca e agricultura) e aumento de interessados em trabalhar no turismo; a não capacitação profissional de muitas pessoas para trabalharem com receptivo, alimentação, hospedagem; a necessidade de ampliar as parcerias institucionais (TURISOL, 2011).

A representante do Projeto Bagagem e coordenadora da TURISOL[26], em entrevista sobre a Rede TURISOL, destaca a dificuldade na comunicação e os poucos recursos para gerenciamento dos projetos na esfera nacional como desafios enfrentados pela rede e diz que eles ainda não foram superados. Há, ainda, a ideia da criação do "Observatório do Turismo Comunitário", tendo em vista o monitoramento das ações turísticas das comunidades inseridas. Para a entrevistada, a prática do turismo de base local no Ceará são referências para muitas comunidades articuladas à TURISOL, destacando-se ações, luta e as conquistas dos moradores.

A partir disso, percebe-se que os conflitos e contradições que permeiam o turismo enquanto atividade econômica e prática social estende-se para os diferentes caminhos e posturas que ele pode ser direcionado, seja para o convencional ou comunitário. Este último, embora pautado no discurso da oposição ao capitalismo, também reproduz as desigualdades e condições

[26] Sra. Cecília Zanotti

impostas pelo modelo econômico, com a diferença, entretanto, de ter o intuito de mostrar que pequenas comunidades também são capazes gerar riquezas, visando a melhoria nas condições de vida, preservação e divulgação da cultura local.

3.1.3. A Rede TUCUM no Ceará

No estado do Ceará, o turismo comunitário é realizado nas comunidades litorâneas de Tatajuba (Camocim), Curral velho (Acaraú), Caetanos de Cima (Amontada), Flecheiras (Trairí), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí). Essas comunidades estão articuladas na Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM, com o objetivo de se fortalecerem e darem visibilidade às experiências de turismo comunitário do Estado. Contudo a rede articula-se com outras de maior dimensão e área de abrangência como a REDTURS e a TURISOL.

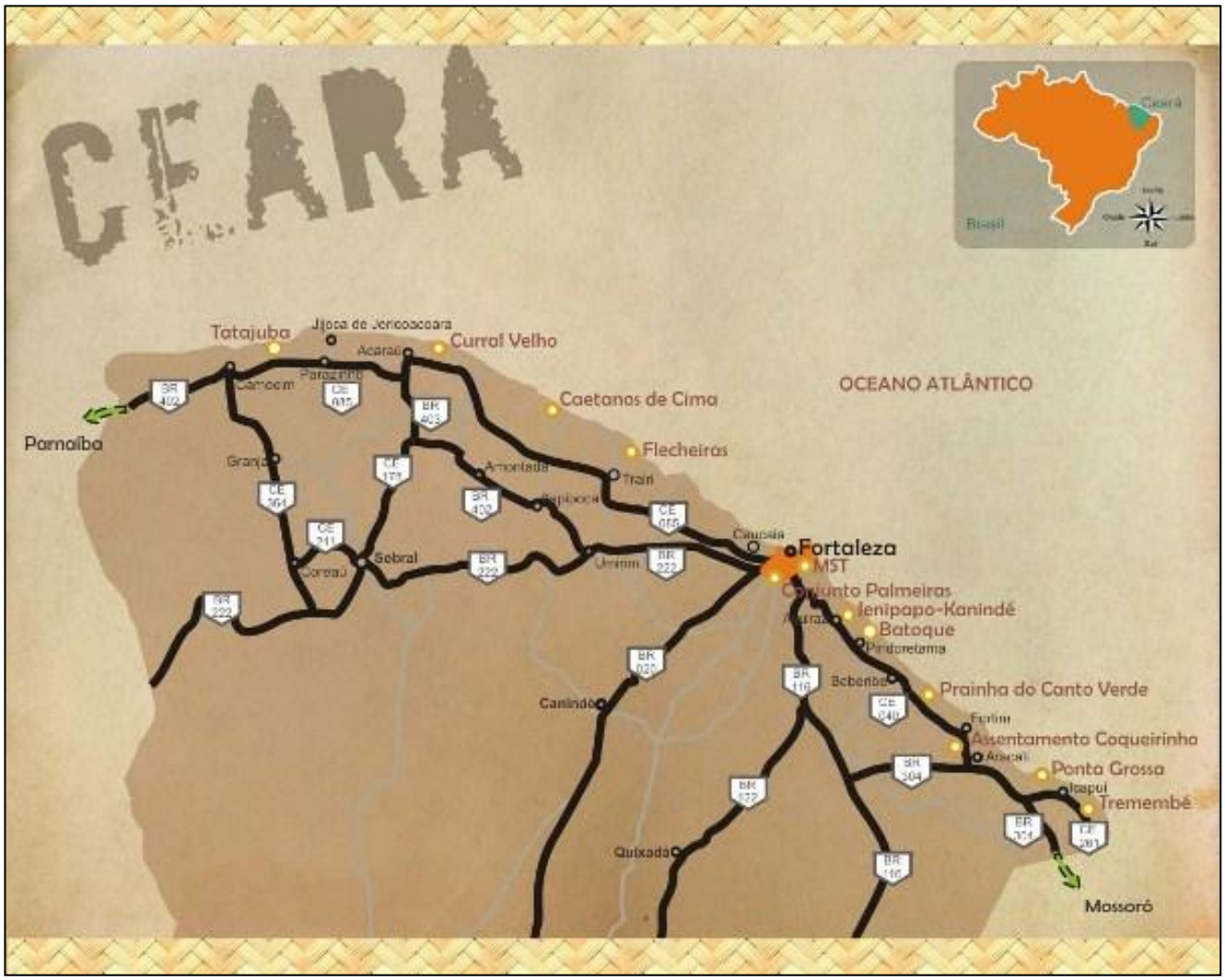
Comunidades cearenses optam por desenvolver o turismo local, formando cooperativas e associações comunitárias para melhor organizarem a atividade e conterem o avanço do turismo globalizado em seus territórios. A Rede TUCUM estabelece planos, estratégias e parcerias, tendo em vista atender pressupostos do turismo comunitário e necessidades das comunidades participantes, e assim a rede promove:

- Processos de formação de sujeitos na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;
- Melhoria das infra-estruturas turísticas;
- Melhoria das infra-estruturas urbanas básicas;
- Construção de estratégia de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;
- Relação com os organizadores e operadores de viagens e comercialização do turismo comunitário e solidário;

- Articulação e trocas com outras redes no Brasil e do exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário (TUCUM, 2010).

A Rede Cearense de Turismo Comunitário conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e de assentamentos rurais, além de ONGs que fazem o apoio institucional como o Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália). A Figura 12 apresenta os lugares onde estão localizadas as comunidades que desenvolvem o turismo comunitário e estão inseridos na rede local:

FIGURA 12 – REDE TUCUM



Fonte: http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18733. Acesso em: 10 abr 2009

Materialmente, percebemos a rede a partir das vias terrestres, é o caso das estradas federais e estaduais, entretanto é importante ressaltar a analise e compreensão da rede enquanto abstração, ou seja, a partir da interatividade e articulação entre essas comunidades. Há ainda, a alusão das comunidades da TUCUM enquanto espaços luminosos (SANTOS, 2002, 2000), representando, assim, a perda da opacidade que esses espaços possuíam em relação ao turismo e após a configuração da REDETUCUM.

As primeiras discussões acerca da configuração reticular entre comunidades cearenses iniciam-se em 2006, em oficinas realizadas em Fortaleza, sob a mediação na ONG Instituto Terramar. Assim, em 2008 ocorre a oficialização do movimento durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável – SITS, em maio do mesmo ano, na cidade de Fortaleza-Ceará.

Silva (2009, p.416) afirma que a rede TUCUM

> Constrói troca de experiências e saberes entre si e com realidades brasileiras e internacionais; define estratégias de rede e de parcerias para desenvolver a atividade turística comunitária e projetos dentro do conceito da economia solidária; promove estratégias de marketing e dos produtos de turismo comunitário e solidário; desenvolve habilidades e competências direcionadas para a gestão e os planejamentos turísticos locais, e exerce incidência sobre políticas públicas de infraestrutura básica e de turismo.

A rede, portanto, propõe o desenvolvimento da autogestão comunitária para a administração e organização do turismo de base local, por meio da interação entre comunidades, facilitando assim o aprendizado e formas de ações. Em entrevistas realizadas com moradores de comunidades, alguns falam da importância da rede para o turismo local como se lê nos depoimentos:

> Aquelas pessoas que escolhem ir para o Batoque que é mandado pela Rede Tucum já são pessoas conscientes. E é bem diferente desse turismo de massa que nós conhecemos aí mundo afora. (...) Essas pessoas chegam pra respeitar a cultura local, contribuir com conhecimento, tem uma interação com as pessoas, com a comunidade, né? Há uma troca de experiências (...), a preservação da cultura local, respeito às pessoas e às tradições e ao meio ambiente como um todo (morador 1 da comunidade Batoque, ex-líder comunitário, 2009).

> É oportunidade de crescimento, de melhoria da vida das pessoas, a gente tava precisando pra mostrar que a gente é capaz. A gente mostra pras pessoas e pro mundo que a gente tem condições de gerir

> e administrar. É oportunidade da gente contar a nossa história. É ajuda mútua entre as comunidades. (moradora da comunidade Caetanos de Cima, representante do Fórum de Turismo do Litoral Oeste, 2010).

Os depoimentos acima apresentados demonstram a satisfação das comunidades em estarem articuladas e integradas à rede de turismo. Defendem a TUCUM como oportunidade de melhoria de vida por meio da promoção do turismo de base local, ação conjunta entre comunidades e troca de experiências com turistas "conscientes" dos objetivos e propostas da atividade turística comunitária.

O apoio logístico que as comunidades da rede TUCUM recebem, associado à realização de cursos e oficinas para atender a demanda turística, também é considerado relevante para o desenvolvimento do turismo de base local, assim como para valorização e divulgação da cultura dos lugares. Assim afirma um dos moradores de Batoque:

> O apoio que eles nos dão na questão do gerenciamento, com a questão de algumas oficinas, com o apoio pessoal para que as pessoas façam parte e que eles mesmos têm que buscar melhorias nas suas famílias com a distribuição de renda e com a divulgação da cultura do seu próprio lugar que tanto nós necessitamos lá na nossa comunidade que é o Batoque (morador 2 da comunidade Batoque, líder comunitário, 2010).

Alguns participantes compreendem a Rede TUCUM como uma família, em que todos são considerados irmãos, e isso tem sido uma maneira de fortalecer e estruturar a organização da comunidade, assim como é observado na seguinte fala:

> Pra nós a rede TUCUM veio fortalecer nosso trabalho, a nossa organização. A rede TUCUM é nossa irmã (moradora da comunidade Assentamento Coqueirinho, 2010).

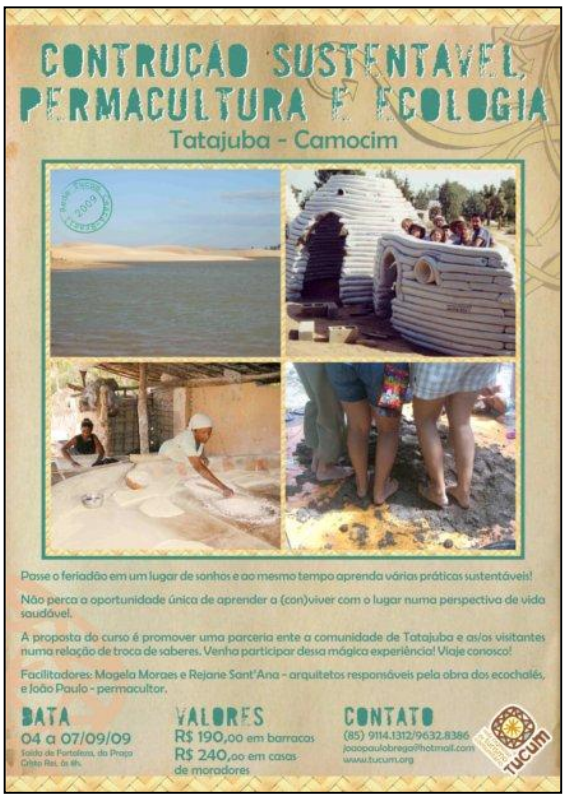
Outros veem a TUCUM enquanto estratégia de mercado e *marketing* turístico, tendo em vista melhor divulgação das comunidades a níveis nacionais e internacionais, mesmo que ainda associado aos pressupostos da economia solidária. Percebe-se, portanto que esse eixo do turismo não seria uma fuga das imposições capitalistas, mas, sim, propostas de beneficiamento econômico às comunidades que antes se viam excluídas e impossibilitadas de ser parte do

turismo. Assim afirma um dos moradores e líderes comunitários de Ponta Grossa:

> A rede TUCUM foi uma iniciativa de poder juntar comunidades com idéias e atividades iguais, para fortalecer no sentido de uma melhor estratégia de marketing bem como uma melhor pratica da economia solidária, e uma padronização do turismo comunitário, bem como sua unificação no mercado turístico internacional e do Ceará (morador e líder comunitário de Ponta Grossa, em Icapuí, 2009).

As comunidades participam de projetos, cursos, planejamentos e elaboram estratégias de *marketing* para vender os lugares. Vendem roteiros turísticos, assim como fazem as empresas do turismo convencional, contudo diferenciam-se pelos serviços oferecidos e sujeitos envolvidos. As comunidades reciclam-se em permacultura e construções ecologicamente corretas, e capacitam-se para aprimorar os eventos como regatas, exposições de arte, cirandas e luais. As Figuras 13, 14, 15 e16 mostram alguns pacotes que são vendidos pelas comunidades da Rede TUCUM:

FIGURA 13 – CURSO DE PERMACULTURA EM TATAJUBA - CAMOCIM

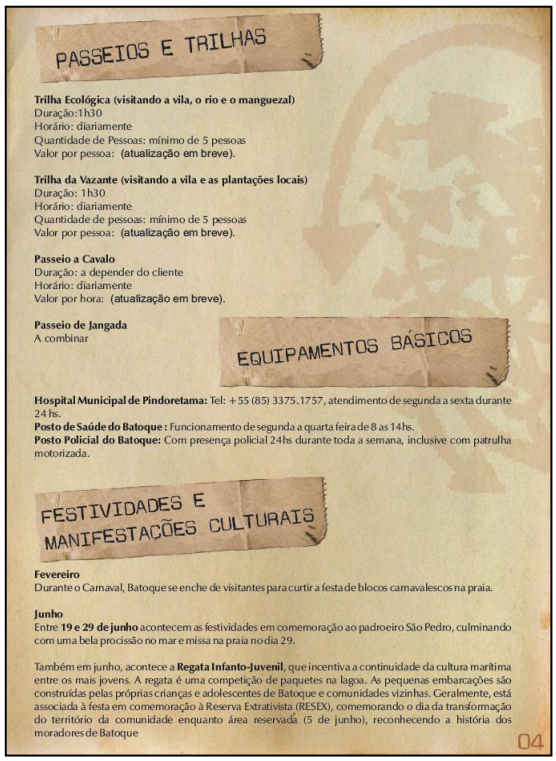


Fonte: <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/157016> Acesso em: 20 jan 2011

FIGURA 14 – PACOTES REVEILLON 2010

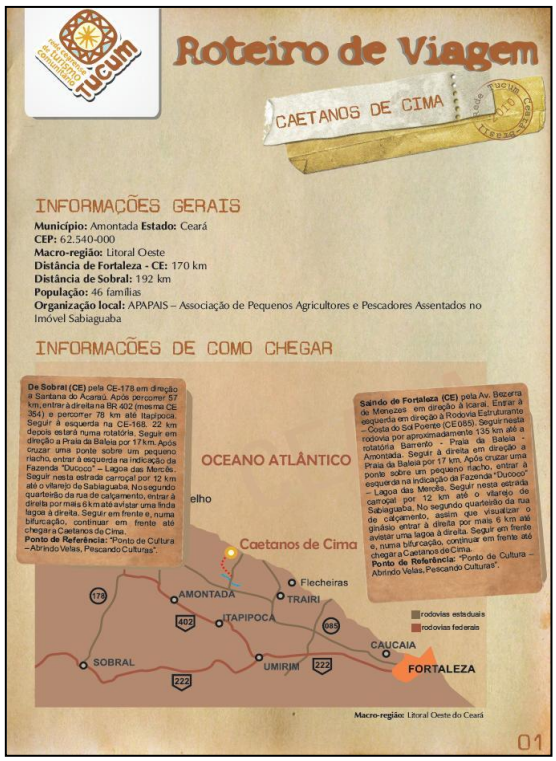
Fonte: < http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/160492> Acesso em: 20 jan 2011

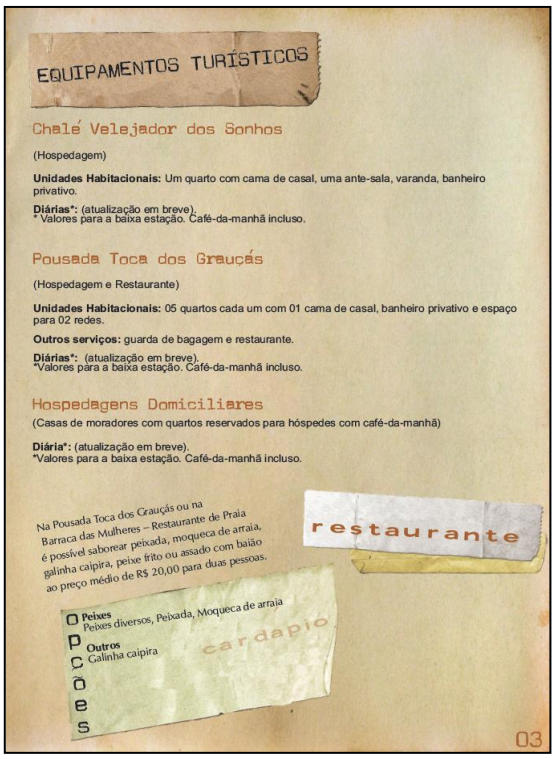
FIGURA 15 – ROTEIRO DE VIAGEM - BATOQUE



Fonte: <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/111793> Acesso em: 20 jan 2011

FIGURA 16 – ROTEIRO DE VIAGEM – CAETANOS DE CIMA





Fonte: <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/111773> Acesso em: 20 jan 2011

Os informativos dos pacotes e roteiros turísticos da Rede TUCUM apresentam a localização da comunidade e informações de como chegar; listam as linhas de ônibus intermunicipais que podem ser utilizadas; mostram os equipamentos turísticos existentes como restaurantes, barracas de praia e pousadas ou hospedagens domiciliares; informam os passeios e trilhas oferecidos, festividades e manifestações culturais, horários e preços de estadias e passeios, além de *emails* e telefones para contatos. As Figuras 18 e19 apresentam pousadas e restaurantes comunitários, de Batoque e de Coqueirinho, respectivamente.

FIGURA 17 – POUSADA COMUNITÁRIA DE BATOQUE

Fonte: BARBOSA (2010)

FIGURA 18 – POUSADA COMUNITÁRIA DE COQUEIRINHO

Fonte: BARBOSA (2010)

As hospedagens nas comunidades são realizadas em pousadas, chalés e casas de moradores que disponibilizam entre 3 e 12 leitos para visitantes. Passeios e trilhas a pé, a cavalo ou por meio de veículos 4x4 são realizados pelos turistas com acompanhamento de pessoas da comunidade. Restaurantes e barracas de praia oferecem comidas típicas das localidades, algumas feitas com produtos cultivados em hortas da comunidade, sem agrotóxicos, e do cultivo da agricultura familiar, como é realizada no Assentamento Coqueirinho.

O quadro 05 apresenta o número de habitantes de algumas comunidades da rede TUCUM, verificando-se que são de fatos pequenos núcleos populacionais.

QUADRO 05 - INFORMAÇÕES DE COMUNIDADES CEARENSES DO TURISMO DE BASE LOCAL

COMUNIDADE	HABITANTES*
Batoque	1200
Caetanos de Cima	46 **
Coqueirinhos	60**
Curral Velho	3000
Flecheiras	4000
Prainha do Canto Verde	1044
Ponta Grossa	214
Tremembé	350

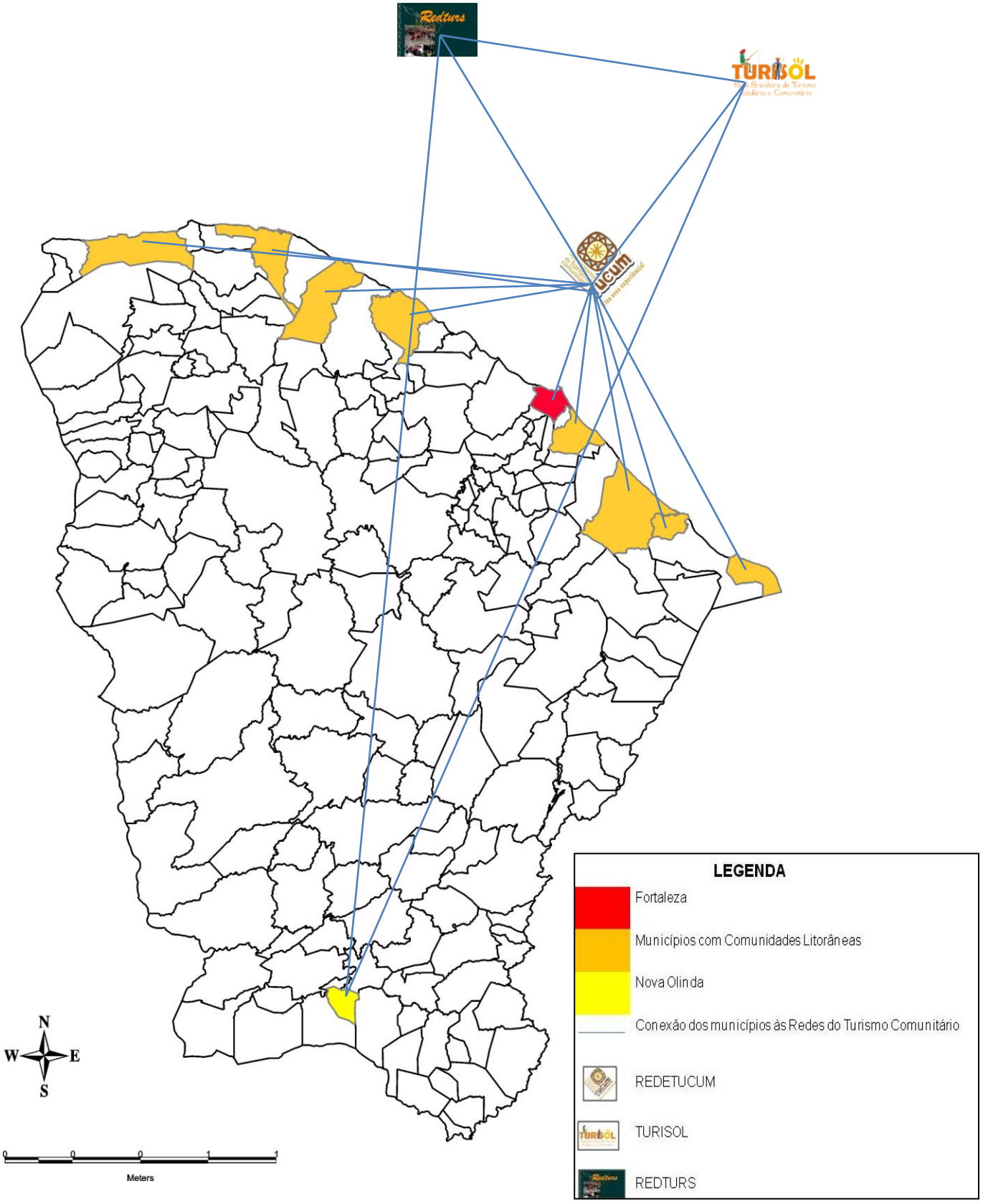
Fonte: Rede TUCUM (adaptação da autora)
* Número aproximado
** Número de famílias

Entretanto, nem todos os territórios do turístico comunitário do estado encontram-se articulados à Rede Tucum. O turismo de base local desenvolvido nas comunidades de Serviluz, do Caça e Pesca e da Lagoa do Coração, em Fortaleza, desenvolvem o projeto ecoturismo para a vida; Nova Olinda, com a Promoção do Turismo Social e Cultural de base Comunitária no Sertão do Cariri; Assaré, com o projeto de Turismo Comunitário e Solidário do

Assaré de Patativa; e o Assentamento Tijuca da Boa Vista de Quixadá, que desenvolve o turismo rural comunitário do assentamento rural Tijuca Boa Vista, não estão inseridos à rede local, e algumas articula-se a redes de maior escala. Portanto, no Ceará, a rede de turismo comunitário é mais extensa e complexa que a REDETUCUM.

A rede interage com comunidades para além do litoral e da projeção do turismo de sol e praia, estendendo-se ao interior do Estado, abrindo novas visões de mundo e estratégias para a própria atividade turística no sertão cearense. O Mapa 02 dá idéia do traçado das redes no Ceará.

MAPA 02- O SISTEMA RETICULAR DO TURISMO COMUNITÁRIO NO CEARÁ



Fonte: IBGE (2006) adaptado por BARBOSA (2011)

Nova Olinda, um dos destinos indutores do turismo no estado do Ceará, se destaca por ser o único que não se localiza no litoral, ao contrário dos outros destinos definidos pelo Ministério do Turismo, no caso, Fortaleza, Canoa Quebrada e Jijoca de Jericoacoara. Sobre isso um dos coordenadores da Fundação Casa Grande explica que

> Hoje, Nova Olinda é a única cidade do sertão que é um município indutor do turismo. O Estado do Ceará é um dos Estados que mais tem destinos indutores do turismo que o governo escolheu 65 cidades. Uma regra: as capitais já tinham vaga garantida. O que prova que restavam pouca porcentagem pras outras cidades, né?! Aí do Estado só entrou a capital e do Ceará entrou: Fortaleza, Jericoacoara e Camocim e do sertão Nova Olinda. Aí algumas pessoas questionaram por que Nova Olinda entrou? Aí eles justificou que era porque Nova Olinda tem um turismo diferente e vem provando que qualquer comunidade é capaz de desenvolver seu turismo (coordenador da Fundação Casa Grande e morador de Nova Olinda, 2010).

A comunidade de Nova Olinda, localizada na região do Cariri, promove o turismo comunitário, a partir do trabalho da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (Figura 19). Encontra-se diretamente articulada às redes TURISOL e REDTURS, entretanto desenvolve projetos de turismo comunitário independentes da Rede TUCUM e das ONGs a ela ligadas, no entanto interage com comunidades que dela fazem parte. Assim continua o entrevistado:

> [...] a gente teve o merecimento de todo mundo se encontrar formar uma rede, né?! Falar a mesma linguagem, às vezes com um nome diferente, uns chamam turismo comunitário, outros de turismo solidário. A gente se organizou em rede com um nome comum. A gente define que é um turismo de amigo, que a gente se reúne pra conversar, pra discutir o que é melhor da região do outro. Por exemplo, a gente vai ali à Acolhida da Colônia avaliar eles, eles vêm pra cá avaliar a gente. A gente vai ao litoral e tem essa mesma troca de idéias. Então é um turismo de sentimento, de amigo, entendeu?É uma troca de experiências (coordenador da Fundação Casa Grande e morador de Nova Olinda, 2010).

Conforme o entrevistado não há concorrência entre as comunidades, embora interligadas a diferentes redes, mas sim trocas de experiências, fortalecimento de amizades e ampliação nas formas de divulgação e *marketing*, tendo em vista o desenvolvimento desse eixo do turismo.

FIGURA 19 – ENTRADA DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE

Fonte: BARBOSA (2010)

Os destinos turísticos dos territórios solidários integrantes contam com orientação e apoio direto de ONGs nacionais e internacionais que, em alguns casos são as responsáveis pela coordenação, organização e financiamento de projetos e atividades para as comunidades. Entretanto, o Estado também colabora para o desenvolvimento do eixo, tendo em vista que recursos financeiros destinados a projetos de organizações não-governamentais são provenientes também de recursos públicos. Dessa forma, o Governo Federal brasileiro, assim como governos internacionais e empresas privadas têm mostrado interesse na dinamização do turismo comunitário. A participação de entidades internacionais fomentando o turismo comunitário no Ceará é constatada em muitas comunidades, como na do Assentamento Coqueirinho, onde a pousada comunitária exibe em seus ambientes emblemas e logomarca de organizações italianas colaboradoras com a comunidade, como pode ser vista na figura 20.

FIGURA 20 – EMBLEMAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA POUSADA COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO COQUEIRINHO - CE

Fonte: BARBOSA (2010)

A luta pela defesa da terra contra interesses imobiliários de grandes grupos capitalistas é realizada em muitas comunidades, especialmente pesqueiras, tendo em vista a relevância do litoral para o turismo convencional, no país. Várias comunidades têm histórias para contar em relação à expropriação de terras para alocação de *resorts*, grandes hotéis ou

megaempreendimentos. Batoque, no município de Aquiraz, e Prainha do Canto Verde, em Beberibe, são comunidades pioneiras, no Ceará, em relação à defesa dos territórios e desenvolvimento da atividade do turismo de base local.

Desde a década de 1980, as comunidades sofrem com ações de grupos empresariais e grileiros, intencionados a tomarem posse de terras litorâneas. O apoio de grupos da pastoral do pescador da Igreja Católica e de Organizações Não-Governamentais tem ajudado as comunidades a se organizarem em defesa da terra, muitas delas com êxito nas reivindicações ao poder público, da criação de Reservas Extrativistas - RESEX[27] importantes produtos de lutas e conquistas comunitárias. As figuras 21e 22 apresentam notas de repúdio à especulação imobiliária e anunciam a conquista da criação da Reserva Extrativista Marinha de Canto Verde.

FIGURA 21 – PLACA DE REPÚDIO À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Fonte: BARBOSA (2010)

[27] Reserva Extrativista – RESEX "é uma área utilizada por populações extrativistas populacionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade" (IBAMA, 2010).

FIGURA 22 – AVISO DE REPÚDIO À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Fonte: BARBOSA (2010)

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (2010), a Reserva Extrativista do Batoque abrange área de 617,00 hectares e busca assegurar a conservação dos recursos naturais renováveis da área, proteger a cultura e os meios de vida da população local. A Resex-Batoque criada pelo Decreto Nº 05/06/03, no município de Aquiraz , litoral Leste do Ceará destaca-se por ter sido a primeira do estado do Ceará, nessa categoria. A criação da Resex da Prainha do Canto Verde foi sancionado pelo governo federal, seis anos após a Resex de Batoque, em 2009. Informa o site da comunidade que líderes locais, poder público e o Instituto Chico Mendes elaboram plano de manejo para definir formas de uso e ocupação da segunda reserva extrativista do Estado na Prainha do Canto Verde (2010).

Para garantir a posse territorial da comunidade e proteger-se das ações de grandes empresários do turismo, grileiros, carcinicultures e especuladores imobiliários, Lima (2005) aponta algumas estratégias políticas organizadas por comunidades pesqueiras, enfocando o processo de

organização das comunidades pesqueiras do litoral leste do estado do Ceará, tais como:

- Ações em defesa da posse da terra – ao sofrerem processos de grilagem, “compra de coqueiros”, usucapião, compra de lotes por baixos preços algumas comunidades organizam-se e encaminham à justiça questionamentos acerca da posse territorial.
- Formalização das Associações de moradores – para encaminhamento de processos à justiça e órgãos públicos as Associações de Moradores, até então não registradas, tiveram que ser regularizadas. Estatutos, atas, eleições de diretoria e registro da entidade tornaram-se procedimentos necessários para formalização e desempenho das ações comunitárias.
- Gestão comunitária do uso da terra – discussão e estabelecimento de critérios, pela comunidade, para o uso da terra, inclusive condições relacionadas à manutenção do direito à moradia.
- Processo cooperativo de pesca – utilizando-se dos exemplos de redonda e Prainha do Canto Verde, Lima (2005) explica que a atividade cooperativa na pesca contribuiu para conseguir melhores preços do pescado, permitindo acréscimo na renda a partir da atividade pesqueira.
- Fiscalização visando o combate à pesca predatória – comunidade de Redonda organiza-se para aquisição de um barco, via Movimento dos Pescadores do Ceará – MOPECE, Prefeitura Municipal de Icapuí e IBAMA-CE, tendo em vista fiscalizar pesca predatória nas mediações da comunidade.
- Elaboração de códigos comunitários de ordenamento e gestão da atividade pesqueira – a criação de códigos de auto-regulamentação da pesca nas comunidades Redonda e Prainha do Canto Verde demonstram a força e respeito às normas estabelecidas comunitariamente. Proibição da pesca de dormida, determinação de horários de saída para o mar, adequação de armadilhas para evitar roubos e pesca de lagosta miúda, denúncia da pesca com compressor são algumas das regras estabelecidas coletivamente.

- Criação dos “Fóruns dos Pescadores” – criados para discutir problemas das comunidades e questões relacionadas à pesca. Em abril de 1995 surge o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste e em fevereiro de 2000, o Fórum dos Pescadores do Litoral Oeste, sendo unificados em 2002 e formando o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral do Ceará.
- Experiências alternativas de Turismo – comunidades adotam formas alternativas de trabalhar com o turismo, tendo a preocupação em valorizar a cultura, fortalecer a identidade local nativa e distribuição dos lucros.
- Articulações que forjam redes – a autora afirma ser necessário evidenciar as formas de articulações que estão para além das relações intraterritorial, enfatizando, assim a importância das interações entre territórios comunitários, para a troca de experiências, reivindicações e conquistas.
- Criação de Reserva Extrativista – a autora cita o caso da primeira RESEX cearense, localizada em Batoque.
- Reconhecimento internacional – as experiências comunitárias do Ceará apresentam reconhecimento não somente entra nível local e nacional, mas pessoas e entidades estrangeiras também têm tido interesse em conhecer estratégias políticas comunitárias, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e crescimento da atividade turística.

Batoque, Prainha do Canto Verde e muitas outras comunidades cearenses lutam contra especulação imobiliária e implantação de grandes empreendimentos turísticos em seus territórios. Em janeiro de 2009, no litoral oeste do Ceará, o Assentamento de Sabiaguaba, formado pelas comunidades de Pixaim, Matilha e Caetanos de Cima comemora 20 anos de luta pela terra e criação da Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba – APAPAIS. Na ocasião, a comunidade Caetanos de Cima inaugura pousadas domiciliares, construídas com apoio do projeto de turismo comunitário (TEMBIÚ, 2010). Pesca e agricultura familiar são atividades dos moradores que se opõem ao avanço da especulação imobiliária

e temem a perda do direito à permanência naquele território. Afirma uma das moradoras da região em reportagem a um jornal televisivo sobre a luta da terra:

> O maior tormento dos moradores daqui é porque nós qué, pra nova geração, essas nossas terra. O que nós tem é pra nossas nova geração. Então, nós não vamos deixar pra alguém que já tá sobrando na sua mesa, tirar o pequeno pão que nós tem na mesa, na mesa dos nossos futuros filhos, da futura geração que há de vir. Então, essa é a nossa maior luta, contra esses empreendimento, seja brasileiro, seja estrangeiro, seja de onde vier, essa é a nossa maior luta (DIÁRIO DA MANHÃ, 2010).

Ainda sobre a defesa territorial da comunidade, acrescenta o presidente da Associação APAPAIS:

> Nós pretendemos continuar essa luta, né! Até porque se a gente não se esforçar pra lutar por ela, com certeza a gente será vencido. Então, vai faltar espaço para a gente acatar nossos filhos, as nossas famílias, né?! Portanto, o nosso lema é lutar, produzir e resistir! (DIÁRIO DA MANHÃ, 2010)

Os desafios que as comunidades enfrentam, reforçam as lutas e estratégias políticas, tendo em vista a garantia de posse dos territórios comunitários. Histórias de lutas, resistências a partir da organização comunitária chama atenção de muitos visitantes. Cada comunidade constrói história a partir da forma de se organizar, de promover cultura, defender hábitos que lhes são próprios, na luta pela mudança do contexto econômico precário de seus lugares. O que permite o destaque desses lugares no turismo é a forma diferenciada de fazê-lo e assim conseguem ser valorizados e encontrar mercado. Certamente quem compra pacotes para *resorts* não comprará para comunidades. Nesse embate, o eixo do turismo comunitário consegue se expandir e se fortalecer, ajudado pelas redes que levam ideias e imagens diferenciadas a outros lugares.

No Ceará, pescadores, indígenas e agricultores organizam e desenvolvem a atividade turística de base comunitária. Hospedagens em residências familiares, pequenas pousadas e chalés, aluguel de quartos residenciais, em casas de pescadores, acolhem turistas para comunidades que dirigem. Venda de passeios de jangada apresentação de peças teatrais que encenar sobre a cultura popular e histórias de vida da comunidade, trilhas e passeios são organizados por instrutores/residentes do lugar. Essa realidade

pode ser constatada nas comunidades do turismo comunitário como em Icapuí, distante cerca de 200 quilômetros da capital Fortaleza.

Em Icapuí, o projeto de hospedaria familiar, denominado “Em cada casa uma estrela”, financiado pela Fundação Vitae – associação civil sem fins lucrativos –, em parceria com a Fundação Brasil Cidadão – FBC, “forma jovens para as atividades ligadas à hospedaria domiciliar e capacita-os como agentes receptivos do turismo ambiental” (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2004). Os moradores permanecem no domicílio e alugam dormitórios construídos em suas casas, especialmente para turistas, incluindo, assim como em algumas pousadas formalizadas, o café da manhã. As casas e os quartos são rústicos, como pode ser observado na figura 23, mas a convivência com os moradores e a comunidade é que é a maior atratividade.

FIGURA 23 – CASAS DE HOSPEDAGEM FAMILIAR EM ICAPUÍ

Fonte: BARBOSA (2007)

Entretanto, a comunidade reconhece o quanto a atividade turística ainda é incipiente no município. A pouca qualificação profissional da mão-de-obra associada às deficiências de infraestrutura urbana prejudicam o

desenvolvimento e crescimento do turismo em Icapuí e outras cidades cearenses. Assim segue o depoimento:

> O crescimento da procura de turistas pelas praias de Icapuí tem despertado cada vez mais o interesse pela atividade nas instâncias da gestão pública e entre os moradores. Porém, o nível dos serviços oferecidos, a falta de postura empresarial e de qualificação da mão-de-obra, a infra-estrutura urbana, principalmente no que diz respeito a saneamento básico e transportes, ainda são problemas para a consolidação da atividade turística, e terão de ser solucionados para que município esteja realmente pronto para a comunidade e os visitantes (morador e líder comunitário de Ponta Grossa, em Icapuí).

No Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza, encontra-se experiência de organização comunitária, onde turistas têm possibilidade de conhecer de perto modos de vida diferentes. Com aproximadamente 30 mil habitantes e uma área de 120 mil hectares, o bairro localiza-se na Regional VI de Fortaleza e conta com forte organização comunitária, tendo avançado para a organização de um banco popular – Banco Palmas – que apresenta moeda financeira própria, o Palma (BANCO PALMAS, 2011). As experiências comunitárias do bairro chamam a atenção de turistas, alguns estrangeiros, que querem conhecer as formas de organização, êxitos e dificuldades da comunidade. Os visitantes hospedam-se nas casas de moradores e conhecem a realidade da periferia.

Na região do Cariri cearense, os participantes da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, moradores da comunidade mantém a Cooperativa Mista de Pais e Amigos da Casa Grande – COOPAGRAN. A cooperativa organiza hospedagens, lojas de artesanato (Figura 24), restaurante (Figura 25) e passeios turísticos aos visitantes que desejam conhecer a região, o que torna Nova Olinda o Pólo Turístico do Cariri Oeste e Núcleo Indutor do turismo no Estado. Nessas comunidades, o turismo é atividade alternativa de renda para as famílias, além ser oportunidade de crescimento e organização dos grupos.

FIGURA 24 – ARTESANATO CASA GRANDE

Fonte: BARBOSA (2010)

FIGURA 25 – RESTAURANTE CASA GRANDE

Fonte: BARBOSA (2010)

O coordenador da Fundação, ao ser entrevistado, explica que a escolha pelo turismo, como atividade econômica na comunidade, deu-se pelo crédito aos benefícios alcançados e à melhoria da infraestrutura como

sinalização turística, pavimentação das ruas, criação do centro de artesanato e sistema de esgoto sanitário. Daí o turismo atrai um público diferenciado, que procura realidades diferentes do urbano habitual. Explica o entrevistado:

> A gente optou por esse turismo comunitário porque ele é uma peneira. Ele seleciona já os turistas que vêm pra Nova Olinda. Porque é assim, a pessoa que tem má intenção não vem pra uma cidade que a base é educação, troca de cultura. Se ele quiser banho de cachoeira, festa, essas coisas ele vai pra outra cidade. Pra Nova Olinda não, o turismo é diferente. É uma maneira que a gente vem selecionando os turistas (coordenador da Fundação Casa Grande e morador de Nova Olinda, 2010).

A cooperativa “administra 10 pousadas urbanas com capacidade para 40 leitos e duas pousadas rurais, uma área da agrofloresta, no vale, e a outra no sopé da chapada do Araripe, próximo a Floresta Nacional do Araripe” (FUNDAÇÃO CASA GRANDE, 2007, p. 16). Em 2006, segundo dados da Fundação Casa Grande (2007), 28.000 turistas visitaram a comunidade. A COOPAGRAN, em parceria com a Fundação cede o direito de imagem e comercialização, e com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará – SEBRAE/CE oferece cursos de capacitação aos interessados na promoção da atividade turística, organiza o turismo comunitário em Nova Olinda, assim como mostra a figura 26 que é trecho de um material ilustrativo produzido por jovens da Casa Grande Editora:

FIGURA 26 – REVISTA A TURMA DA CASA GRANDE

Fonte: Fundação Casa Grande (2007)

A comunidade Assentamento Coqueirinho, em Fortim, também desenvolve projeto de turismo comunitário, apesar do difícil acesso à localidade. Turistas que se identificam com o espaço rural de comunidades agrícolas, e interessados por estudos da forma de organização popular e

comunitária procuram lugares como Coqueirinho, tendo em vista ampliar conhecimentos, além de encontrarem oportunidades de fazer trilhas pela mata conservadas, apreciar técnicas rústicas de cuidados do solo e da produção agrícola, desfrutar culinária tipicamente do campo, ver o artesanato e a forma de vida organizacional do grupo. Os residentes veem esse eixo do turismo como algo positivo, assim como afirma, em entrevista, um estudante morador do assentamento: “É muito proveitoso, pra gente mostrar que a agricultura, o assentamento, não é só trabalho, não é só sofrimento. É arte, é cultura é vida” (BOM DIA CEARÁ, 2009).

O turismo comunitário configura-se como um esforço coletivo que contribui para a preservação cultural de comunidades, como afirma Max-Neef (in SAMPAIO, 2005, p.14) “não num sentido conservacionista de museu ou de folclore, mas que preserva sentido legítimo, com suas próprias dinâmicas naturais de mudança [...], reforçando a preservação da diversidade e das identidades locais e regionais”. Ressalta o autor que o “turismo não é a meta, o turismo é o meio” (op.cit.: p.14), ou seja, é forma de conquista, defesa, preservação ou até mesmo destruição do território, variando aos interesses de agentes e grupos sociais que desempenham a atividade.

Para representantes comunitários, o turismo de base local está associado também ao respeito ao meio ambiente e beneficiamento de um conjunto de pessoas diretamente ligadas à atividade. Assim explicam alguns moradores de comunidades cearenses sobre o turismo comunitário:

> O turismo comunitário é aquele turismo a qual se trabalha em uma comunidade, numa vila ou num grupo qualquer de pessoas em qual toda a renda deles é distribuída para essas famílias dentro da comunidade, com a responsabilidade com o meio ambiente (morador 2 e líder comunitário de Batoque).
>
> O turismo comunitário é um turismo que não beneficia só uma pessoa, mas várias famílias, um turismo responsável, tendo respeito ao turista, à criança, ao adolescente, ao adulto. Um trabalho com responsabilidade (moradora e líder comunitária do Assentamento Comunitário).

O turismo alternativo, entretanto, não escapa à lógica capitalista de produção. Krippendrof (2009) destaca que, sendo o turismo “um grande negócio comercial”, as viagens por ele ofertadas, embora sejam para lugares afastados, rústicos e bucólicos, não são vendidas a preços baixos. “Viagens

exclusivas a preços exclusivos, para pessoas exclusivas. [...] Eles partem atrás da aventura, mas permanecem cidadãos da sociedade industrial, prisioneiros do comportamento turístico normal" (op.cit., p.63). Isso demonstra que, ao mesmo tempo, os dois eixos do turismo se contrapõem, mas também se complementam. Ambos formam uma mesma atividade, inserida e comandada pelo capitalismo, reproduzindo, em comunidade, as contradições da sociedade. Essas comunidades, entretanto, veem o turismo comunitário não como "tábua de salvação", mas estratégia que possibilita melhorias na vida econômica, sem alterar, por completo, as características, os valores e os significados dos lugares.

3.2. O turismo comunitário e a produção de territórios solidários

Ações comunitárias voltadas à garantia da proteção, preservação cultural, ambiental e fortalecimento de comunidades e territórios solidários possuem relação simbólica e identitária. Santos (2001) destaca a relevância das práticas sociais e da simbologia dos territórios, não apenas espaço físico, mas pelo que eles representam culturalmente para os residentes.

Algumas comunidades garantem o controle de seus territórios a partir da criação de associações, sindicatos e cooperativas, formas de organização locais, tendo em vista a produção de políticas que atendam as necessidades locais e o fortalecimento comunitário. Assim, as políticas do turismo comunitário revelam a existência do caráter solidário das comunidades, uma vez que as decisões são tomadas em conjunto e voltadas às melhorias da qualidade de vida local. Conforme Bourdin (2001), o local se desenvolve a partir da idéia do "viver junto" associado à defesa dos interesses coletivos. Para o autor sociedade local se define

> Como um grupo de indivíduos (ou de famílias) que partilham dos mesmos valores e vivem juntos num território em que se desenvolve o conjunto da atividade coletiva e individual, depois como a partilha de um mesmo território por diversos grupos comunitários (religiosos, étnicos etc.) (op.cit.: p.199).

Os territórios são, portanto, construções sociais que Bacelar (2008) afirma serem realizadas a partir de escolhas de agentes globais, nacionais,

mas, sobretudo, de agentes locais, por isso políticas e análises científicas precisam ter ampla visão da territorialidade. Ou seja, há ação, parcerias e conflitos entre várias esferas e o local é decisivo nesse processo. Dessa forma, território possui valores, manifestações culturais e identidade, tendo vida própria, história, intencionalidades e dinâmicas. Às novas formas de produção territorial a partir de comunidades e políticas locais consideradas aqui alternativas que se voltam aos interesses sociais e ao desenvolvimento local, são denominas por Perico (2008, p.54) “territórios de identidade” ou “territórios de cidadania”. Para o autor,

> a base da delimitação territorial é a identidade, entendida como o fator estruturante da organização e da mobilização que integra as comunidades (...). É uma energia de ação política que promove rotas de governabilidade baseadas na ação coletiva.

A estruturação de atividades econômicas pelas comunidades locais, mantendo o tradicional e aderindo ao moderno, como o turismo, faz-se necessária à sobrevivência das periferias e representam formas de resistência e fortalecimento de territórios a exemplo das organizações comunitárias e da produção de territórios solidários onde predomina a agricultura familiar, a pesca artesanal, o artesanato e o turismo comunitário. Atividades econômicas denominadas Arranjos Produtivos Locais – APLs são exemplos de políticas que incidem nos territórios e mostram que comunidades têm condições de controlar, gerir e organizar o espaço em que vivem, produzindo APLs para formação de territórios solidários e fortalecimento de territorialidades.

Haesbaert (2002, p.25) explica que territorialidade está para além da abstração, envolve também “dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado”. Já Coriolano *et all* (2009) falam de comunidades turísticas que desenvolvem APLs, configurando Arranjos Produtivos Locais - APLs do turismo comunitário em expansão no território cearense. Atraídas pelo discurso do desenvolvimento social, da geração de emprego e de renda, comunidades organizam territórios para gerenciar atividades turísticas de base local, objetivando complementar renda

familiar, constituindo, fortalecendo, assim, um dos eixos do turismo – o comunitário, defendido por Coriolano (2003).

Países latino-americanos como Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Brasil que possuem comunidades que desenvolvem o turismo de base local, veem comunidades pesqueiras, indígenas, agrícolas sendo receptoras de um turismo de cunho mais cultural. Compreende-se por turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária, "aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida" (CORIOLANO, 2003, p.41), aproximando-se, assim, de uma prática alternativa ao modelo de vida consumista, conforme alerta Sampaio (2005). As ideias de turismo comunitário estão relacionadas, portanto, ao reconhecimento dos valores culturais e atividades tradicionais, ou seja, ao "saber e ao saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural – gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração" (DIEGUES, 2004, p.14). A autodependência explicada por Max-Neef (1994), consiste na forma de regeneração ou revitalização local a partir dos esforços, capacidades e recursos de cada um que compõe a comunidade, propondo assim, o "desenvolvimento à escala humana". O turismo de base comunitária, conforme Sampaio (2005, p.29), "é um divisor de águas" que se baseia na relação turista e comunidade, e não na sobreposição de um pelo outro. Para o autor, o "turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários" (op.cit.: p.29). A valorização e preservação do saber, da memória, da cultura local fazem parte da história de um povo e contribui para o reconhecimento e repasse às gerações. No caso de comunidades turísticas, os relatos de vida e de defesa dos patrimônios materiais e imateriais mostram-se de suma relevância na educação de visitantes que ampliam visões de mundo ao conhecer histórias de lutas e resistências pela garantia da terra, manutenção da vida em família e do trabalho simples, sendo novidade para muitos turistas procedentes de realidades diferentes.

Não há neutralidade na atividade turística. Ela é desenvolvida conforme as determinações do modo de produção existente, pautado da geração e circulação intensa de capital, tendo em vista o fortalecimento do modelo e superação de crises financeiras, sob as mais diversas atividades econômicas. Por sua vez, o turismo é adaptado a diferentes formas de consumo e produção do território, desde as voltadas à completa artificialização e tecnificação dos lugares pelo grande capital, às formas “mais modestas” de transformação do território pelos próprios moradores que transformam a oportunidade em luta na garantia da posse da terra, a preservação cultural, ambiental e da vida em comunidade.

Coriolano (2006, p.201) define comunidade como “grupo social residente em um pequeno espaço geográfico cuja integração das pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes quanto o lugar se identificam como comunidade”. Comunidade é, portanto, mais que um grupo de pessoas, mas é a população que estabelece relações de amizade, familiaridade e coletividade, havendo, portanto, laços solidários – solidariedade orgânica (SANTOS, 2000) – entre os integrantes, acrescido dos sentimentos de pertença e identidade que são criados no lugar. Para Rodrigues (1997, p.32), o

> lugar, como categoria filosófica, não trata de uma construção objetiva, mas de algo que só existe do ponto de vista do sujeito que o experiência. É dotado de concretude por que é particular, único, opondo-se ao universal, de conteúdo abstrato, porque desprovido de essência. Assim, o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado; enquanto o espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração.

Lugar e comunidade são conceitos que apresentam, assim, similaridades quanto ao sentido. Como afirmam Coriolano e Sampaio (2008), ao dizerem que ambos têm o mesmo significado, sendo que lugar remete-se à geografia e, comunidade, à Antropologia. “Compreender os elementos que singularizam os lugares, e ao mesmo tempo, os elementos que o aproximam dos demais significa encontrar significados e possibilidades” (op.cit.: p.07).

Faz-se referência da noção de comunidade, também, ao conceito geográfico território, tendo em vista a análise e compreensão das formas de territorialização e territorialidades das comunidades. O território também

apresenta simbologias, identidades, materializações, relações de poder associadas à pertença, resistência e coletividade associando-se, portanto, à vida em comunidade. A palavra comunidade passa às pessoas sentimento bom, de lugar diferente, comunitário, solidário, oposto aos lugares onde prevalece o individualismo e egocentrismo. Para Bauman (2003), a intencionalidade do viver em comunidade é procurada, por muitos, em função da "sensação boa", de aconchego e conforto que a palavra carrega. Segundo o autor,

> Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem (op.cit., p.8).

Entretanto, Bauman (2003), afirma essa condição de comunidade ser algo não existente nos dias de hoje, seria uma espécie de "paraíso perdido ou paraíso ainda esperado". Afirma o autor que "a palavra "comunidade" soa como música aos nossos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes" (op. cit.: p. 9). Acrescenta, ainda, que há diferenças entre a comunidade sonhada e a existente. Para ele, sentir-se em segurança e ter liberdade[28] requer o "viver em comunidade", mas que, atualmente, obriga à sociedade seguir determinações, em troca de serviços que confundem, muitas vezes, com perda de liberdade:

> Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra (op.cit. p. 10).

O sentido de comunidade, no capitalismo moderno, para Bauman (2003) é, portanto, entendido sob duas tendências. A primeira referindo-se à

[28] Liberdade, para Bauman (2003, p. 26) "é a capacidade de fazer com que as coisas sejam realizadas do modo como queremos, sem que ninguém seja capaz de resistir ao resultado, e muito menos desfazê-lo".

substituição do significado de “comunidade” sob relações tácitas, bucólicas e tradicionais para uma artificialização e imposição de normas que dizem às pessoas o que fazer e como agir, essas sempre em vigilância. Já a segunda tendência tem em vista o resgate do querer a vida em comunidade, mas “desta vez dentro do quadro da nova estrutura de poder” (op.cit. p. 37). Ainda sobre comunidade, Haesbaert (2002) afirma que para o homem moderno ela perde o significado em função do caráter individualista da atual sociedade capitalista. Diz o autor que a

> realidade do homem moderno é recheada de solidão, individualismo e de uma lógica mercantil-consumista que sufoca cada vez mais o seu lado poético, a sua imaginação criadora. Solitário e egocêntrico como nunca, o homem moderno perdeu, assim, o sentido do comunitário, do solidário, do fraterno. E quando o busca, o faz sem critério, a-criticamente, através de identidades as mais disparatadas e nas mais diversas escalas (fundamentalismos religiosos, gangues neonazistas, máfias ilegais, extremismos nacionalistas) (op.cit.: p.155).

Fernback e Thompson (1995) fazem a discussão, a partir dos estudos de Tönnies e Sennett, distinguindo comunidade e sociedade, ou ainda *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, relacionando-os às relações sociais no contexto da modernidade e da concomitante degeneração das estruturas sociais tradicionais. Para os autores, *Gemeinschaft* está associada à homogeneidade cultural, ao sentido orgânico da comunidade, comunhão, família e costumes. Já *Gesellschaft* é caracterizado pelo de individualismo em que as relações tornam-se mecânicas, transitórias, impessoais e contratuais. Daí Bauman (2003) detectar a necessidade de superação da “comunidade estética” de Kant – que tem “natureza superficial, perfunctória e transitória dos laços que surgem entre seus participantes” como característica fundamental –, para a “comunidade ética”, em que a fraternidade e os compromissos de longo prazo fossem eticamente realizados “reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual” (op.cit.: p. 68).

O desejo de comunidade, para Sennett (2005), relaciona-se à autoproteção, defesa e refúgio dos interesses “das pessoas de fora”, que muitas vezes contrapõem-se à realidade e objetivos comunitários. Afirma o autor que o desejo da comunidade é de defesa e que algumas vezes é expresso como repúdio a imigrantes e visitantes. Valoriza-se a arquitetura

comunal por meio de muros contra uma ordem hostil, diz Sennett (2005). Conforme o autor (2005), as incertezas do capitalismo moderno despertaram a valorização da vida comunitária. Para ele, flexibilidade do modelo econômico, falta de confiança e compromisso com raízes profundas, superficialidade do trabalho em equipe e o fantasma do desemprego impulsionam as pessoas a agirem.

A luta em defesa do território, trabalho coletivo, organização popular, valorização cultural, uso comum dos recursos existentes, a distribuição justa e solidária resgatam o sentido da palavra comunidade, modificado, entretanto, com o passar do tempo, em função do "capitalismo *moderno*, dirigido pela urgência de substituir tradição fundada na comunidade por uma rotina artificial e construída" (BAUMAN, 2003, p.41). A modernidade líquida de Bauman (2001) explica a multiplicidade de formas e "molduras" que a sociedade atual consegue adquirir. O capitalismo atual permite a ampliação da fluidez e flexibilidade das organizações sociais, institucionais e individuais, em função da própria reestruturação e liquidez do sistema, fazendo surgir, constantemente, novas formas, funções e estruturas em um longo processo histórico. Dessa forma, a noção de comunidade também muda conforme mudanças espaciais e temporais, o que demonstra a dinamicidade do fenômeno.

Alguns grupos sociais, em especial aqueles que se consideram à margem do sistema capitalista, tentam resgatar o sentido da palavra comunidade, embora modificado ao longo do tempo pela dinâmica sócio-espacial. As dificuldades de sobrevivência em um modelo social desigual (e combinado) fazem pessoas procurarem alternativas para minimizar tamanhas disparidades. Para isso, o individualismo é superado, dando lugar a ações coletivas, grupais, familiares, comunitárias e solidárias. E assim do litoral, à serra e ao sertão, o turismo de base local conquista territórios e oferece possibilidades a pequenos investidores, demonstrando a não exclusividade de promoção da atividade pelo grande capital. Referente ao turismo comunitário, Max-Neef e Sampaio (2005, p.15) destacam que

> para merecer esse nome [...] primeiro deve ter como selo o mais profundo respeito à integridade, à individualidade, à discrição e à privacidade das pessoas que são os habitantes dos lugares onde se visita. Quem organiza esse turismo, deve transmitir isso ao visitante.

Na comunidade da Prainha do Canto Verde, litoral leste do Ceará, os organizadores da atividade turística, representados pela Associação de Moradores, Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde e Conselho de Educação da Escola Bom Jesus dos Navegantes, desenvolveram "Código de Conduta" (Quadro), informando aos visitantes como agir diante de situações e rotinas da comunidade.

QUADRO 06- CÓDIGO DE CONDUTA DA PRAINHA DO CANTO VERDE

Código de conduta
• A maioria dos moradores da vila respeita os seus vizinhos e os visitantes e esperam reciprocidade dos visitantes. • As crianças são cheia de curiosidade e gostam de interagir, zela por eles como se fossem os seus filhos. • A maioria dos moradores não tem nada contra fotografias, mas é bom pedir licença, não precisa pagar. • Não prometa coisas que provavelmente não vai fazer, como enviar fotos depois. • Trilhas ecológicas máximo 6 pessoas de uma vez. • Top less só no quarto, na praia não. • Entrar nas casas das famílias, só se for convidado. • A gente dorme muito cedo para levantar com o nascer do sol, ou antes, barulho e música alta depois das 21 horas levam a reclamações. • Não ofereça dinheiro para os moradores, e muito menos se alguém solicitar. A escola e as organizações comunitárias fazem de tudo para melhorar a qualidade de vida. Se quiser doar dinheiro, material ou serviços para algum projeto, por favor, entre em contato com diretores da escola ou da associação dos moradores. • Se quer ser um amigo(a) da comunidade deixa o seu endereço e receberá noticias da comunidade. • Uma turma de alunos da escola está trabalhando para conscientizar o povo de manter a praia limpa, por favor, colabore também, a natureza agradece. • Um grupo grande da comunidade vem resistindo aos especuladores de terra desde 1978 para garantir a terra para os filhos da comunidade, o processo

chegou até o Superior Tribunal de Justiça em Brasília. Mostre para os moradores que Você apóia a luta deles para preservar a Prainha do Canto Verde para as futuras gerações - venda de terrenos da união é crime federal.

- Por favor, nos avise se tem alguma coisa que não gosta para que possamos corrigir as nossas falhas e melhorar cada vez mais. Para que a Prainha do Canto Verde seja cada vez mais bonita para se morar e visitar.
- Agradecimentos: Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde, Conselho de Educação da Escola Bom Jesus dos Navegantes.

Fonte: http://www.prainhadocantoverde.org/turismo/codigo/. Acesso em: 18 mai 2010.

A resistência de comunidades locais à dominação e exploração do grande capital nos territórios representa uma ruptura à atitude colonialista homogeneizante do modelo econômico. A organização de atividades turísticas por pescadores, camponeses, indígenas, quilombolas, seringueiros, faxinalenses, expressa alterações nos "padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de legitimação, possibilita a emergência de lideranças que prescindem dos que detém o poder local" (ALMEIDA, 2004, p.21). É uma forma de garantir a valorização das particularidades e singularidades do lugar, mesmo em tempos de globalização (SANTOS, 2000), em que lugares e culturas locais articulam-se cada vez mais rápido com o mundo: local-global. Afirma Santos (2008, p.314) que "cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade".

Assim, Rodrigues (1999) alerta que a globalização também é momento de valorização dos lugares, uma vez que não há uniformidade, nem homogeneidade nesse processo, pois o global é formado de fragmentos e se alimenta de diferenças e especificidades, sendo, portanto, relevante aos estudos do turismo e da geografia. Para a autora deve-se "reforçar o lugar na sua expressão identitária, sem que isso signifique isolamento. Quer queiramos ou não, estamos inseridos no processo" (op.cit.: p.58). Assim como Santos, Bacelar (2008) destaca questões importantes que devem ser consideradas para análise do território, em tempos de globalização. Fala a autora, "os

territórios transformam-se, cada vez mais, em palco de operação dos grandes agentes mundiais, que são capazes de operar em centenas de territórios ao mesmo tempo" (op.cit.: p.15), e isso faz alusão à teoria de tendência à homogeneização territorial, tendo em vista a ampliação das relações entre os diversos territórios. Por outro lado, a globalização não é processo que se dá de maneira uniforme. Os agente globais escolhem territórios que lhes interessam economicamente e, assim, (re)definem hierarquias em um movimento contínuo. Bacelar (2008, p.16) afima que

> Estamos em um momento em que hierarquias estão sendo reconstruídas e interações redefinidas. Em muitos territórios a presença desses agentes é muito mais forte do que em outros. Nesse caso, a tensão é muito mais forte do que em outros. Isso nos leva a discutir as especificidades de cada território, pelo menos para responder a uma pergunta: por que alguns territórios interessam aos agentes globais e outros não?"".

A discussão acerca das particularidades e singularidades dos territórios também é reforçada em Bourdin (2001, p.29), ao afirmar que o

> local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades. Isso leva a pensar a mundialização como uma obrigação "artificial" imposta a uma organização social mais "natural" fundada nas entidades pequenas e médias que resistem a ela.

Com a globalização, os fluxos tornam-se cada vez mais rápidos em decorrência da redução de barreiras espaciais, que dinamizam o movimento de pessoas, capital e informações. "O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que "o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades" (HARVEY, 2005, p.50). Isso permite a integração espacial, fomentando, assim, a ideia da "anulação do espaço pelo tempo" (HARVEY, 2005) em função da rapidez e dinamicidade dos fenômenos. Vive-se, portanto, não o tempo natural, mas o tempo das relações políticas e econômicas próprias do capitalismo hegemônico.

O turismo, por sua vez, apresenta-se enquanto atividade globalizada e localizada articulado em redes. O turismo organizado em rede proporciona melhor divulgação dos destinos turísticos integrantes, e, sobretudo, aproxima lugares, pessoas e culturas, mostrando que vida social em rede chegou a todas as esferas sociais, não sendo apenas uma tendência. A cada dia as redes se

fortalecem, assim como o turismo comunitário. Haesbaert (2006, 2002) afirma que a rede é parte integrante do território, são complementares, não os entendendo como elementos antagônicos, mas em permanente intercessão. A mobilidade de pessoas, capital e informações estão associadas ao processo de territorialização a partir da construção e controle de fluxos/redes e referenciais simbólicos em espaço em movimento. Daí Haesbaert (2002, p. 123), mostrar que

> a realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios; de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras).

O sistema reticular, que promove o turismo de base local, torna os lugares turísticos conhecidos, facilita a comunicação entre comunidades e turistas em estratégias de mercado de forma mais solidária. As diversas redes internacionais de territórios solidários do turismo comunitário articulam destinos de forma integrada, complementar, como no eixo global, à medida que pacotes contemplam várias comunidades e os articuladores dos roteiros comungam dos mesmos princípios – valorização cultural, conservação ambiental e solidariedade socioterritorial.

4. CONCLUSÕES

Em dois anos de estudos e aprofundamentos sobre redes de turismo, chega-se à conclusão de que seria imprudente dar a última palavra acerca dos conhecimentos adquiridos sobre o tema, considerando que o processo encontra-se em efervescência, com sensíveis transformações. As redes sociais intensificam-se no século XXI com grande variedade e as redes de turismo com elas estão articuladas, fazendo parte do sistema midiático. As redes começam a impactar fortemente na relação entre os viajantes e os lugares enredados, instigando novas investigações em busca do conhecimento e da ampliação dos vínculos entre consumidores e prestadores de serviços turísticos.

Portanto, o que se apresenta aqui como fechamento do estudo não esgota as discussões e estimula a abertura de novas pesquisas para avançar nas lacunas, sobre o que não foi possível alcançar, tais como o que veicula nas redes, de forma mais objetiva. Pode-se afirmar que nas redes de turismo comunitário veicula a ideologia de transformação do modelo de sociedade consumista.

Transmite-se a ideia de que o turismo de base local é diferenciado do convencional por voltar-se a valores humanitários, economia solidária, preço justo, valorização da organização comunitária, uma vez que esses apresentam-se acima da propaganda e do consumo dos roteiros vendidos. Portanto, nas redes de turismo comunitário, não há apenas estratégias de inserção de comunidades no mercado, já que muitas delas apresentam maior significado e indicam resistência ao modelo consumista vigente.

A articulação em rede permite comunidades interagirem entre si e com turistas de diferentes lugares, facilitando e ampliando, assim, a divulgação dos destinos turísticos, além das oportunidades de comercialização de roteiros turísticos. No entanto, essas comunidades ao comunicar-se e conhecer diferentes pessoas e culturas têm a oportunidade de compartilhar experiências de lutas e resistências, mostrando que a vida em comunidade existe e pode ser ampliada, resistindo ao individualismo e consumismo exacerbado.

O turismo comunitário não está excluído do modelo de mercado, mas afasta-se da concentração, buscando melhor distribuição de riquezas. Isso ocorre com crescimento lento, mas leva em consideração a organização participativa, as necessidades dos lugares e, sobretudo, os valores humanitários. Assim, o turismo tanto pode contribuir com a acumulação concentrada de capital na mão de poucos como pode ser realizado prestigiando pequenos empreendimentos e residentes, associando interesses dos que brincam e dos que trabalham para atender aos turistas.

Território solidário, tema aqui estudado, perpassa as ciências sociais, não se vinculando apenas aos conhecimentos geográficos e exige que se avance para o entendimento do que seja comunidade, solidariedade, considerando que os conceitos vão sendo cooptados pelo mercado, governos e mega economia, confundindo os usos. A partir disso vê-se que desenvolvimento sustentável tem significados diferenciados para esses grupos, que comunidade e lugar têm a mesma representação para residentes e que o local não está fora do processo de globalização.

O turismo, embora atividade impactante e invasora de espaços que prima pela acumulação de capital, de forma contraditória, tem contribuído para organização de comunidades, valorização de culturas e transformação de economias em atividades solidárias. Dessa forma, não se compreende o turismo a partir da análise dos eixos comunitário e convencional separadamente, mas a partir da complementaridade deles em formar uma só atividade e um único fenômeno. Compreender as redes do turismo comunitário leva o pesquisador a associá-las à dinâmica do turismo dos grandes empreendimentos e vice-versa, tendo em vista o entendimento da produção do espaço pelo e para o turismo.

O embate entre grupos de interesses divergentes, como os do turismo convencional, empresários de grandes redes de serviços do turismo e pequenos empreendedores residentes em comunidades, têm levado o turismo a redefinir rumos e ressignificar a atividade a partir da organização comunitária, mostrando que há muitas formas de conceber e produzir turismo.

O turismo, necessariamente, reproduz os conflitos e as contradições do sistema capitalista, mas são os territórios que materializam as relações

espaciais e de poder. A organização desigual e combinada dos territórios representa a lógica do capital que tem o turismo como meio para a realização de dinâmicas territoriais, associadas aos poderes do capital hegemônico que agem na transformação dos espaços em mercadoria.

O espaço geográfico torna-se, pelo turismo, objeto de venda para o consumo de uma demanda cada vez mais diversificada que se utiliza das diferentes modalidades turísticas e, portanto, forma de consumo do espaço (e tempo) para a satisfação dos desejos ou necessidades que o sistema capitalista impõe, é o caso da viagem. Cria-se o mundo do trabalho e do estresse urbano, mas, concomitante a isso, se tem o estímulo ao descanso e fuga da rotina. As relações dialéticas de trabalho e não-trabalho permeiam a lógica de mercado. Trabalha-se muito para usufruir do consumo do descanso e diversão.

O movimento e a articulação em redes se dão, mostrando a oferta e a demanda, ou seja, os produtos a serem consumidos, instigando consumidores a usufruírem das ofertas. Viagem para lazer constitui o cerne do turismo que, enquanto atividade econômica, vende espaços e condiciona o tempo para que possa ser realizado. Pacotes turísticos representam isso, uma vez que determinam os lugares que podem ser conhecidos, quando ir, quanto tempo ficar, onde se hospedar, como se deslocar e o valor a ser pago. Assim, só é turista quem tem condições financeiras de pagar os serviços oferecidos.

As redes de território do turismo comunitário dinamizam, cada vez mais, esse eixo da atividade, permitindo o fortalecimento da representatividade das comunidades frente ao mercado consumidor. Entretanto, as políticas de turismo não foram capazes de promover o desenvolvimento social, nem o desenvolvimento local, nem poderiam ser capazes, pois exigiria uma política macro que defendesse esse objetivo. Embora caminhe a passos lentos tem apresentado apoio e incentivos às mudanças socioeconômicas em muitos lugares.

As redes dinamizam os fluxos de pessoas, informações e capital, constituem, portanto, instrumentos de poder. Cada vez estão mais modernas as redes e permitem o “encurtamento” das distâncias, tornando os deslocamentos de objetos, pessoas e a realização das ações ainda mais

rápidos, senão instantâneos e simultâneos. O turismo, assim como as demais atividades capitalistas, tem a rede como importante instrumento para expansão de seus negócios. Assim não é exclusividade das grandes empresas a utilização das redes para beneficiamento e crescimento econômico, apesar de disporem de vantagens mercadológicas por possuírem mais capitais e mais tecnologias.

O turismo comunitário conta com assessorias, principalmente de ONGs, que por meio de financiamentos de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, realizam projetos alternativos socioeconômicos. Contudo, há conflitos e contradições entre elas, e nem todas as comunidades confia nos serviços por elas prestados, ou as consideram autoritárias, preferindo ficar fora da rede.

O Estado atua de forma indireta em relação ao fomento e incentivo para o turismo de base local no país, uma vez que serviços de organização não-governamentais voltadas às ações turísticas em comunidades são realizados mediante recursos, também, públicos, sejam eles provenientes dos cofres nacionais, assim como associações e instituições estrangeiras. E, sobretudo os governos, em especial, os modernos de estilo empresarial não acreditam em turismo onde não entram divisas. Desconhecem o valor da organização comunitária.

Algumas redes e experiências de turismo comunitário em países da América Latina, onde os governos se identificam mais com o povo, apresentam apoio direto por parte do Estado, sendo esse sujeito social relevante na organização comunitária como é o caso da Bolívia. A parceria entre estados e comunidades revela um turismo mais estruturado e ativo, ampliando as chances de concorrência no mercado turístico global, perante o turismo elitizado, quando o governo oferece condições infraestruturais ás comunidades, noutros países os governos tem se aliado e dado apoio aos grandes empresários e aos mega empreendimentos.

As comunidades que promovem o turismo enquanto atividade alternativa teem o turismo de *resorts* e mega empreendimentos como hostis às populações tradicionais, pelo fato de ter havido expropriações de comunidades nativas. Relacionado a isso, vê-se disputas entre comunidades e empresários

do turismo pela posse de terras e posse de territórios. A especulação imobiliária por meio das ações de grileiros é realidade em muitos litorais. Essas, no entanto, vêm se tornando cada vez mais organizadas e, associadas às trocas de experiências entre comunidades, além da parceria de ONGs e outros apoiadores, conseguem, judicialmente, expressarem e reivindicarem seus direitos.

No Ceará, a REDE TUCUM congrega algumas comunidades que viabilizam o turismo comunitário. Essa rede é articulada em especial pela ONG Terramar que tem história de luta em defesa das terras de famílias de pescadores no litoral cearense. Mesmo as comunidades que não estão vinculadas à Rede Tucum se articulam bem com esse movimento de organização comunitária, embora seguindo orientação de outras ONGs.

Assim, As redes de turismo comunitário articulam-se com outras redes que também lutam pelo desenvolvimento sustentável, por sociedades sustentáveis com maiores inclusões sociais.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACOLHIDA NA COLÔNIA. Venha vivenciar uma experiência diferente. Destino Referência em Turismo Rural no Brasil. **Material de divulgação**. 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas – Processos de territorialização e movimentos sociais. In: ACSELRAD, Henri (ed). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 6 n. 1, 2004. ISBN:** 1517-4115. p. 01-38.

BACELAR, Tânia. O Contexto Mundial e as diversas visões de territórios e de desenvolvimento regional sustentável. In: MIRANDA, Carlos et al. **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasilia: IICA, 2008, p. 15-28.

BANCO PALMAS. **Conjunto Palmeiras.** Disponível em: < http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/75303> Acesso em: 21 jan 2011.

BARRETO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BENEVIDES, Ireleno Porto. O turismo e seu planejamento governamental no Ceará. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003, v. 1, p. 41-51.

_____. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org). **Turismo e desenvolvimento local.** 2ªed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BENI, Mario Carlos. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org). **Turismo e desenvolvimento local.** 2ªed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. **PRODETUR/NE I- Resultados**. Jan 2006. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne1/gerados/resultados.asp> Acesso em: 29 out 2010.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. Programa de Desenvolvimento do Turismo Ceará. Prodetur Nacional Ceará. **Manual de Operações**. Mar 2010.

BOLIVIA. Programa Nacional de Turismo Comunitário. Disponível em: < http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35437344 > Acesso em: 15 nov 2010.

BOM DIA CEARÁ. **Rede Tucum - Assentamento Coqueirinho - Fortim - Ceará (CE).** Série Turismo Comunitário. Fortaleza: TV Verdes Mares. 22 set 2009. Disponível em: < http://www.youtube.com/user/redetucum#p/u/5/7zR7824ezZI> Acesso em: 19 mai 2010.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do turismo:** formação de gestores das políticas públicas do turismo. Autoria do conteúdo técnico-científico Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFS, 2009.

BRASIL. **Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08.** Brasília, 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm> Acesso em: 3 ago 2010.

_____. **Estudo de Competitividade dos 65 destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional –** Relatório Brasil. BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (org). 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria.** 7ª edição. São Paulo: Contexto, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 10ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. O território e o poder autônomo do Estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (orgs). **Espaço e tempo:** complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 579-594.

_____. **Geografia e Política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4ª Ed. Rio de janeiro: Ática, 1999.

CORIOLANO. Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs).**Turismo de base Comunitária:experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.277-288.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e LIMA, Luiz Cruz (orgs). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 26 – 44.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira, *et. al*. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário:** atores e cenários em mudança. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Repensando o turismo comunitário e solidário. In: **Anais do X Seminário Internacional de Turismo**. Curitiba: UNICENP, 2008. p. 01-21.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e FERNANDES, Laura Mary Marques. Turismo: ações e contradições da realidade cearense. In: BOZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs). **Ceará:** um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 383 – 410.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; ALMEIDA, Maria Geralda de. Trabalho e turismo: território e cultura em mutação na beira mar em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano (org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: EdUECE, 1998. p. 274-283.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Valter do Carmo Cruz. Itinerários teóricos sobre a relação entre territórios e identidade. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves, GONÇALVES, Cláudio Ubiratan, NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do, ARRAIS, Tadeu Alencar (org). **Itinerários Geográficos.** Niterói: EdUFF, 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. Ordenamento urbano e gestão territorial: impasses. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aurenice de Mello (orgs.) **O Brasil, a América latina e o mundo:** espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008. p. 107-121

DIÁRIO DA MANHÃ. **Festa da Terra no Assentamento Sabiaguaba - Amontada – CE**. Fortaleza: TV Diário. 12 jan 2010. Disponivel em: <http://www.youtube.com/user/redetucum#p/u/0/fk02VOt-44k> Acesso em: 19 mai 2010.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da Silveira (orgs). **Redes, sociedades e territórios.** 2ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.p.11-28.

DIEGUES, Antônio Carlos. Saberes Tradicionais e Enoconservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (orgs). **Comunidades tradicionais e manejo da Mata Atlântica**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004. p. 09 – 20.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social:** propostas para uma gestão descentralizada. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. **Turismo no Brasil 2011-2014.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf> Acesso em 28 dez 2010.

_____. **Tendências Macro do Turismo Mundial.** Nov 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/dadosefatos> Acesso em: 30 mar 2010.

EGLER, C. A. G. . Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias. de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 207-238.

EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. **Tendências Macro do Turismo Mundial.** Nov 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/dadosefatos> Acesso em: 30 mar 2010.

FERNBACK, Jan & THOMPSON, Brad. Virtual Commuties: abort, reality, failure? Disponível em: <http://www.rheingold.com/texts/techpolitix/VCcivil.html> Acesso em: 15 jun 2010.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio Pereira. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. 2006. Endereço eletrônico: <http://www.sep.org.br/artigo>. Acessado em 20 jan 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 23ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**. Nº 21, jun 2000, p.211-259.

FUNDAÇÃO CASA GRANDE – MEMORIAL DO HOMEM KARIRI. **A turma da casa grande em:** Casa Grande Tur. Nova Olinda: Casa Grande Editora, 24 out 2007.

FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO. **Hospedagem da qualidade.** 22 jun 2004. Disponível em: <http://www.brasilcidadao.org.br/projetos/textos.asp?id=5> Acesso em: 10 jun 2010.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. O turismo e a requalificação das pequenas cidades no litoral norte do Rio Grande do Norte. In: SILVA, José Bozarcchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (org). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

GUZZATTI, Thaise Costa. **O Agroturismo como elemento dinamizador na construção de território rural:** o caso da Associação de Agriturismo Acolhida na Coõnia em Santa Rosa de Lima (SC). 484f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC: 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Reserva Extrativista**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=RESEX> Acesso em: 18 mai 2010.

_____. Reserva Extrativista do Batoque. Disponível em: < http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=1453> Acesso em: 18 mai 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do turismo: análise das atividades características do turismo 2003.** Rio de Janeiro : IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/estudos_ibge/downloads_estudos_pesquisas_IBGE/economia_turismo___dados_de_2003.pdf> Acesso em: 2 jan 2011.

INGUAT. Investigacion de Mercados Sección de Estadística. **Flash Report Diciembre 2010**. Disponível em: <http:// http://www.visitguatemala.com/web/documentos/estadisticas/FLASH_REPORT_DICIEMBRE_2010.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

INTUR. Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional. **Informe de Logros.** Disponível em: <http:// http://www.intur.gob.ni/DOCS/INFORME_INTUR-LOGROS%202007-JUNIO%202010.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ªed. São Paulo: Aleph, 2009.

LIMA, Maria do Céu. Comunidades pesqueiras marítimas: mariscando resistências. In: SILVA, José Bozacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (orgs). **Ceará:** um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, caracteríticas e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs).**Turismo de base Comunitária:experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.25-44.

_____. Fortaleciendo redes de turismo comunitário. In:@**local.glob**. n.4, 2007, p.8-11. Disponível em: <http://www.redturs.org/nuevaes/Maldonado-Artic-Rev-Turin%20Esp.pdf> Acesso em: 20 nov 2010.

_____. Painel II- A concepção de Turismo sustentável de entidades da sociedade civil dos países estrangeiros. (Espaço reservado às ONGs). In: LIMA, Luiz Cruz e CORIOLANO, Luzia Neide M.T. (orgs). **Turismo e Desenvolvimento Social sustentável.** Fortaleza: EdUECE, 2003. p. 141-148.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana:** conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria Editorial, 1994.

MINCETUR. **PERU:** Plano Estratégico Nacional de Turismo 2008-2018. Sínteses para propostas em operação. Disponível em: <http://www.mincetur.gob.pe/newweb/Portals/0/PENTUR_FINAL_octubre.pdf> Acesso em: 15 nov 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MINTUR**. Consolida, Turismo Comunitário.** Publicado em: 11 mar 2010. Disponível em: < http://www.turismo.gob.ec/Proyectos_TP/ConsolidaTurismoComunitario.pdf> Acesso em: 20 jan 2010.

MTUR. Ministério do Turismo. **Sobre a Rede Nacional de Regionalização do Turismo – REDEREG.** Disponível em: <http://www.redereg.turismo.gov.br/inicial/home/> Acesso em: 3 jan 2011.

_____. **Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/Nº 001/2008.** Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Disponível em <http: www.turismo.gov.br> Acesso em: 27 de janeiro de 2009.

_____. **Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional –** Relatório Brasil. Luiz Gustavo Medeiros

Barbosa (organizador). 2ª Ed. Revisada – Brasília: Ministério do Turismo, 2008a.

_____. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo:** turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. Coordenação Tânica Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. Brasilia: o Ministério: Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008b.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques***.* Paris, PUF, Que ais-je, 2000.

PERICO, Rafael Echeverri. Articulação de Políticas e participação social. In: MIRANDA, Carlos et al. **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasilia: IICA, 2008, p.29-169.

PRAINHA DO CANTO VERDE. **Resex da Prainha do Canto Verde vira realidade.** Disponível em: < http://www.prainhadocantoverde.org/> Acesso em: 18 mai 2010.

RABINOVICI, Andrea. **Organizações não governamentais e turismo sustentável***:* trilhando conceitos de participação e conflitos. 472f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP : [s. n.], 2009

RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDTURS. Red de Turismo Sustentável da América Latina. Portal das Culturas Vivas. Disponível em: < http://www.redturs.org/> Acesso em: 20 nov 2010.

RIBEIRO, Miguel Angelo C. **A complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise.** 335f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGG, Rio de Janeiro, RJ: 1998

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano:** princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

_____.SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova:** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Espaço e método.** 3ª Ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SCHENEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e familiar e pluriatividade. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.18, n.51, fev.2003, p.99-121.

SENNETT, Richard. **La corrosión del character:** las consecuencias personales Del trabajo em el nuevo capitalismo. 8ª Ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2005.

SETUR/CE. Ceará espera 915 mil turistas na alta estação. **Notícias.** 12 dez 2010. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/noticias/ceara-espera-915-mil-turistas-na-alta-estacao-1> Acesso em: 29 dez 2010.

_____. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. **Estudos Turísticos da SETUR:** Evolução do Turismo no Ceará**.** nº 17, 4ª Edição, maio de 2009. Disponível em: < http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/copy4_of_estudos-e-pesquisas> Acesso em: 30 mar 2010.

SILVA, Kátia T.P. *et al.* Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs).**Turismo de base Comunitária:experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.359-368.

SILVA, Jefferson Souza da. Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentablidade. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs).**Turismo de base Comunitária:experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.415-417.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In:**Sociologias**, Porto Alegre,ano 8, nº 16, jul-dez 2006, p.20-45.

SOUZA, Marcelo Lopes de . O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 140-164.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TEMBIÚ, Alimento de Alma. **20 anos de luta de Caetanos de Cima.** Disponível em: <http://www.tembiu.pro.br/oktiva.net/1209/nota/147983> Acesso em: 19 mai 2010.

SWARBROKE, John. **Turismo Sustentável:** meio ambiente e economia. Tradução Esther Eva Horovitz. 3ª Ed. vol. 2. São Paulo: Aleph, 2000.

TENDLER, Judith. **Bom Governo nos Trópicos: uma visão crítica.** Tradução Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro: Revan, 1998

TURISOL. **Série Turisol de Metodologias do Turismo Comunitário.** Disponível em: < http://www.turisol.org.br/turismo-comunitario/serie-turisol/> Acesso em: 07 fev 2011.

_____. **Rede Brasileira do Turismo Solidário Comunitário**. Disponível em: <http:// turisol.wordpress.com> Acesso em: 20 nov 2010.

_____. Rede Brasileira do Turismo Solidário Comunitário: Encontro 2010. **Anais...** Coordenação Editorial e Textos: Projeto Bagagem e Giral - Viveiro de Projetos, 2010a.

Weber, Max. **Ciência e Política.** Tradução: Jean Melville. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2008.